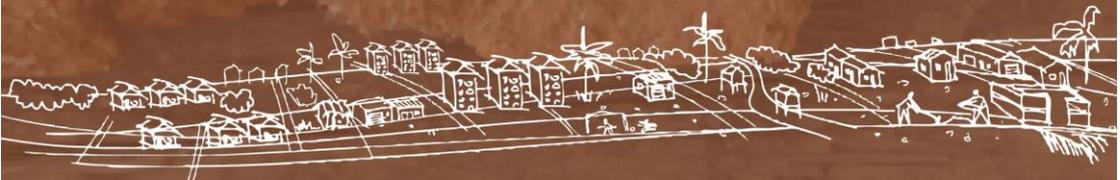




HABITAT URBANO E RURAL NO MARANHÃO

FORMAS DE PRODUÇÃO
E USOS DA MORADIA
POPULAR TRADICIONAL
MARANHENSE

Ana Rosa Marques
Clara Souza (Org.)
Deusdedit Carneiro Leite Filho
Emanuele Bani
Frederico Lago Burnett (Org.)
Helidacy Corrêa
Itaan de J. Pastor Santos
José Ribamar Trovão
José Sampaio de Mattos Jr.
Margareth Figueiredo
Maria Raimunda Araújo
Marivânia Furtado
Rose-France de Farias Panet



**CLARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA
FREDERICO LAGO BURNETT**

**HABITAT URBANO E RURAL: FORMAS DE PRODUÇÃO E USOS DA
MORADIA POPULAR TRADICIONAL MARANHENSE**

São Luís

2019

© *copyright* 2019 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

**HABITAT URBANO E RURAL: Formas de Produção e Usos
da Moradia Popular Tradicional Maranhense**

EDITOR RESPONSÁVEL

Claudio Eduardo de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Gomes de Moura
Fabiola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Maria Sílvia Antunes Furtado
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

Editoração: Flávia Martins Silva

SOUZA, Clara Raissa Pereira de ; BURNETT, Frederico Lago
(org). Habitat Urbano e Rural: Formas de Produção e Usos
da Moradia Popular Tradicional Maranhense. São Luís:
EDUEMA, 2019.

p. 179

ISBN – 978-85-8227-232-9

I. Clara Raissa Pereira de Sousa. II. Frederico Lago
Burnett. 1. Habitat Urbano e Rural. 2. Formas de
Produção. 3. Usos de Moradia. Habitat Urbano e Rural:
Formas de Produção e Usos da Moradia Popular
Tradicional Maranhense.

CDU 728.1(812.1)



Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09
CEP: 65055-970 – São Luís/MA
www.uema.br – editorauema@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Esta publicação reúne as comunicações apresentadas durante o I Encontro Estadual Habitat Urbano e Rural no Maranhão, ocorrido em junho de 2017, no Auditório do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís. Realizado através do Edital Apoio à Realização de Eventos Científicos (AREC) 30/2016, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), o evento teve como tema Formas de Produção e Usos da Moradia Popular Tradicional Maranhense, objetivando contribuir para o conhecimento de formas de viver e morar das diferentes comunidades urbanas e rurais do Maranhão, valorizando e subsidiando a formulação de políticas públicas compatíveis com as realidades próprias do nosso estado.

Com tais metas, o evento buscou informar, divulgar e debater resultados e andamento de pesquisas sobre moradia urbana e rural no Maranhão, desenvolvidas por pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, a maioria docentes de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mas também de outras instituições de ensino e pesquisa do estado.

Esperamos que, incentivando a pesquisa sobre a realidade socioeconômica e ambiental da população urbana e rural do estado e constituindo redes de pesquisa que congreguem estudiosos de universidades, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil, possamos contribuir para um melhor entendimento da complexa realidade socioespacial do Maranhão, oferecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas mais condizentes com as demandas populares.

Frederico Lago Burnett

Clara Raissa Pereira de Souza

SUMÁRIO

AS POPULAÇÕES SERTANEJAS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS	005
Ana Rosa Marques	
A MORADA CAMPONESA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA (MA): modos de construir e de morar	017
Clara Raissa Pereira de Souza	
SÍTIOS PALAFÍTICOS PRÉ-COLONIAIS NA BAIXADA MARANHENSE: a vida sobre as águas	036
Deusdédit Carneiro Leite Filho	
AUTOCONSTRUÇÃO NA VILA PROGRESSO	050
Emanuele Bani e Antonio José de Araújo Ferreira	
MORADIA POPULAR NO MARANHÃO: Política Habitacional Rural, Autoconstrução em Aldeias Altas e Produção Estatal em Buriticupu	061
Frederico Lago Burnett	
POBREZA E HISTORIOGRAFIA: notas de pesquisa	079
Helidacy Maria Muniz Corrêa	
MORADIA, AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITÓRIO	093
Itaan Pastor Santos	
VIDA E TRABALHO DOS QUILOMBOLAS DE SERRANO DO MARANHÃO	105
José Ribamar Trovão	

**MORADIA NA ZONA RURAL DO VALE DO ITAPECURU:
um estudo de caso no Assentamento Rural Entroncamento** 112

José Sampaio de Mattos Junior
Juscinaldo Góes
Ronaldo Barros Sodré e Samuel Oliveira Maciel

**MORADIA POPULAR NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO
LUÍS** 121

Margareth Figueiredo

**EXPERIÊNCIA DE PESQUISA EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA – O Modo de Viver:
quitandas, tribunas, casas de forno e as moradias** 137

Maria Raymunda Araújo
Organização: Mariely Ferreira dos Reis Luz

**LÓGICAS DE SE INSERIR X LÓGICAS DE SE INSURGIR: a
experiência quilombola das “tapagens” de casa e o “acesso” aos
direitos constitucionais.** 147

Marivânia Leonor Souza Furtado

**SIGNIFICADOS DO MORAR: experiência entre os índios
Kanela-Ramkokamekra** 164

Prof. Dra. Rose-France de Farias Panet

AS POPULAÇÕES SERTANEJAS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS

Ana Rosa Marques¹

A região de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) conta com a predominância do grupo humano tradicional (o sertanejo) que desenvolve o seu modo de vida por meio da roça para subsistência, da extração de recursos naturais do cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo. Essa territorialidade é fruto da convivência com o cerrado e, também, da mistura de culturas que ocorreu entre os colonizadores agropastoris e os Timbiras.

Entretanto, esse modo de vida e o meio natural são impactados na atualidade em virtude da modernização dos processos de produção relacionados ao agronegócio e da implantação do PNCM. Constatou-se que o modo de vida da comunidade é tradicional e se dá basicamente da mesma forma com que seus antecessores, também habitantes da região, viviam e percebiam o ambiente, seja na forma de construção de suas casas, no preparo dos alimentos, das suas crenças, das suas atividades de subsistência, provocando pouca alteração na paisagem natural.

A criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), em 2005, que está inserido nos territórios dos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, ao Sul do estado do Maranhão, a atual fronteira do agronegócio e que sofre uma grande pressão para o uso agrícola dessas terras.

A TERRITORIALIDADE DO POVO SERTANEJO DO CERRADO

A colonização dessa região não foi muito diferente da que ocorreu em outros espaços territoriais brasileiros, tendo a sua origem no extrativismo, em primeiro momento insipiente, pelo modo de vida

¹ Professora Adjunta III do Departamento de História e Geografia –UEMA

indígena e, posteriormente, com a chegada dos colonizadores, com a frente pastoril (CABRAL,1992), que foram modificando as pastagens naturais, substituindo-as por novos pastos, dando início a instituição das fazendas de gado.

Os primeiros habitantes da região foram os Timbira, povo indígena expulso para longas distâncias, pois tiveram seu território ocupado pelos colonizadores, sendo quase que totalmente dizimados, destacado por Lira que escreve:

Um outro fato importante, foram os métodos usados pelos colonos para apossarem das terras dos Timbira. Uns baseados nas falsas alianças e falsas promessas, feitas pelos criadores com aval do Estado e da Igreja, com o objetivo único de destribalizá-los e depois exterminá-los. O extermínio era feito através de guerras “injustas” ou através de moléstia propositalmente introduzida entre eles. Outros, baseados nos métodos de povoamento, através das fazendas de gados já experimentado e utilizado pela frente pastoril em outras regiões nordestinas (LIRA, 2010, p. 8-9).

Essa ocupação ancestral exercida pelos indígenas deixou heranças culturais como: as redes, os fogões de lenha, o plantio itinerante via roça no toco, o manejo da caça, a forma de caçar, o processamento da mandioca para se fazer farinha, o uso das frutas e a sua reprodução e a infinidade de usos medicinais da flora e fauna, transmitidos por esse povo, que se percebe concretamente na paisagem até os dias de hoje.

Esses povos do cerrado, os sertanejos, há muito tempo desempenham atividades nesse meio com ele e para ele:

Os sertanejos possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja. (MMA/SBF – SNUC, 2004, p. 52).

Com base em observações de campo, podemos dizer que é um povo que vive há mais de um século nesta região, que veio junto com a

implantação da pecuária, e notadamente vive reinventando a sua própria existência.

Os sertanejos têm uma estreita ligação com o meio ambiente que os cerca, são extrativistas e praticam a agricultura e a pecuária, sempre em sistema de subsistência. O gado fica solto por largas extensões de terra, causando, em determinados lugares, a supressão da vegetação devido ao intenso pisoteio. No interior da UC, é frequente a presença de bovinos soltos, que são mantidos com o sistema de queima dos capins nativos, que provoca a rebrota. A cada ciclo de dois anos, este fato se repete, mesmo com a instituição do PNCM. Um costume centenário, herança da forma colonial de produção.

Ribeiro (1997) enfatiza que em relação a esses povos que habitavam a região do cerrado sul maranhense, que trouxeram consigo uma herança cultural que é visível em seus costumes (Figura 4) como o sistema de trocas, escambo, e sua roça de subsistência, conhecida como roça no toco. O modo de habitar, com suas construções a base de terra e com uso de madeira das espécies da região, são construções tradicionais com o uso de espécies arbóreas do cerrado da região. Esse tipo de habitação é muito comum em toda a extensão da área do PNCM, estendendo-se por toda a região da Chapada das Mesas- MA, o que é também comum em outras regiões inseridas no bioma cerrado, como é o caso do estado de Goiás, relatado em estudos realizados por Rigonato e Almeida (2003, p.10).

Os homens do cerrado trabalham, constroem casas, currais e instrumentos com a madeira do carvoeiro (*Sclerobium paniculatum* Vog.), do jacaré (*Piptadenia* sp.), da mariana (sem identificação), do marinho (*Guarea guidonea* (L.) Sleumer), do mocambé (sem identificação) e com o pau pente (sem identificação). Elas são também destinadas para a fabricação de estacas para cercas de arame das propriedades particulares.

Esse patrimônio cultural é muito presente na arquitetura das moradias tradicionais observadas no interior da Unidade de Conservação, apresentadas nas Figuras: 1, 2, 3 e 4.



Figura 1- Parede de Moradia Tradicional construída em fibra de palmeiras - Carolina-MA. Fonte - MARQUES, 2009.



Figura 2 - Moradia Tradicional construída em fibra de palmeiras (Buriti e Babaçu) Carolina -MA. Fonte - MARQUES, 2009.



Figura 3 - Moradia Tradicional construída em taipa; cobertura de telha de barro; utilização de madeiras de espécies do cerrado - Carolina-MA. Fonte-ARQUES, 2009.



Figura 4 - Parede de Taipa, construção em terra do local, utilizando espécies arbóreas do Cerrado - Carolina - MA. Fonte - MARQUES, 2009.

A territorialidade do sertanejo do cerrado é impressa na paisagem por meio de sua cultura, sendo a sua convivência com o ambiente muito intensa, apropriando-se do mesmo e transformando o espaço em que vive, com pouca alteração na paisagem. Utiliza-se dos recursos naturais para sua serventia, como é o caso do Buriti, como relatado por Rignonato e Almeida (2003, p. 12):

Do fruto faz-se o óleo, e o doce feito da polpa é uma das delícias do paladar do sertanejo. As folhas são utilizadas pelas populações

tradicional no recobrimento das residências, do paiol, do chiqueiro e dos galinheiros, além da fabricação de peneiras, quibana, couraça e outros artesanatos.

A cultura do sertanejo do cerrado ou povo do cerrado, por meio de uma dimensão sociológica que a percebe como o resultado de todas as ações humanas; sendo que uma depende da outra para existir, ou seja, o ser humano transforma o ambiente, mas também é transformado por ele, em um pleno movimento que acontece no decorrer do tempo, explicitado por Machado (2007, p. 139).

A cultura não envolve simplesmente o ser humano, mas penetra nele, modelando a sua identidade, personalidade, maneira de ver, perceber, pensar e sentir o mundo. É o conjunto de entidades subjetivas e objetivas com extrema diversidade e multiplicidade, ou seja, pluralidade. [...] Dessa maneira, a forma de ser das pessoas de uma determinada cultura apresenta características comuns, que as tornam semelhantes entre si e diferentes de pessoas de outras culturas.

Nesse sentido, os costumes do povo que habita a Chapada das Mesas e convive diretamente no bioma cerrado é muito semelhante aos dos seres humanos de outras áreas, que utilizam a mesma cobertura vegetal, com características físicas, biológicas e culturais, que os diferenciam de outros povos de outros biomas. Entretanto, essa cultura traduz-se como o modo de vida do povo sertanejo do cerrado, que possui uma identidade própria que ao mesmo tempo, o caracteriza e o diferencia de outros povos tradicionais.

O uso dos recursos naturais para a sua reprodução de vida é muito valioso sob o ponto de vista da cultura imaterial, pois não está somente nos resultados concretos das heranças de moradias e utensílios, mas expressa uma forma de resistência em meio a grandes dificuldades para a manutenção da vida, com a forma simples de viver e a valorização dos pactos comunitários e a forte religiosidade.

A forma como utiliza uma espécie vegetal para as suas necessidades do cotidiano é singular, como por exemplo: o uso da espécie Bacuri para a confecção de telhas de cavaco da madeira para cobrir casas,

que foi observado em uma propriedade do interior da unidade de conservação (Figuras 5 e 6).



Figura 5 - Casa de madeira no caminho da Cachoeira do Prata; coberta com telha de cavaco de madeira da espécie arbórea do cerrado desta região: o Bacuri, que também produz fruto de alto valor comercial e tem importância para as sociedades tradicionais extrativistas desta região, que faz a coleta e revende principalmente para a indústria de polpa de frutas do cerrado, Fruta Sã, Carolina, MA. Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 6– Detalhe do telhado de cavaco de madeira de Bacuri; é construída em sistema intercalado, um sobreposto ao outro, que impede a passagem de água da chuva, com alta durabilidade (em torno de 25 anos, segundo informações obtidas no local junto ao morador). Fonte – MARQUES, 2010.

Constroem suas casas, inventam e reinventam utensílios para sanar as necessidades do cotidiano, demonstrando referências históricas ancestrais indígenas, assimiladas e miscigenadas com práticas coloniais portuguesas, como, por exemplos: cabaça; cuia; moringa; caçuá; pilão de jatobá; moenda, entre outros. (Figuras 7, 8 e 9).

Têm em comum o uso coletivo dos recursos naturais, em determinadas áreas, de onde extraem o mel, caçam, retiram madeira para construção e lenha para cozinhar, entre outros recursos.

Esses objetos possuem valor antropológico, e ampliam a memória da paisagem que ao mesmo tempo é fruto do processo histórico vivenciado por essas comunidades que habitam essa região. Silveira e Lima Filho (2005, p. 39) destacam a importância desses objetos documentais para a memória do coletivo:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento.



Figura 7 – Utensílios sertanejos: cuias (o objeto que foi cortado ao meio, dividido em duas partes, utilizado para pegar alimentos secos e para colocar a refeição), cabaças (utilizada inteira para carregar líquidos), pilão (confeccionado em madeira do cerrado, geralmente Jatobá ou Pequi, usado comumente para socar arroz e outros alimentos secos) e caçua. Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 8– Caçua de couro de boi (confeccionado com o couro curtido ao sol, costurado a mão com o próprio couro, e utilizado para trazer produtos da roça, pendurado no cavalo ou muar). Fonte – MARQUES, 2010.



Figura 9 – Fogão à lenha tradicional; utilizado pela

grande maioria dos povos sertanejos devido ao acesso ao recurso energético (lenha) que está à disposição em seu meio ambiente; neste caso utilizado, principalmente, para defumar a carne para o armazenamento por um maior tempo, devido à ausência de energia elétrica no interior do PNCM. Fonte – MARQUES, 2010.

A forma como transformam os recursos disponíveis em meios de sobrevivência, que são transmitidos oralmente de geração para geração, é muito singular, identifica-os com o seu território, explicita a sua territorialidade; dá sentido ao seu viver e ao seu lugar. Silveira e Lima Filho (2005, p.40) comentam que “o objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida.” E os autores completam:

Por outro lado, se as referências culturais materiais de grupos étnicos, emigrantes e grupos urbanos não forem garantidas, de que serve apenas registrar modos e ofícios, se o background material (barro, terra, palha, aves, flores, madeiras, água) não for preservado? (SILVEIRA, LIMA FILHO, 2005, p.48).

Todo esse patrimônio cultural depende da manutenção da biodiversidade do bioma cerrado, como explicado pelo morador desta área, em conversa informal que, ao comentar sobre a dificuldade de dar continuidade aos seus trabalhos com a moenda de cana (Figura 10) e também com o uso e fabricação de telhados de cavaco de madeira, enfrenta a falta de madeiras para a sua construção, que sempre foi muito abundante, mas que, há um determinado tempo esses recursos naturais estão diminuindo.



Figura 10 – Moenda de cana artesanal em madeira, coberta com fibra de Buri; ela é movida à tração animal (bois amansados); o caldo da cana é depois transformado em melado e principalmente em rapadura, em

outra estrutura ao lado da moenda. É uma das principais fontes de alimento da população dessa região, além da farinha e proteína animal. Fonte – MARQUES, 2010.

Para tanto, é necessário que não só esse conhecimento seja transmitido, mas que também sejam realizados replantios de espécies da flora que são utilizados para esses fins. E o mais importante dessa questão é que a reprodução social está intimamente ligada a reprodução natural, uma relação que existe há muito tempo e que está em vias de se perder no tempo presente.

Sobre a ligação dos habitantes dessa região com o cerrado, percebeu-se, por meio do modo de vida dos sertanejos, sua forma de uso da terra, coleta de frutos, uso da madeira para construções, artefatos de diversas utilidades, com a matéria-prima básica retirada de espécies do bioma, uma interdependência entre eles e a paisagem. Se ela for totalmente transformada pelo processo de territorialização do agronegócio, estes serão os maiores prejudicados, pois perderão os seus vínculos identitários, e o seu sustento, o que, quase com certeza, os expulsaria desse lugar, encaminhando-os para as periferias das cidades circunvizinhas, aumentando os níveis de desemprego, subnutrição, violência urbana, entre outros inúmeros problemas urbanos vivenciados pela sociedade contemporânea.

Em entrevista concedida ao grupo da pesquisa, Sr. Clodimir, morador do povoado de Solta relatou que:

“ahh... ! sim ! não é que o povo do sertão , todos eles sabem fazer a casa di palha, cuberta em cima e imbaixo” Sr. Clodomir, povoado de Solta, 2014.

Completoeu dizendo que está muito mais difícil continuar a construir com cobertura de palha pois a matéria-prima, que no caso é Piaçava, está cada dia mais escassa no povoado e tem que ir buscar muito longe, além da dificuldade em preparar a palha, que descreveu assim:

[...] “só o talo que dobra pra dentro ai a outra parte fica pro lado de cima, ai bota aquela carrera toda ... ai vai cobrindo... vai cobrindo e ela vai

engrossando, engrossando (risos) até chegar lá encima , ai quando chegar lá encima ai bota um tanto de paia já tirado do talo , .. ai já não tem mais aquele talo , que é pra quebrar lá encima, pra fazer a cumineira , cobrir , fazer o capote”. Sr. Clodomir, povoado de Solta, 2014.

O potencial da cultura representada pelos grupos indígenas, pelos agroextrativistas sertanejos, entre outras comunidades que compõem a base identitária dessa região, representam um território vasto e heterogêneo, que necessita de um tempo para ser reconhecido e valorizado, tempo este, que neste processo de modernização dos meios de produção se processa de uma maneira muito rápida, colocando em risco a memória cultural e paisagística da região da Chapada das Mesas.

Sem contar as perdas culturais que representam a alteração de uma paisagem, pois com ela não se perde somente o cerrado, seu potencial de biodiversidade, e sim, toda a rede de conexão que existe entre: o ser humano e o meio ambiente. Salientando-se que ao se perder os recursos naturais, perde-se também o motivo cultural que existe em simbiose com a sociedade desse lugar, em especial o sertanejo que desenvolveu diversas formas de fazer e existir nessa paisagem.

Cabendo a cada uso da paisagem e/ou a sua conservação ser exercida pelos diversos agentes sociais que habitam este território, tendo sempre em vista um equilíbrio dinâmico e sustentável entre os usos e a sua conservação, segundo a ótica da paisagem do cotidiano, comentada anteriormente. Valorizando os modos de vida, saberes, fazeres, que são integrantes da sociedade da Chapada das Mesas, independente de ser: indígena, sertaneja, latifundiária, grandes ou pequenos agricultores e empreendedores: do turismo, do comércio, entre muitas outras funcionalidades a qual essa paisagem pode envolver.

REFERÊNCIAS

CABRAL, M. do S. C., Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão. MA, SECMA, 1992.

LIRA, E. R., **A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás** Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/62>> Acesso em: 07 de fev. 2010.

MACHADO, L.M. C. P. **Paisagem Cultural**, in KOZEL, S., SILVA, J.C., GIL, S.F.F., Org. **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista** São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER,2007.

MMA/SBF - SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei n 9.985**, de 18 de julho de 2000; decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília,2004. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 15 de out 2010.

RIBEIRO, D., **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

RIGONATO, V. D. & ALMEIDA, M. G.. **A singularidade do cerrado: a interação das populações tradicionais com as fitofisionomias**. VIII EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Goiás. 2003.

SILVEIRA, F.L.A; LIMA FILHO, M.F. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “A alma nas coisas” e a coisificação do objeto**, Rev Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.37-50, jan/jun 2005.

A MORADA CAMPONESA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA (MA): modos de construir e de morar

Clara Raissa Pereira de Souza¹

Ao estudar sobre os significados da casa, Bachelard (1996) afirma que ela está intimamente ligada à memória e à imaginação dos que nela habitam.

Na ordem dos valores, ambas (memória e imaginação) constituem uma união da lembrança com a imagem. Assim, a casa não vive somente no dia a dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial [...] a casa é uma das maiores forças de integração para o pensamento, as lembranças e os sonhos do homem. [...] Sem ela o homem seria um ser disperso (BACHELARD, 1996, p.25, 26).

A casa é, sob esse conceito, mais do que um objeto concreto; ela representa simbolicamente uma âncora para o ser humano, um elemento que o fixa à terra. É um espaço constituído por experiências individuais e coletivas, que remetem a um passado vivido. É também um lugar onde papéis sociais e representações são desempenhados, de acordo com o conjunto de referências simbólicas da família.

De acordo com Woortmann (1982), a casa camponesa é um espaço ritual de interação dos membros da família, além de ser o lócus da produção da força de trabalho do grupo doméstico. E o terreno da morada é também um espaço social, onde homens e mulheres estabelecem relações com os vizinhos, tecendo redes de sociabilidade através do uso coletivo do espaço doméstico.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial (PPDSR) e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Sob a luz desses conceitos, pretendo compreender como os moradores fazem uso de suas moradas no cotidiano, sob quais lógicas operam as disposições dos cômodos, e que relações a moradia estabelece com o terreno em que está inserida. Usarei o termo “morada camponesa”² para me referir à moradia somada ao quintal, ou seja, a casa conjugada à sua unidade de produção. Para tanto, estabeleço uma caracterização prévia da formação do povoado, descrita a seguir.

O TERRITÓRIO DE PEQUIZEIRO: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O povoado de Pequizeiro está situado a sete quilômetros da sede municipal. Embora não apresente limites determinados de ocupação pela gestão municipal, o povoado faz parte de uma gleba de 3.828.013 ha, denominada Gleba Rio Negro II, da qual fazem parte os povoados de Pequizeiro, Buritizinho, Juçaral, e Cabeceiras. De acordo com o relato de J.R.N., (2016) em Pequizeiro vivem cerca de 230 famílias camponesas, que se organizam em torno da produção de uma agricultura de provisão familiar e da pesca - em menor frequência - e cujas relações pessoais estão estruturadas em torno de vínculos familiares.

De acordo com relatos orais dos moradores, os primeiros habitantes do povoado remontam à década de 1930. Vindos de outras comunidades, em busca por melhores condições de fertilidade do solo, camponeses estabeleceram-se no território que hoje corresponde a Pequizeiro e constituíram morada.

Pequizeiro apresenta um padrão de ocupação disperso, com casas alinhadas ao longo dos arruamentos. Os motivos para esta dispersão podem ser explicados pelo processo de ocupação paulatina do território, a que Leite (2004) faz referência, além da necessidade dos trabalhadores rurais identificarem áreas com mata virgem para ocupação e plantio,

² Heredia (1979) refere-se à casa camponesa somada ao sítio como a “morada da vida”, por reconhecer a terra como local de trabalho, de sustento familiar, e também de abrigo do grupo doméstico.

conforme explica Miranda (2010). A mancha de ocupação do povoado apresenta 15.196,63 km² (1.519.663 ha) de área, e abrange as ruas, moradias, equipamentos de uso coletivo e demais espaços de lazer e sociabilidade utilizados pelos moradores.

O povoado é constituído por sete ruas principais, além de ruas menores que interligam as primeiras. Ao conversar com A.N.,³ um dos moradores, descobri que apenas a rua principal possui uma denominação específica: chama-se Rua São Pedro, levando o nome do santo da Igreja Católica do povoado. As demais ruas não possuem uma designação específica, mas busquei identificá-las, a partir dos nomes dos beneficiários que nelas moram, para fins de apresentação do espaço geográfico do povoado.



Figura 1 – Croqui do povoado Pequizeiro. Fonte: Autora, 2016.

Conforme o relato de J.R.N.⁴ (2016):

³ Entrevistas de J.R.N. e A.N. concedidas a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 11 de abril de 2016

⁴ Entrevista de J.R.N. concedida a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 11 de abril de 2016.

O meu pai morava numa comunidade chamada Buritizinho, que ficava a 6 quilômetros daqui, isso na era de 1930. Lá eles pegavam água numas cacimbas, cacimba no chão. E a minha avó ela já era bem velhinha. Eles moravam por lá, mas trabalhavam um tempo aqui fazendo roça, tinha a casa de farinha bem ali. Aí eles vieram pra cá de vez e apelidaram de Pequizeiro por causa do pé de pequi que tinha ali, bem grossão. Aqui era chamado Pequizeiro dos Trocate. E aí o meu pai, ele viu a situação e eles tinham uns animaizinhos lá no quintal, nesta casa nova e ele convidou o meu avô para vir embora para cá. E eles vieram, acompanhando meu pai vieram 5 irmãos, que era o meu tio, Porfirio Trocate, Simeão Trocate, João Trocate, Domingos Trocate e a outra era Rosa Trocate. Foram 5 que vieram, estavam acompanhando o meu avô. Só que na época o meu pai ainda não era casado, ainda era rapaz. E eles começaram a construir estas 5 casas e aí foram aumentando. E agora eu também estou nessa história. Começou com uma família e esta família foi aumentando, aumentando e hoje aqui no Pequizeiro, alguém que não é da família, mas está na família. O interessante é isso, que quem não é da família, mas está na família. Eu acho que só 5% das pessoas daqui deste povoado não são da família daqui, da nossa família. São pessoas que vieram. Aqui nós somos tudo primo, sobrinho, tio, irmão.

O relato permite perceber que a maioria dos habitantes de Pequizeiro possui um vínculo familiar com o fundador do povoado, o que fortalece, dentro do território, as relações de reciprocidade e alianças entre parentes e vizinhos, além de viabilizar um regime de construção de casas baseado num sistema coletivo, de ajuda mútua.

Organizados politicamente sob a gestão de uma Associação Unificada de moradores de Pequizeiro, Bracinho e Centro do Dico, constituída desde março de 2007, as lideranças responsabilizam-se pela gestão de terras dentro do povoado; por solicitar, junto aos gestores municipais, o acesso às políticas conduzidas pelo Plano Mais IDH, e pela articulação com agentes do INCRA no pleito à imissão de posse da terra. Ainda sobre a gestão das terras do povoado, J.R.N., ex-presidente da Associação, afirma:

Quem faz a gestão das terras do nosso povoado é a Associação. Nós é que definimos o limite dos terrenos, onde pode ocupar, tomando cuidado pra não prejudicar o rio. Aqui nós preparamo um documento, pra que não chegue nenhum esperto querendo se abancar. A partir de agora, a Associação tem um limite de terrenos pra ceder. Como nós já vamos ter o nosso título, se alguém vier de fora, nós tamo no limite.

Agora nós definimos os lotes com 20 metros de frente e 30 de fundo. Quem chegar, que for filho do pessoal da associação, que saiu do povoado e quer voltar, a gente cede o terreno. Tudo isso tá definido num documento que nós fizemos junto com nosso advogado, e reconhecido no Fórum. Nesse documento, diz que quem for morador de Pequizeiro não pode comprar nem vender o terreno. Se eu quiser ficar aqui até o fim da minha vida, eu posso ficar e trabalhar normalmente, mas no dia que eu quiser sair, eu assino um documento dizendo que não posso vender. A área volta a ser da Associação. (J.R.N., 01 de junho de 2017)

Dessa forma, a gestão da Associação busca frustrar o valor de troca da terra, incentivando o valor de uso: “se eu quiser ficar aqui até o fim da minha vida, eu posso ficar e trabalhar normalmente”. O camponês associado que desejar se fixar no povoado e viver da terra, terá os seus direitos garantidos, desde que reconheça que a terra pertence à Associação, e que deve devolvê-la à entidade, caso não seja mais de sua vontade permanecer.

A gleba Rio Negro II – da qual Pequizeiro faz parte – é uma terra devoluta⁵, o que suscita interesses de outros sujeitos interessados na propriedade do território. Os moradores do povoado já haviam sofrido ameaças anteriormente, por parte de agentes do mercado imobiliário interessados em ocupar a terra. Conforme conta A. N.⁶,

A gente já enfrentou muitos conflitos de terra com pessoas, grileiros que vinham para querer tomar. Eu me lembro que em 2012 nós tivemos aqui uma situação muito desconfortável. Uma empresa (refere-se à empresa Moraes Imóveis⁷) veio aqui e eles andavam eram 6 jagunços fortemente

⁵ “São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado” (Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 9.760/46). Correspondem, portanto, a terras públicas e sem destinação pelo Poder Público, e que em nenhum momento pertenceram ao patrimônio de um particular, ainda que tenham estado irregularmente sob a posse de alguém.

⁶ Entrevista de A.N. concedida a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 08 de agosto de 2016.

⁷ Empresa imobiliária de Paço do Lumiar, a Moraes Imóveis “tentava avançar, desmatar e demarcar parte do território da Gleba Piquizeiro para realizar

armados. Na época eu era o presidente da associação. E aí eu reuni a comunidade, o sindicato e outras famílias e eu participei de um congresso lá em Brejo. Lá eu fiz o maior escândalo lá em Brejo, neste congresso. Todo ano a gente fazia congresso, era congresso e congresso e as empresas avançando. E aí eu nesse dia lá eu pedi a palavra e disse que não estava adiantando de nada a gente fazer congresso, sendo que as empresas estavam massacrando e invadindo as áreas e tirando o nosso sustento. Aí, com muita luta conseguimos da juíza de Urbano Santos uma liminar de proteção concessória pra garantir a nossa posse da terra até nós sermos regularizados pelo INCRA. (A.N., 08 de agosto de 2016)

O êxito na posse da terra representa um grande passo para os moradores de Pequiizeiro, pois possibilita que se estabeleçam nela com seus direitos garantidos. Neste sentido, a conquista legal da terra representa uma dádiva alcançada graças ao trabalho empenhado pelos moradores em suas reivindicações. E nessa trajetória, a terra deixa de representar apenas um meio ou instrumento de trabalho ou de produção, mas também a conquista de um processo de luta e de construção simbólica, que fazem dela um lugar de vida, de pertencimento, e de um vir-a-ser que é estar em um lugar (SAUER, 2005).

Os processos de sociabilidade em Pequiizeiro

Em Pequiizeiro, os processos de sociabilidade acontecem sobretudo nas unidades familiares. As falas dos moradores permitem perceber que as reuniões entre vizinhos são menos constantes do que entre as famílias, e que as festividades no povoado, outrora mais frequentes, têm se tornado mais raras com o passar dos anos. Dentre as atividades de lazer citadas, estão os jogos de bola, as reuniões com a família ao fim da tarde no quintal ou sob o beiral das casas, os banhos de rio e os programas de TV. Os cultos domésticos e nas igrejas também desempenham um importante papel no cotidiano dos moradores.

transações de compra e venda, principalmente com empresários para a plantação de eucalipto, como a empresa BERTIN.” (ALMEIDA, 2012)

Nos fins de semana a gente se reúne lá na casa do meu pai. Meu pai mora lá no outro povoado. A gente se reúne com os vizinho também. Tem ótimos vizinhos. Tinha festejo aqui no povoado, primeiro faziam o festejo de São Pedro, que fazia festa mesmo de verdade. Agora só comemora mesmo na igreja (L.R., 11 de abril de 2016).

Aqui é todo dia eu vou lá pra casa da minha vó. Todo dia. Quando eu não vou, eles vêm aqui pra saber se eu tô é doente (risos). Meu marido gosta de ir jogar bola todo dia. Tem uns festejo, mas a gente não participa não (M.J.S., 11 de abril de 2016).

Aqui a gente assiste televisão, às vezes vou ali... tem um campinho de futebol ali em cima e de vez em quando a gente vai pra lá jogar bola. Na televisão eu gosto de assistir mais é um esporte, jornal...às vezes vejo um filme aí de ação. Final de semana, às vezes a gente se reúne com a família, com os vizinhos. Nós não costuma participar dos festejos da igreja não. (J.V.N., 11 de abril de 2016).

Terminou de almoçar, quando o solzinho tá quente levo os meninos pra tomar banho lá no rio e brincar. A molecada gosta demais (J.R.N., 11 de abril de 2016)⁸.



Figura 2- Jogo de futebol feminino. Fonte: LATESE, 2016



Figura 3- Crianças em banho de rio. Fonte: Autora, 2017.

A despeito da relação entre vizinhos não ser tão próxima quanto entre parentes no povoado, em Pequizeiro vigoram as relações de reciprocidade e ajuda mútua. Quando um morador entra em uma situação de necessidade, os vizinhos organizam-se para apoiá-lo, dentro de suas

⁸ Entrevistas concedidas a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 11 de abril de 2016.

possibilidades. É o caso de N.S., uma das moradoras do povoado há mais de 15 anos. Sua primeira casa pegou fogo e a família perdeu todos os itens. Entretanto, os moradores do povoado dispuseram-se a ajudá-la com apoio de roupas e itens que foram perdidos durante o incêndio.

Quem chegava com uma rede, chegava. Quem chegava com uma roupa, chegava. Quem chegava com um calçado, chegava. Quem chegava com um paninho pra enrolar menino, chegava. Graças a Deus, mesmo com essa situação, meus filhos nunca precisaram dormir no chão, porque aqui nós se ajuda. Aqui no Pequizeiro nós sempre fomo muito bem apoiados (N. S., 01 de junho de 2017).

Dentro das relações de reciprocidade existentes no povoado, existe também a troca de dias entre os moradores. Quando um morador precisa fazer a sua roça, ou quando precisa construir uma casa, ele entra em acordo com um grupo de moradores que se dispõe a trabalhar em regime coletivo. Mais tarde, o morador ajudado se compromete a auxiliar o grupo que o ajudou em tarefas futuras. Como explica uma das moradoras, O.F.:

Assim, quando a gente tem o dinheiro pra pagar um construtor, a gente paga por diária. Quando a gente não tem, a gente troca dias. A troca de dias funciona assim: você faz uma lavoura, eu faço outra lavoura. Aí eu combino com você: vumbora trocar umas diárias? Aí eu vou trabalhar pra você. Aí quando é depois de amanhã, você é que vem trabalhar pra mim. Pra trabalhar de roça, quando a gente quer roçar, trabalha é o grupo. Arruma 10 pessoas pra trabalhar na roça de um. Amanhã, mais 10 vão trabalhar na roça de outro. E assim vai indo, todo mundo se ajudando. Olha, aqui é Associação. Todo mundo é unido. Hoje é pra você, amanhã é pra mim. Assim é que é! (O.F., 01 de junho de 2017)⁹

De acordo com Woortmann, K (1990, p.67), “a reciprocidade é o contrato social do camponês no interior do todo que é a comunidade”. Estas regras de reciprocidade em Pequizeiro são tácitas e regidas por um princípio de honra entre os camponeses envolvidos.

⁹ Entrevistas de N.S. e O.F. concedidas a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 01 de junho de 2017.

A MORADA CAMPONESA EM PEQUIZEIRO: O *HABITUS* CONSTRUTIVO

Em Pequiizeiro, as casas existentes costumam adotar o adobe e a taipa de mão como técnicas construtivas. Para identificar as variantes de uma forma-base ou esquema comum da moradia camponesa em Pequiizeiro, decidi fazer levantamentos arquitetônicos das casas de 11 famílias, buscando descobrir a lógica de organização dos espaços e de funcionamento dos cômodos, bem como os fluxos internos e externos à moradia. A pesquisa de campo e os diálogos permitiram-me perceber que a utilização desses esquemas de construção nem sempre parte de uma vontade consciente dos seus moradores, mas está atrelada a um repertório de saberes técnicos e simbólicos, que são transmitidos e reproduzidos de geração em geração.

A análise das plantas baixas permite perceber a recorrência de um esquema de organização das moradias no qual a sala costuma ser o primeiro cômodo da casa, seguida pelos quartos de dormir, cuja quantidade varia em função do número de integrantes na família, ou de acordo com a disponibilidade dos recursos familiares. Verifica-se a quase inexistência de corredores de circulação no interior da casa, o que me permite interpretar como o uso do espaço no interior da casa precisa assumir uma função pragmática de ocupação, sem gerar ambientes “ociosos”.¹⁰

A cozinha costuma ser o último cômodo da casa, sempre situada aos fundos, contígua à roça; a aproximação entre ambas sugere a necessidade, por conta dos moradores, de facilitar o fluxo entre a produção de alimentos na roça e o seu preparo na cozinha. Em algumas casas, os moradores adotam o uso da meia-água – construção adjacente à cozinha e destinada à instalação do fogão a carvão. As meias-águas costumam ser também espaços de convivência familiar, onde mesas e cadeiras são

¹⁰ Quando questionado sobre a ausência de corredores em sua casa, um dos moradores e também construtor de sua própria casa, J.R.N., afirmou que “corredor toma muito espaço na casa, espaço sem uso, e que é melhor dar preferência de fazer um quarto maior”.

dispostas para as refeições em família. Quando vedada, a meia-água recebe o nome de paiol, e exerce a função, além de abrigar o fogão de barro, de armazenagem dos itens produzidos na lavoura.

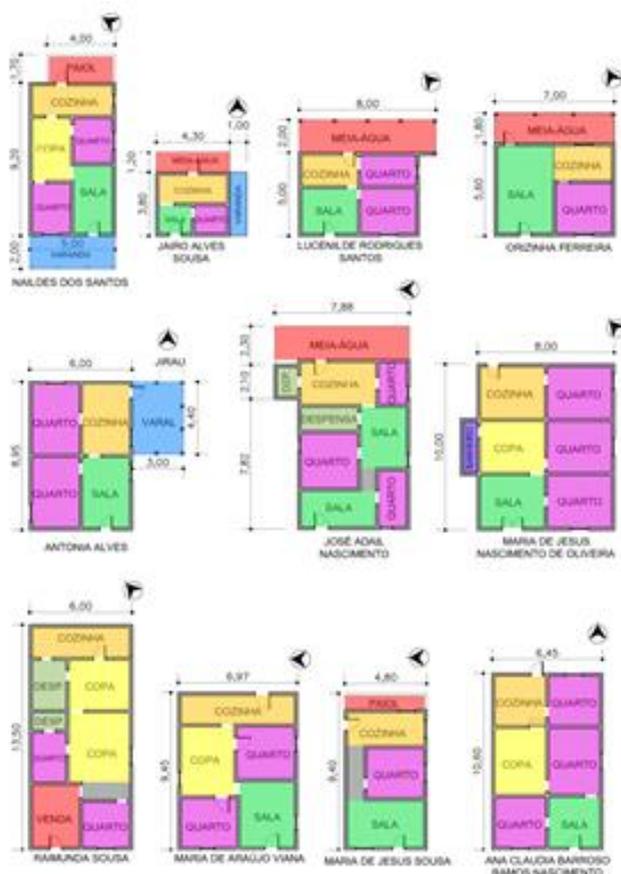


Figura 4. Plantas baixas das famílias da amostra.
Fonte: Autora, 2017.

Sobre o uso destes espaços, foi possível perceber que a sala costuma ser de domínio heterogêneo; marido, esposa e filhos se revezam na sua ocupação. Em habitações com existência de apenas um quarto, a sala converte-se em dormitório, onde as mulheres costumam ocupar o único quarto, e os homens ocupam a sala, com uso de redes. A cozinha,

entretanto, costuma ser de domínio feminino. Com o apoio da meia-água, a partir da cozinha as mulheres realizam o preparo dos alimentos, a cria de pequenos animais e a lavagem dos pratos e roupas.

A presença de poucas aberturas para iluminação e ventilação nos cômodos da casa se dá tanto por questões de privacidade quanto pelos recursos limitados para a aquisição de esquadrias. “A gente abre uma janelinha no quarto porque precisa, pra não ficar muito escuro, né? Mas aqui a gente não tem o costume de abrir muita janela na casa não”, revela A.A., uma das moradoras.

A análise da área construída das casas demonstra a existência de moradias de 25 a 83 m², e nota-se que a variação das áreas dá-se de acordo com demandas específicas de cada família. Percebo o que Arruda (2007) denomina de “reciprocidade da forma”, conceito que defende que as características físicas da casa – suas dimensões e fluxos - são um reflexo do modo de produção e das necessidades próprias de cada grupo familiar.

Quando questionados sobre o processo de criação e organização dos espaços da moradia antes de procederem à construção, os moradores respondiam que haviam “tirado a casa da cabeça” ou feito “no sentimento”.

Nós tiramo da nossa cabeça mesmo. Que o material era pouco, então não pode inventar muito. Quando tá pronta a gente pensa em aumentar pra trás, fecha a cozinha e faz mais uns quartos... (L.R., 11 de abril de 2016).

Meu marido fez da cabeça dele mesmo, do jeito que todo mundo faz (M.J.S., 11 de abril de 2016).

Eu não tinha modelo, nem ideia, só fui riscando no terreno. Foi no sentimento mesmo, fui fazendo ela dessa maneira porque eu não tinha ideia mesmo de nada mesmo. E fiz sem ideia de aumentar também... até porque se eu tivesse nessa época com uma pessoa me orientando, eu tinha feito com uma sobra de terreno pra frente. Aí a minha casa acabou ficando no meio da rua. (J.A.O., 11 de abril de 2016)¹¹.

¹¹ Entrevistas concedidas a Clara Souza e Frederico Burnett. Povoado Pequizeiro, 11 de abril de 2017.

Outros, como J.V.N., decidiram aproveitar a estrutura prévia de uma moradia anterior, mas buscaram reproduzir um modelo familiar, pautado em experiências anteriores de construção:

Na realidade essa casa mesmo aqui... eu comprei uma casa pequenininha de um cidadão. Depois eu derrubei, eu fiz um modelo novo. Mas aproveitei umas parede do meio, peguei daí e fiz do outro modelo. Era só um quatro comodozinho, aí eu fui aumentando. Eu já tinha feito uma casa assim antes, eu fui só fazendo de novo do mesmo jeito. (J.V.N., 11 de abril de 2016)

Estas falas permitem antever a força do *habitus* construtivo dos moradores de Pequizeiro. No intento de compreender as relações de afinidade entre o comportamento dos sujeitos e as estruturas e condicionamentos sociais em uma região camponesa da França, Bourdieu (1983) definiu *habitus* como:

(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (BOURDIEU, 1983, p. 65)

O *habitus* para Bourdieu corresponderia, portanto, a uma estrutura duradoura que forma princípios orientados para uma prática. Há uma reprodução cotidiana destas estruturas e práticas pelos sujeitos. O autor afirma que o *habitus* tem um caráter estruturante, isto é, gerador de práticas e de representações, e estruturado, revelado em sua capacidade de absorver transformações e práticas quando estas são incorporadas socialmente. Esta noção de *habitus* enquanto estrutura estruturante e estruturada é muito bem contextualizada por Woortmann (2013):

Para Bourdieu (1983), *habitus* consiste num saber social incorporado, mas “de mão dupla”, ou seja, da sociedade para a pessoa e desta para a sociedade. Em outros termos, a pessoa é socializada, internaliza aquilo que a família, escola, amigos, igreja, meios de comunicação, etc lhe inculcem (...). Por outro lado, de acordo com o antropólogo francês, a pessoa também pode influenciar a sociedade, abrir novas perspectivas, criar novas demandas (...) estéticas. (WOORTMAN, 2013, p.8)

Desta forma, é possível compreender as práticas de construção da morada rural a partir do *habitus*; pode-se pressupor que é por conta deste que os saberes relacionados à produção da casa estão naturalizados de tal forma que se tornam constantes no tempo. A noção de *habitus* apresenta um sistema de disposições duráveis que se referem à experiências anteriores, mas que ao mesmo tempo estão sujeitas a mudanças. Como afirma Cunha,

Sublinha-se que o *habitus* prevê não somente uma regularidade de práticas e representações, mas uma abertura para inovação pelos sujeitos. Nesse sentido, esse dispositivo que faz interface entre o espaço físico e seus modos de uso e ocupação prospecta uma possível apropriação ou adaptação às mudanças estruturais e conjunturais. (CUNHA, 2015, p.18)

O *habitus* revela práticas que traduzem uma visão de mundo específica, que demonstram a distinção entre os que pertencem ou não a determinado grupo social. Trata-se de uma relação de identidade que se estabelece entre o sujeito e o meio em que está inserido. A prática da construção da casa rural e a adoção de novos materiais de construção, distintos daqueles a que os moradores estão rotineiramente acostumados, é um exemplo de como o *habitus*, embora esteja relacionado à práticas tradicionais, não é estanque. Esse conceito estabelece rupturas com as leituras deterministas e unidimensionais das práticas sociais, recuperando a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas ao curso de uma trajetória individual. (SETTON, 2002).

O saber popular utilizado na construção das casas e a inserção de novos materiais - distintos daqueles a que rotineiramente possuem acesso - é percebido na fala de um dos moradores:

Primeiro eu tirei o barro mesmo do lugar dela aqui. Ia usando do terreno. Fiz as forminhas do adobe e fui fazendo cada tijolo. Eu mesmo ia fazendo, que eu não podia pagar. Meus filhos foram me ajudando a fazer. A madeira do telhado eu fui tirar longe daqui, que aqui não tinha. Eu comprei umas ripas em outro povoado, e eu mesmo que fui fazendo o telhado aos poucos. Depois por último fiz a cobertura. Fiz de duas vez porque eu não podia comprar a telha pra cobrir tudo de uma vez. Demorou mais ou menos uns 6 meses pra ficar pronta (J.A.O., 11 de abril de 2016, grifo meu).

As falas permitem perceber o que Martins (2008, p.8) estabelece de que “a própria noção de *habitus* pressupõe atualização de práticas que se naturalizam, permitindo sua constância no tempo, como um elo dinâmico com experiências passadas, o que se aplica à questão da habitação no meio rural.” Materiais são retirados da natureza para a construção das casas, assim como também são inseridos novos materiais, disponíveis apenas no mercado da construção civil.



Figura 5 – Casa de taipa de mão e cobertura de palha de buriti. Fonte: Autora, 2016.



Figura 6 – Casa de adobe com inserção de telhas cerâmicas na cobertura. Fonte: Autora, 2016.

Entretanto, se por um lado a incorporação de novos materiais de construção é uma realidade, esta não é tão frequente assim. A maioria das construções é feita à margem do mercado, com o uso de recursos naturais

do entorno para a produção da casa. A fala de O.F. deixa clara essa característica:

Eles vão levantar, botar o pontaleto ali em cima no telhado, aí vão estear, aí vão envarar todinha, encher de barro, aí vão tirar as palhas. Que aqui a gente não compra! Manda derribar. Nós carrega nos animal, ou paga um carrinho pra buscar a palha (O.F., 01 de junho de 2017, grifo meu).

A análise dos tipos de casas em Pequiizeiro permitiu-me perceber que seus moradores se organizam de acordo com o que Arruda (2007) denomina “mínimo habitável” - o termo corresponde ao que os camponeses consideram como necessário para o abrigo do grupo familiar, utilizando, para isso, os recursos disponíveis na natureza: terra, madeira, palha. Alguns moradores atribuem à casa uma condição de provisoriedade, como se percebe na fala de M.J.S.:

Quando nós fizemo essa casa, não pensamo pra onde podia aumentar depois não... porque a gente fez já pensando em fazer um de adobe depois. Mas aí veio esse programa e a gente decidiu esperar antes de começar (M.J.S., 11 de abril de 2016).

É possível também perceber como a morada camponesa se organiza em uma estrutura que maximiza o uso do espaço exterior. A casa destina-se ao abrigo da família e ao preparo dos alimentos; no terreno em que está circunscrita, são espacializadas a produção da roça, as áreas de banho e de lavagem de roupas, as instalações sanitárias, as áreas de sombra sob as árvores para as conversas de fim de tarde. É nos fundos da casa que também são criados atalhos e percursos para a casa de vizinhos e parentes, que passam despercebidos por um observador desatento.

No quintal, costumam estar situados o jirau - próximo à cozinha, para facilitar as tarefas de preparo de alimentos e lavagem dos pratos e roupas; - os canteiros para o cultivo suspenso de verduras e legumes; o pomar de árvores frutíferas, destinadas ao consumo familiar; a roça de mandioca, maxixe e feijão; a sentina, nos fundos do terreno, que mantem-

se como uma edificação oculta aos olhos de visitantes; o banheirinho, edificação construída e destinada ao banho da família; a casa do fogão de barro, para o preparo de alimentos como o feijão e a carne; o chiqueiro e o galinheiro, destinados ao alojamento dos porcos e frangos criados pela família, respectivamente. Em terrenos compartilhados por mais de uma família, é comum perceber o uso coletivo de edificações, como se nota no terreno de J.A., que divide com o pai a utilização da casa de farinha. A presença destes usos comprova as funções que Arruda (2007) atribui ao quintal da morada camponesa:

A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio (ARRUDA, 2007, p. 80).

Em Pequizeiro, o espaço do quintal contribui para uma relativa autonomia do povoado em relação à sede, uma vez que através dele as famílias produzem boa parte dos alimentos consumidos no interior da casa. Assim, a casa-quintal de Pequizeiro é muito comum em todo o território do povoado.



Figura 7: Casa de farinha, situada no quintal da casa. Fonte: Autora, 2015.



Figura 8: Moradora de Pequizeiro na produção de farinha. Fonte: Autora, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações feitas em Pequizeiro, foi possível perceber que a casa, como lugar de morada de uma unidade familiar, está integrada a uma rede de moradias, de parentes e vizinhos que, juntos, compõem uma unidade social conectada por relações de ajuda mútua e solidariedade. São essas relações que impulsionam a economia local; no calendário agrícola, camponeses estabelecem entre si redes de ajuda na produção, através da troca de dias, de sementes e de produtos. Trata-se de um território em que vigoram relações de reciprocidade, de trocas materiais e simbólicas de bens e serviços, e de estabelecimento de alianças.

O povoado Pequizeiro é um território - um espaço transformado pela produção humana - e constituído pelas identidades e histórias de cada um de seus moradores. A morada camponesa em Pequizeiro é também uma unidade de produção, articulada ao terreno e a outros equipamentos comunitários - como as casas de farinha de vizinhos - onde vigoram relações de reciprocidade e apoio mútuo. A morada camponesa está em relação com o trabalho, a família, a terra e a natureza.

As práticas construtivas dos moradores estão solidificadas em um conhecimento empírico acumulado e transferido de geração em geração. Estas práticas devem ser valorizadas no intuito de preservar a autonomia dos sujeitos nos processos. Estas reflexões trazem a conclusão de que quaisquer intervenções referentes à programas habitacionais ou de inclusão produtiva de comunidades rurais devem levar em consideração o modo de morar camponês, que se espacializa para além da casa e alcança o espaço do quintal, local de produção e de convivência familiar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Igor. **Gleba Pequizeiro, em Belágua, tem proteção possessória garantida pela Justiça.** In: Blog Outros Olhares: um espaço para a construção e discussão sobre uma nova visão em Direito. 2012.

Disponível em: <http://blogoutrosolhares.blogspot.com.br/2012/12/gleba-piquizeiro-em-belagua-tem.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. 2007. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19052010-094729/pt-br.php>. Acesso em: 21 nov. 2015

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

CUNHA, Weder S. **Modos de uso e configuração espacial no Residencial Atalaia – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Viçosa, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7647/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 mai. 2017

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: www.bvce.org. Acesso em: 27 mai 2016

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MIRANDA, Aurora A. B. **De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no Assentamento Brejo de São Félix/MA**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SAUER, Sergio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain [et al]. -- Brasília : NEAD, 2005.

SETTON, Maria G. J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, nº20. mai./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017

MARTINS, Viviane S. **Modos de vida, habitação e cultura de famílias rurais no contexto da Reforma Agrária.** In: III Simpósio sobre a Reforma Agrária, 2008, Araraquara-SP. O lugar dos assentamentos rurais: atores, territórios, redes de cooperação e conflitos, 2008.

WOORTMANN, Klass. **Casa e Família Operária.** Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p.119-150

_____. **Com parente não se negueia; o campesinato como ordem moral.** Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 1987).

WOORTMANN, Ellen F. **A comida como linguagem.** 2013. Revista Habitus. Goiania, v.11, n.1, p.5-17, jun.2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/22444253-Palavras-chave-praticas-alimentares-codigos-distincoes-sociais-memoria.html>. Acesso em: 12 out. 2016.

SÍTIOS PALAFÍTICOS PRÉ-COLONIAIS NA BAIXADA MARANHENSE: a vida sobre as águas

Deusdédit Carneiro Leite Filho¹

Na região que compreendendo a Baixada Maranhense, com seus diferentes compartimentos ambientais e em especial suas áreas no entorno dos sistemas de drenagens, integrados aos conjuntos lagunares e suas planícies de inundações, assentaram-se ao longo do tempo populações de matizes culturais distintas. Tais povos exploraram a região e se fixaram em contextos cronológicos e espaciais diferenciados, deixando marcos na paisagem, sendo derivados dessas ocupações tipos característicos de vestígios que constituem os sítios arqueológicos. Foram localizados até o momento na região os sambaquis lagunares, estearias, aldeamentos de ceramistas horticultores, além de remanescentes deposicionais e materiais associados às sociedades prototupis.

Dentre essas populações, muito diversificadas culturalmente, se encontravam os construtores de estearias que se especializaram na exploração dos múltiplos recursos naturais associados aos ambientes lacustres, implantando um conjunto de moradias suspensas por meio de esteios, onde viviam protegidos das intempéries, ocupando de forma estratégica o interior dos lagos que compõe a paisagem regional. Praticavam a pesca, a caça e a horticultura nos terrenos adjacentes e tiveram uma grande dispersão pelas bacias hidrográficas dos Rios Mearim-Pindaré, Pericumã e Turiaçu.

Ainda no início do século XIX diversos cronistas deixaram narrativas que documentam de forma breve esses assentamentos, como o engenheiro português Antônio Bernardino Pereira do Lago, que referindo-se ao Lago Cajari assinalou que: “Na beira deste lago, em partes que de

¹ Bacharel em Arqueologia, Especialista em Gestão Pública (Fundação João Pinheiro- MG - UFBA - Gov. do Maranhão). Doutorando no Programa Interuniversitário em Patrimônio, Universidad de Extremadura-Espanha. Diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - SECTUR.

inverno se cobre d'água, aparecem restos e sinais de que ali havia edifícios e até alinhamentos em forma de rua” (LAGO, 2001); ou o morador de Penalva Mariano Raimundo Correia, que observou que nas secas mais prolongadas, quando o nível da água fica abaixo do convencional, apareciam restos construtivos e fragmentos de utensílios cerâmicos de populações antigas:

Há no fundo do Lago Cajari uma longa esteira, que se estende de Leste a Oeste em quase toda a Largura do Lago. Nesse lugar acham-se grandes quantidades de pedaços de louça de barro e até panelas ainda inteiras: o que faz presumir que fora alguma povoação submergida por algum cataclisma. Parece que havia nela algum policiamento a vista do arruamento, fabrico de louça e escolha de madeiras de âmagô para a 'edificação', o que não se nota nas taperas dos gentis atuais. Estas madeiras só são vistas no rigor das grandes secas”. [...] “Nem por escrito, nem por tradição consta por quem fosse habitada essa povoação: o que faz julgar que o fora antes da colonização europeia (BIBLIOTECA NACIONAL, apud LEITE FILHO, 2010).

No início do século XX esses assentamentos foram descritos e estudados por Raimundo Lopes, estudioso maranhense que se destacou como geógrafo e arqueólogo. Em suas idas à campo localizou e pesquisou esses sítios palafíticos nos municípios de Penalva, Pinheiro e Santa Helena, a partir de informações dos moradores e do percorrido da região. Com base nos conhecimentos científicos da época, e como naturalista do Museu Nacional, publicou as primeiras sínteses e modelos explicativos sobre esses achados em diversos artigos científicos e revistas, sendo o percussor da produção do conhecimento arqueológico em nosso estado (LOPES, 1916, 1933,1970).

Posteriormente, pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi estiveram no lago Cajari, como Mário Simões (1970), além do médico Olavo Correia Lima (1980), ampliando e refinando as hipóteses desenvolvidas por Raimundo Lopes. Nos últimos anos, professores do curso de história da UFMA tem realizado prospecções e coleta de material na porção Centro-Norte da Baixada, e pesquisadores do Museu Nacional têm reavaliado o potencial informativo da coleção do material cerâmico que se encontra sob a guarda dessa instituição. Entretanto, muito pouco se

têm avançado sobre a implantação e dinâmica espacial desses aldeamentos pré-históricos.

Localizados na região da baixada maranhense, especificamente nos municípios de Penalva, Pinheiro, Santa Helena, Turilândia, Nova Olinda, Lago Açu, Turiaçu, estes sítios arqueológicos foram estabelecidos no interior dos lagos, onde robustos esteios eram fixados delimitando e configurando a implantação de uma série de habitações que, alinhadas de forma planejada, favoreciam a intercomunicação e movimentação entre os seus ocupantes, assim como o desempenho dos afazeres diários, cerimoniais e o processo de interação social entre o conjunto como um todo. Do ponto de vista cronológico, as datações das estearias que dispomos até momento foram obtidas pela técnica Carbono 14, a partir da análise de carvões e lenhos de madeira. Situados cronologicamente entre 250 e o ano 1000 AD, os sítios arqueológicos em questão são conjuntos de remanescentes materiais, vestígios e evidências de moradias que abrigavam grupos pré-coloniais.

Em 2011/2012 realizamos uma pesquisa sistemática no sítio Lontra, município de Penalva, local que vem de forma contínua ficando totalmente exposto nos períodos de estiagem, desde a grande seca de 1982/1983, evidenciando as bases originais das palafitas com a distribuição de três concentrações de esteios. Essa configuração, entretanto, não permite uma leitura mais conclusiva da morfologia do aldeamento original, uma vez que sucessivos e intensos incêndios afetaram o local desde então, além da ação antrópica regular, o que diminuiu a leitura mais significativa sobre a configuração espacial do lugar.

Os procedimentos interventivos subsuperficiais foram precedidos por um levantamento planialtimétrico e da distribuição espacial dos remanescentes de esteios, sendo as áreas de maior potencial apontadas pelos trabalhos preliminares da geofísica, magnetômetro e GPR, com a colaboração dos profissionais da UFPA e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nas unidades de escavação, os perfis estratigráficos apontaram uma grande concentração de carvões oriundos de cocção e material cerâmico num pacote a 10 cm de profundidade com espessura de 20 a 25 cm de concentração. Foram resgatados quase dois mil fragmentos em sua maioria cerâmicos, e observados esteios inclinados ou em posição

horizontal, fruto da dinâmica do processo ocupacional e da exposição a agentes no período pós-deposicional.



Figura 01 e 02: Esteios aflorados no final do período de estiagem e escavação arqueológica no Sítio Lontra, Penalva – MA. Fotos: Leite Filho e Marques, 2012.

Dos fragmentos de madeiras selecionados em campo foi possível a identificação através do laboratório de Botânica da Embrapa - PA das seguintes espécies: ipê (*Tabebuia sp*), pau d'arco amarelo (*Tabebuia serratifolia*), itaúba (*Mazilaurus cf lindaviana*), ipê pardo (*Tabuia orchracea*) e maçaranduba (*Manilkara sp*). Todas essas espécies de madeira são largamente reconhecidas pela sua resistência e dureza, sendo conhecidas em todo o domínio amazônico por suas qualidades, inclusive por sua durabilidade em construções em áreas alagadas. Cabe ressaltar que em ambientes encharcados ou submersos, as madeiras em geral se conservam por milhares de anos, salientando-se que os segmentos da construção original que ficaram expostos ao ar e as intempéries, as oscilações de temperaturas, a proliferação de fungos e insetos, desintegraram-se paulatinamente após o abandono do lugar.

Associado aos materiais construtivos encontram-se objetos que estruturavam a vida cotidiana dessas populações, como artefatos líticos lascados e polidos, utensílios de madeira, e grande quantidade de

recipientes cerâmicos. Estas últimas apresentam variabilidade quanto à técnica de manufatura, escolha de antiplásticos, qualidade da queima, principalmente quando as suas características morfológicas, existindo vasos miniaturas, tigelas, pratos e grandes recipientes de boca aberta. Bastante frequente são os vasilhames de formato oblongo com representações modeladas de uma ampla variedade de animais, como jacaré, peixes, antas, morcegos, aves, tartarugas, felinos, dentre outros. Também são encontradas estatuetas de até 20cm com representação humana, cachimbos tubulares e tortuais de fusos, além de peças com pinturas geométricas e desenhos incisos de grande complexidade. Segundo as abordagens mais recentes, essas artes decorativas remetem a simbologias que se vinculam às ontologias amazônicas de ordem cosmogônica e xamanísticas, onde visões de mundos que englobam seres vivos, espíritos ancestrais e entidades sobrenaturais estão em constante movimento necessitando de práticas de alteridade, controle e apaziguamento por parte de todos, em especial dos xamãs, para o equilíbrio da vida social. (VAN VELTHEM, 2009; GOMES, 2012; LAGROU, 2013).

Na produção de conhecimentos sobre as sociedades pretéritas, diante das limitações que normalmente a pesquisa arqueológica encontra na releitura de vestígios do passado, é muito importante buscar referências em etnografias atuais ou do passado que possam auxiliar nas hipóteses, visando responder a questionamentos de ordem material, técnica ou mesmo comportamental. Para a etnoarqueologia o desafio é “[...] traduzir observações contemporâneas de coisas materiais estáticas em afirmação sobre a dinâmica dos modos de vida do passado [...]” (BINFORD, 1983, p.29). Entretanto, tais observações, dentro de correntes metodológicas distintas, fundamentam a revisão dos conteúdos e os reescalamentos dos paradigmas arqueológicos, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca dos povos do passado e do presente, sobre o manejo dos recursos, mobilidade, ocupação, e transformação das paisagens antropogênicas (SILVA, 2009).

As populações indígenas da época do contato, bem como muitas atuais, apresentam variações significativas quanto à forma de implantação das aldeias, nas tipologias das edificações de caráter coletivo ou familiar, ou mesmo nos circuitos de mobilidade dentro da comunidade em sua

totalidade. Tais práticas refletem heranças culturais, códigos de conduta social e escolhas técnicas, podendo ter uma vinculação de ordem cosmológica e hierárquica de difícil apreensão ao olhar ocidental. A aldeia pode ser reduzida à uma grande edificação circular ou poligonal, com pátio interno, como no caso das aldeias tradicionais dos Yanomami ou na casa-aldeia dos Marúbu (decagonal), mas esses são casos muito específicos. Tradicionalmente, quanto ao plano de implantação, as aldeias podem ser circulares ou semicirculares, retangulares e de implantação linear (FENÉLON COSTA & MALHANO, 1986; DERENJI, 2002).

As informações dos primeiros cronistas que se referiram aos índios do Maranhão, como também em grande parte do litoral do Nordeste, descrevem os aldeamentos dos Tupinambá como composto por quatro grandes casas em torno de um pátio central:

As casas têm de vinte e seis a trinta pés de largura de duzentos a quinhentos pés de comprimento, segundo o número de pessoas que nela habitam. São construídas em forma de claustro, ou melhor em quadrado como a Place Royale, de Paris, de modo que há sempre entre elas uma praça grande e bonita. As quatro casas eram assim dispostas, com a praça ao centro, formam uma aldeia; entre maiores e menores existem vinte e sete em toda a Ilha do Maranhão” (ABBEVILLE, 1945, p.139).

Essas casas eram grandes habitações de uso comunitário, com algumas aberturas de acesso ao interior, geralmente na área central e nas laterais, não possuindo, porém, janelas. Internamente os espaços eram subdivididos entre as famílias, sem uma demarcação formal, onde a disposição dos pertences como redes de dormir, objetos de uso pessoal (adornos, armas, amuletos), além dos utensílios familiares (cestos, potes, instrumentos), simbolicamente estabelecia as hierarquias e o uso racional dos espaços. As provisões alimentares eram cuidadosamente armazenadas e consumidas de forma comunitária em algumas situações. As relações de parentescos e os códigos de sociabilidade eram refletidos na dinâmica e manutenção desses espaços, garantindo a coesão de grandes grupos com vínculos de familiares e relações de ancestralidade. A manutenção do fogo, sempre aceso dia e noite, permitia a proteção contra mosquitos e a

intrusão de animais potencialmente perigosos, principalmente cobras e onças, servindo também para afugentar os espíritos (AZEVEDO, 2009).

O interior de cada casa era dividido em duas partes que englobavam muitas moradas, chamadas *oka* (oca) ou *cheroke* (cheroca), significando *meu canto minha morada*. Segundo o mesmo cronista, essas casas “[...] têm mais ou menos três toesas [6 metros] de comprimento, entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. Nessas moradas, vive cada família governada por um pai de família e todos os pais de família de cada maloca reconhecem o principal da mesma maloca” (D’ÉVREUX, 2009, 204).

Vinte anos depois, durante a ocupação holandesa, quando grande parte dos Tupinambá da região já tinham sucumbido ou se deslocados em direção ao Amazonas, outro cronista descreveu uma casa indígena do Maranhão:

Apresentam as aldeias uma forma interessante: constam de poucas habitações quadrangulares, deixando-se no meio delas uma área bastante larga, como praça. Essas casas, com 250 passos de comprimento por 25 de largura, construídas de troncos de árvores ligados entre si e de folhas de palmeiras, oferecem um aspecto mui gracioso (BARLEUS, 1974, p 233).

Os aldeamentos de implantação circulares foram descritos já no século XX a partir dos trabalhos de Curt Nimuendaju realizados em 1930 junto aos grupos de língua Jê, especificamente os Timbiras, localizados na região do cerrado do centro sul do estado, ressaltando que tal disposição espacial obedecia a organização social e cerimonial desses grupos (NIMUENDAJU, 1976). A forma circular permite que todas as casas estejam à mesma distância do centro da aldeia, onde, através de caminhos radiais, as unidades se ligam de forma igualitária com o pátio, local em que as decisões políticas e os rituais são realizados. (LADEIRA, 1983).

As implantações de comunidades indígenas com desenhos lineares apresentam tradicionalmente uma sequência de casas em torno de um rio, principal via de locomoção, lembrando muito as ocupações de comunidades de pescadores já no período de expansão da população rural brasileira.

O impacto da colonização influenciou de forma contundente tanto o deslocamento de populações inteiras, sua forma tradicional de morar, como no cotidiano dos grupos indígenas que não foram diretamente dizimados nas primeiras experiências de fricção e contato. A ação missionária de aldear diversas etnias no mesmo espaço, bem como o posterior Diretório dos Índios influenciou na reestruturação de grupos inteiros que, posteriormente, vieram a se retribalizar. Provavelmente é o caso da planta em formato de ferradura, com seis casas grandes no meio e diversas casas menores em arruamento no entorno, como verificado da aldeia dos índios Barbados que habitavam o médio Itapecuru, cuja planta se encontra no Arquivo Ultramarino em Lisboa.

As unidades de moradias que compõem as aldeias, como um todo, apresentam grande variabilidade, existindo casas retangulares, quadradas, circulares e de diversas variações e combinações de acordo com a tradição e filiação linguística cultural de cada grupo. Também são comuns abrigos e ranchos construídos temporariamente próximo às roças ou de apoio a atividades domésticas.

As técnicas de construção são também bastante variadas, embora a madeira e a palha sejam as matérias-primas básicas e tradicionalmente usadas nas edificações indígenas. As madeiras são preparadas e utilizadas estruturalmente visando a segurança, e a aplicação de travessas e cumeeiras formam o arcabouço da edificação. Nas estearias, as madeiras eram apontadas e fixadas no fundo dos lagos usando-se pesos em movimentos pendulares. O processo de encaixe entre as peças era obtido através da confecção de diversas formas de cava e acoplamentos, sendo reforçado por meio de embiras e cipós que garantiam amarração. A colocação da cobertura e ou fechamento das paredes laterais era obtida a partir do entrelaçamento ou enlaçamento das folhas de palmeiras com as pínulas dobradas, promovendo a vedação e a proteção dos ambientes internos. (FENÉLON COSTA & MALHANO, 1986; PORTOCARRERO, 2012).

As construções sobre estacas, sejam em terra firme, ambientes inundados, ou áreas permanentemente alagadas, são soluções particularmente engenhosas possibilitando o distanciamento da variação da água, ventilação, proteção contra animais e intrusos e afastamento da

umidade (SÁ, 2002). No caso das estearias, acreditamos que além da acessibilidade aos recursos alimentares, questões de ordem cultural e de segurança tenham influenciado na decisão de implantar moradias dentro dos lagos, longe das margens, como convencionalmente construídas.

No verão de 2012-2013 o Lago Coqueiro secou quase totalmente, o que não acontecia há 30 anos, expondo o sítio “Casca do Coco”, com mais de 8.000 exemplares remanescentes de esteios que alicerçavam um complexo de palafitas, próximo ao povoado Museu no município de Nova Olinda. Com apoio do arqueólogo Fernando Marques (MPEG) e do topógrafo da UFPA Júlio Aguiar foi realizado o levantamento físico das estruturas com a utilização de estação total. As estacas de madeira se distribuem por uma área de 167 x 257 m, o que corresponde a 42.919 m² (LEITE FILHO, 2017).

A delimitação da área possibilitou a redefinição de novas abordagens sobre a organização espacial e o desenho original do assentamento indicando que as inúmeras unidades habitacionais ali existentes deveriam abrigar famílias nucleares, parentes e seus descendentes que se organizariam em agrupamentos clânicos. O desenho observado não corresponde à nenhuma forma tradicional de implantação reconhecida, apresentando plataformas sinuosas no sentido longitudinal, com vias de circulação aquática formando labirintos. É uma concentração bastante coesa e densa de edificações. É possível identificar 43 bases de construções retangulares alongadas, medindo de 8 a 12 metros de largura por até 50 metros de comprimento. Outras estruturas retangulares ou quadrangulares são observadas, existindo algumas concentrações de esteios que não permitem uma leitura mais direta sobre sua forma. Não detectamos a existência de estruturas de passarelas interligando as plataformas.

Questões significativas como a delimitação das moradias, técnicas construtivas, espacialidade, dinâmica sociocultural e adaptabilidade do modo de vida sobre lagos constituem os eixos temáticos de uma pesquisa em andamento, usando-se ferramentas metodológicas da computação gráfica para reconstituição hipotética desses cenários e resgate do cotidiano dos moradores que viviam sobre as águas.



Figura 03: Vista geral das estruturas das habitações cujos esteios afloraram no verão de 2012-2013. Sítio Casca de Coco, Lago Coqueiro, Olinda Nova - MA. Fonte: LEITE FILHO (2012).

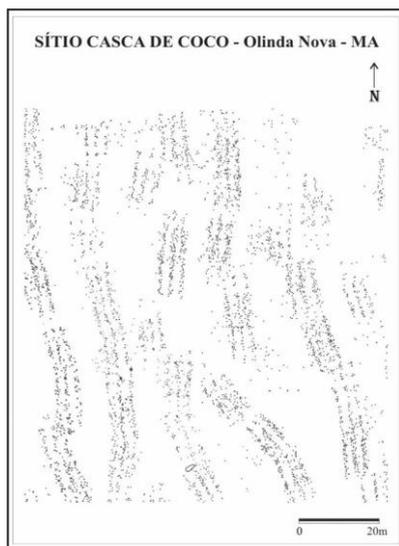


Figura 04: Detalhe do segmento central do levantamento da planta do sítio Casca de Coco, Lago Coqueiro, efetuado em 2012-2013. Fonte: AGUIAR; MARQUES; LEITE FILHO (2012).

Na área Amazônica são conhecidos diversos relatos de cronistas e viajantes que atestam a densa ocupação nas áreas de várzea por inúmeras populações, muitas vivendo em habitações palafíticas às margens dos rios ou nos lagos subjacentes (PORRO, 1996). A tradição desse padrão ocupacional continuou na época do auge da exploração da borracha, com a intensificação da migração de nordestinos e as construções dos tapiris pelos seringueiros, e mesmo recentemente adotada por populações de camponeses, os chamados “homens anfíbios”, que vivem da exploração dos ecossistemas integrados à várzea (FRAXE, 2011). Diversas sociedades indígenas vivem em diferentes modalidades de casa sobre estacas, em áreas secas ou alagadas, como os povos Mura-Piranhã, Wayana-Apalai, Marubu, Wayãpy e Palikur. Os Warao do delta do Orinoco mantêm o modo de vida muito similar ao padrão adaptativo observado nos sítios pré-históricos da Baixada.



Figura 05 e 06: Casas palafíticas do povoado Coelho, município de Cajari. Reconstituição de modelo de casa palafítica de dois cômodos. Fonte: LEITE FILHO; CASTRO JUNIOR; CARMEM (2012).

A construção de moradias sobre estacas também faz parte da herança cultural do colonizador, pois existem sítios pré-históricos palafíticos na Península Ibérica, e em Portugal, no litoral centro norte, eram comuns os palheiros associados a comunidades pescadoras, além de aldeias Avieiras palafítica do Tejo (ALMEIDA, 2015). Nas regiões equatoriais africanas, ao longo da costa do Golfo da Guiné existem diversas etnias que mantêm o modo de vida tradicional de habitações sobre esteios, principalmente pelas condições térmicas que asseguram temperaturas mais amenas, como os Adjás, ou no Benim como na aldeia Ganvié (WEIMER, 2014).

Nos campos inundáveis adjacentes aos rios Maracú e Pindaré eram encontrados no início do século 20, três tipos de moradias que Raimundo Lopes denominou “habitações-girau”; os ranchos de palha, os sítios e as fazendas, estas últimas de espaços amplos e cobertura de telha (LOPES, 1916).

Cabe destacar a permanência desses sistemas construtivos entre as populações ribeirinhas e nos ambientes de estuários, lagos, e litoral associados às atividades de pesca. Nos centros urbanos, mesmo considerando-se que esse padrão de moradia está geralmente vinculado a pessoas que ocupam os manguezais ou áreas de campos inundáveis por falta de opção, tais técnicas construtivas se mantêm vivas e adaptadas aos novos materiais, resistindo às políticas de reurbanização. O eminente colapso dos estoques de matéria-prima ocasionado pelo impacto do

desmatamento, ou as limitações de questões de ordem sanitária, abastecimento e de acessibilidade, são graves condicionantes que incidem sobre esse padrão construtivo na atualidade. Entretanto, a opção de viver sobre as águas parece persistir ao longo do tempo e em lugares diferentes ao redor do mundo, consolidando-se, assim, como forma de morar tradicional desde a pré-história até os dias atuais como no caso da região da Baixada e no litoral do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas; em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país.** São Paulo: Martins Editora, 1945. 296 p.

ALMEIDA, F.A.C. **Aldeias Palafíticas em Portugal: urbanismo e arquitetura Avieiras.**

Tese de Doutorado, Universidade Beira Alta, Covilhã, p.233, 2015.

AZEVEDO, Ana Maria de. **Introdução.** In: Fernão Cardim: Tratado da Terra e Gente do Brasil. Hedra, São Paulo, 2009.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.** Itatiaia, São Paulo: 1974. 409 p.

BINFORD, L.R. **Em busca do passado. A decodificação do Registro Arqueológico.** Londres. Europa-América, 1983.

D'EVREUX, Pe. Yves. **História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. 465 p.

DERENJI, J. **Indígena.** In: Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca. (ORG) MONTEZUMA, R. Recife; UFPE, p. 24-63. 2002.

FENELON COSTA, M.H; MALHANO, H. B. **Habitação Indígena Brasileira.** In: SUMA Etnológica Brasileira: Tecnologia Indígena (coord) RIBEIRO, B. v.2. Vozes, Petrópolis, 1986.

FRAXE, T.J.P. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. Annablume, São Paulo, p.223, 2011.

GOMES, D.M.C. **O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 7, n.1. Belém, p. 133-159. 2012.

LADEIRA.E.M. **Uma aldeia Timbira**. In: Habitações Indígenas. NOVAIS.S.C. (org). Nobel, Editora da Universidade de S.Paulo. São Paulo, p. 11-32. 1983.

LAGO, A.J.P. **Itinerário da Província do Maranhão**. São Paulo, Siciliano, 2001.

LAGROU, E. **Podem os grafismos ameríndios ser considerados quimeras abstratas? Uma reflexão sobre a arte perspectivista**. In: Quimeras em diálogo: grafismo e figuração nas artes indígenas. (org) SEVERI, C; LAGROU, E. Rio de Janeiro, 7 letras. p. 67-110. 2013.

LEITE FILHO, D.C. **Arqueologia das Paisagens Lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense**. Prelo. 2017.

_____. **Prospecções Geofísicas e Arqueológicas nos sítios lacustres Lontra. Encantado e Caboclo – Baixada Ocidental Maranhense**. Relatório processo 0149.000709/20011-44 –Iphan. São Luís, p. 84. 2013.

_____. **Ocupações Pré-coloniais no Litoral e nas Bacias lacustres do Maranhão**. In: PEREIRA, E; GUAPINDAIA, Vera. (Org.) Arqueologia Amazônica 2, Belém: MPEG-IPHAN-SECULT, p. 741-773, 2010.

LOPES, R. **O Torrão Maranhense**. *Typografia do Jornal do Comércio*, p. 222, 1916.

_____. **Entre a Amazônia e o Sertão**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1931.

_____. **Uma região Tropical**. Rio de Janeiro. Editora Fon-Fon e Seleta. P.197, 1970.

NIMUENDAJU, C. **A habitação dos Timbira**. In: Leituras de Etnologia Brasileira, SCHADEN, E. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p.44-62, 1976.

PORTOCARRERO, J.A.B. **Arquitetura e Cultura Indígena no Brasil: Tecnologias apropriadas**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, p. 58 – 72. 2012.

PORRO, A. **O Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica**. Vozes-Edusp, Petrópolis, p.204, 1996.

SÁ, C. **Habitação, Ambiente e Cultura na Amazônia Brasileira**. Inédito. Rio de Janeiro, p. 12, 1990.

SILVA, F.A. **A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v.4, n.1. p.27-37, 2009.

VAN VELTHEM, L.H. **Mulheres de cera, argila e Arumã: princípios criativos e fabricação material entre os Wayana**. Mana, n. 15 (1), Rio de Janeiro, p. 213-236, 2009.

WEIMER, G. **Inter-relações Afro-brasileiras na Arquitetura**. Edipucrs, Porto Alegre, p.328, 2014.

AUTOCONSTRUÇÃO NA VILA PROGRESSO

Emanuele Bani¹

Antonio José de Araújo Ferreira²

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “A Vila Progresso como produto da desigualdade socioespacial na cidade de São Luís do Maranhão”, defendida em outubro de 2016 junto ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

As observações de geógrafo italiano, realizadas no ensejo de desvelar formas e desvendar processos até então desconhecidos, têm revelado a evidente disparidade entre riqueza e pobreza estampada na paisagem da cidade de São Luís do Maranhão. Paisagem esta, formada por bairros com edifícios luxuosos e bairros caracterizados pela carência de serviços e infraestruturas públicas. E para mim representava uma situação inédita, quase inimaginável para quem vem de outras realidades.

Nesse contexto de desigualdade socioespacial, expressão da produção capitalista do espaço, a Vila Progresso representa uma parte (área residencial) do todo que é a capital do Maranhão, São Luís.

De fato, sob o capitalismo, assinala Carlos (2014), a desigualdade cria-se e estrutura-se a partir de relações centradas no processo de acumulação e apropriação privada da propriedade e do poder. E a cidade passa a representar a expressão espacial desse sistema de relações, na qual as desigualdades passam a ser produto e condição de seu desenvolvimento em virtude dos aspectos contraditórios inerentes ao próprio processo.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA). Mestre em Saúde e Ambiente (UFMA).

² Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Aspectos contraditórios, ressalta Carlos (1994), que refletem a contradição principal entre uma produção imposta pelo desenvolvimento da acumulação capitalista e uma produção como condição, meio e produto da vida social.

Em São Luís, assim como em outras cidades brasileiras, a necessidade de realização da produção do espaço, no sentido de suprir a demanda de consumo para a reprodução da vida dos homens, fez com que a população de baixo ou nenhum poder aquisitivo se instalasse em áreas ainda não ocupadas em função da precária localização ou do escasso valor econômico, como por exemplo, em encostas de colinas, ou em áreas de mangue, como é o caso da Vila Progresso.

Diante do referido processo, para suprir à necessidade de moradia, os moradores da Vila Progresso encontraram como alternativa a prática da autoconstrução, produto do esforço individual de cada família. Neste artigo analisa-se a dinâmica desse processo de autoconstrução, no contexto da produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão.

O método de interpretação adotado foi o histórico-dialético, capaz de enxergar as contradições emergentes na cidade capitalista entre a necessidade de reprodução do capital e a necessidade da reprodução da sociedade. Quanto às técnicas, utilizaram-se pesquisa bibliográfica, estatística e cartográfica, além da pesquisa de campo e do uso da técnica da entrevista.

Para tanto, o conteúdo foi dividido em 3 partes: na primeira analisa-se o processo de produção da Vila Progresso no contexto da produção da cidade de São Luís do Maranhão; a segunda trata da análise do processo de autoconstrução da moradia no referido bairro; já as considerações finais integram a última parte.

A PRODUÇÃO DA VILA PROGRESSO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

A situação da produção do espaço na cidade de São Luís durante o período 1612-1964, isto é, durante o período em que a referida cidade, segundo Burnett (2006), conseguiu ser ao mesmo tempo a cidade militar,

mercantil e industrial, é assim resumida por Ferreira (2014, p. 49): “de 1612 até 1952 [...] o espaço do município de São Luís foi produzido essencialmente pelo capital particular, embora intermediado pelo Estado, através do Senado da Câmara, que procedia a doação das cartas-de-data”.

O espaço urbano da cidade, que até então apresentava-se homogêneo, começou a mudar e ampliar suas contradições na década de 1960, em função da transformação profunda dessa cidade que, no breve período de trinta e cinco anos, ao dizer de Burnett (2007, p. 2), perdeu “primeiro paulatinamente e depois abruptamente, seu valor de uso pela mercantilização da vida”, transformando-se em uma cidade segregada, dividida entre aqueles que podem permitir-se viver nos melhores lugares e aqueles que, não tendo uma renda suficiente, abrigam-se em lugares insalubres ou de difícil acesso.

Uma das atuações mais importante dessa época é a participação do Estado como produtor do espaço urbano, atuando como investidor de capital na oferta de trabalho, como produtor material de infraestrutura para viabilizar a reprodução do capital, como organizador do uso e ocupação do solo, e como promotor imobiliário; neste caso, com a produção dos conjuntos habitacionais (FERREIRA, 2014).

Entre as políticas urbanas utilizadas pelo Estado, Burnett (2006) destaca o impacto das ações do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, em conjunto com um amplo programa realizado pelos governos militares, contribui de forma decisiva para transformar a cidade.

Tendo em vista o período entre 1971 e 1992, em São Luís foram produzidas 22.809 unidades habitacionais que, todavia, não resolveram o problema do déficit habitacional. As intenções do Estado de intervir para suprir o déficit habitacional tiveram poucos efeitos, haja vista a impossibilidade, pela população de baixo poder aquisitivo, de adquirir linhas de crédito para o financiamento da habitação (BURNETT, 2006).

Os dados apresentados por Silva (1995) sobre o financiamento habitacional no Brasil em 1975 via BNH, confirmam que os recursos do BNH destinados à população com até 5 (cinco) salários mínimos representavam só 3% do total dos recursos e atingia aproximadamente 80% da população total.

Segundo Maricato (2011, p. 85), após o BNH, o acesso à moradia, para a população pobre ficou ainda mais difícil. “Os recursos despejados no financiamento habitacional alimentaram a especulação fundiária, subsidiaram, em especial, a classe média, que deu sustentação ao regime, e transformaram a indústria da construção de edificações”.

Ainda com relação ao impacto do BNH, Maricato (2011) assevera que o grande problema foi o descolamento entre os programas habitacionais como o BNH/SFH e a questão fundiária. De fato, para a referida autora “a história do desenvolvimento urbano no Brasil foge do enfrentamento da questão fundiária preservando velhas alianças que sustentam o poder político” (MARICATO, 2011, p. 93).

Com efeito, as autoconstruções tornaram-se uma constante alternativa pela população de baixa renda para resolver seu problema de moradia, como foi o caso da Vila Progresso em São Luís.

A AUTOCONSTRUÇÃO DA MORADIA NA VILA PROGRESSO

A Vila Progresso situa-se numa área próxima aos conjuntos habitacionais de Vinhais, Recanto do Vinhais e Cohafuma e a área de ocupação da Vila Marinha, ao Leste do Centro Histórico da cidade de São Luís, estando escondida pela vegetação de mangue e mata ciliar, que a divide de grandes corredores urbanos, a Avenida Jeronimo de Albuquerque e a Via Expressa, de recente construção (Figuras 1 e 2).

Diante das entrevistas realizadas com os moradores da Vila Progresso, foi possível identificar que a ocupação da área foi similar ao *modus operandi* que caracteriza, segundo Diniz (1999), a dinâmica das ocupações em São Luís, em que certo número de famílias se organiza e ocupa coletivamente, no mesmo dia, uma área para instalar-se. Eis o depoimento de uma das moradoras mais antigas:

Um rapaz de nome Josué avistou isso aqui [...] Acho que ele era muito assim... comunidade né [...] gente boa mesmo, aí convidou a gente para

invadir, e a gente aceitou o desafio, juntou todo mundo que morava de aluguel [...] e a gente veio. Ele separou dois pedacinhos pra cada (D. L.).

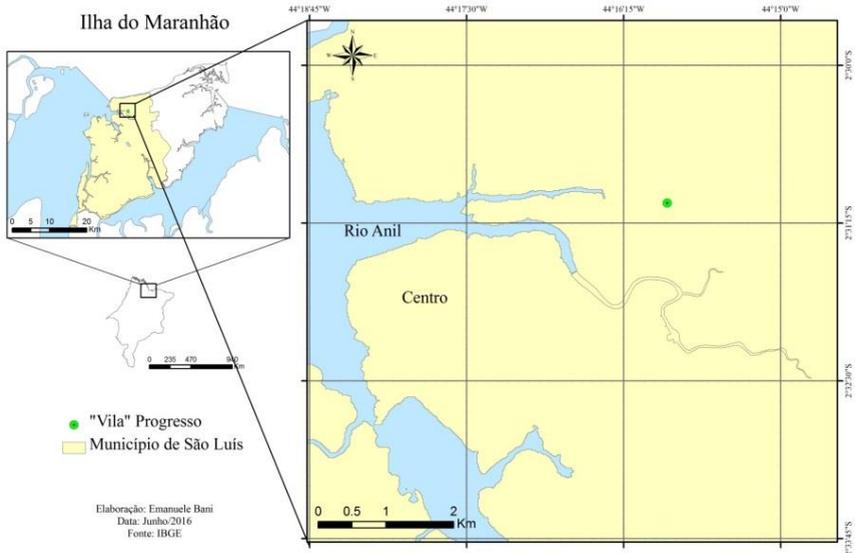


Figura 1 - Mapa de localização da Vila Progresso. Fonte: IBGE - Base cartográfica digital.



Figura 2 - Imagem de satélite da Vila Progresso. Fonte: Google Earth

O sítio “escolhido” pelos ocupantes apresentava-se sujeito à influência diária da maré, que quando subia alagava completamente a área. A descrição da paisagem da época é expressa na fala de uma das moradoras mais antigas: “quando eu cheguei aqui em 1989, [...] aqui era muita lama, [...] quando a maré vinha o caminho dela era na minha casa” (D. L.).

Como na maioria das áreas de ocupação, a primeira ação do processo de ocupação foi a demarcação dos terrenos, seguida pela abertura de caminhos e pela construção de casebres de tábuas, em alguns casos palafitas, feitos de forma improvisada.

No início da ocupação, os moradores tiveram muitas dificuldades para construir a própria moradia, por causa do ambiente alagadiço. A tal propósito uma moradora da comunidade contou que para poder construir sua casa precisou botar entulho e mesmo assim teve dificuldade na construção da sua casa, pois o terreno, sendo um lamaçal, não dava apoio firme. Numa outra passagem da entrevista, a referida moradora contou que para botar entulho as pessoas tinham que utilizar só carro de mão, pois não tinha alternativa para passar no meio da lama.

Sempre segundo os relatos da população entrevistada, no decorrer de anos as condições de vida do bairro foram melhorando. Os moradores citaram a gradativa substituição das habitações de barro por habitações de alvenaria a partir do momento que as pessoas começaram ter mais recursos financeiros.

Hoje, ao caminhar por dentro da Vila Progresso observa-se alternância de casas de alvenaria e um misto de autoconstruções de madeira (Figura 3) e palafitas (Figura 4) concentradas nas bordas do bairro, que refletem as condições econômicas diferenciadas de seus habitantes, além da dinamicidade do processo de segregação espacial.

O que foi possível perceber andando pelas ruas é que há sempre uma sensação de algo inacabado, em constante construção. Os tijolos, a areia e as pedras encontradas nas ruas sinalizam esta condição. O tempo das construções é lento, estabelecido de acordo com as possibilidades econômicas das famílias. Além disso, os limites de recursos fazem com que

as construções estejam muitas vezes em condições precárias, representando uma ameaça aos seus moradores (Figura 5).



Figura 3 - Autoconstruções de madeira nas bordas da Vila Progresso. Fonte: Bani, 2016.



Figura 4 - Palafita no limite com o bairro da Vila Marinha. Fonte: Bani, 2016.

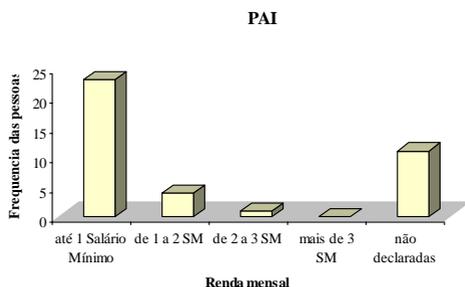


Figura 5 - Moradia com escada de acesso perigosa. Fonte: Bani, 2016

Muitas vezes a população da Vila Progresso converte em trabalho o seu tempo de lazer, visando a construção e ou melhoramento da própria casa, não tendo recursos necessários a adquirir mão de obra especializada e contando só com o apoio de familiares ou amigos.

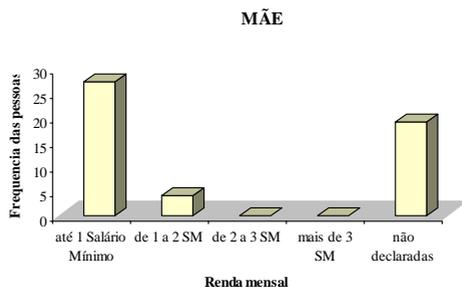
De fato, os dados coletados revelam que na Vila Progresso mora uma população na sua maioria pobre, com níveis de renda e escolaridade muito baixos. Com relação aos níveis de renda (gráfico 1), há prevalência de pessoas cuja renda é de até um salário mínimo. Quanto à baixa escolaridade da população (gráfico 2), observa-se a prevalência de pessoas com nível de escolaridade baixo (até ensino fundamental), com prevalência maior entre os homens.

Gráfico 1 - Renda mensal.



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Gráfico 2 - Grau de instrução da população.



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo buscou-se analisar o processo de autoconstrução das moradias no bairro da Vila Progresso, no contexto da produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão.

Constatou-se que a partir da década de 1960 o espaço urbano da cidade começou a sofrer profunda transformação pela ação do Estado, este atuando como investidor de capital na oferta de trabalho, como produtor de infraestrutura, como organizador do uso e ocupação do solo, e como promotor imobiliário, principalmente através da produção dos conjuntos habitacionais.

Em São Luís, as intenções do Estado de intervir para suprir o déficit habitacional tiveram poucos efeitos, haja vista a impossibilidade, pela população de baixo poder aquisitivo, de adquirir linhas de crédito para o financiamento da habitação.

Enquanto a cidade era “modernizada”, através a implantação de infraestruturas urbanas a serviço de grandes empreendimentos, aos pobres não restava mais que a alternativa das áreas menosprezadas pela especulação imobiliária, configurando uma marcada segregação socioespacial funcional à reprodução do capital.

De fato, o acesso seletivo ao solo urbano fez com que a população de baixa renda produzisse seu próprio espaço em áreas ambientalmente frágeis, principalmente nas margens de rios, perto de mangues e em encostas íngremes, como foi o caso da Vila Progresso.

Em função da impossibilidade para as pessoas de ter acesso ao crédito ou a outras formas de financiamento para adquirir sua própria casa no mercado imobiliário privado ou estatal, a prática da autoconstrução tornou-se uma alternativa encontrada para suprir a demanda de moradia.

Como primeira forma de autoconstrução surgiram as palafitas e, com o passar do tempo, após o aterramento do mangue, a maioria das palafitas foram substituídas por casas de alvenaria à medida que as famílias melhoravam suas rendas.

No entanto, apesar de construídas com materiais mais permanentes, as moradias continuam em condições precárias, em alguns casos representando uma ameaça aos seus moradores. Os escassos recursos financeiros não têm permitido às famílias da Vila Progresso de adquirir mão de obra especializada, contando na maioria das vezes só com o próprio esforço individual ou com a ajuda de amigos e parentes nas horas de lazer.

Concluiu-se, que a autoconstrução praticada pela população do bairro tornou-se alternativa obrigatória em função do baixo poder aquisitivo da população e também pela ausência de programas habitacionais para esta faixa de população.

REFERÊNCIAS

BURNETT, F. L. **Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna**. IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

_____. **Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 173-197.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

DINIZ, J. S. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): O caso da Vila Cascavel**. São Luís: MPP/UFMA, 1999, (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas).

FERREIRA A. J. A. **O Estado e as políticas do urbano em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH-DG/USP, 1999.

_____. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

MARICATO, E. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Q. D. da S. **Dinâmica do processo de periferização em São Luís-MA.** São Luís, 1995. (Monografia de Graduação em Geografia), DEGEO-CCH/UFMA.

MORADIA POPULAR NO MARANHÃO: Política Habitacional Rural, Autoconstrução em Aldeias Altas e Produção Estatal em Buriticupu

Frederico Lago Burnett¹

Para enfrentar o déficit de moradias do país, as políticas habitacionais do Brasil consolidaram a produção em grande escala. Constituídas sob a urbanização acelerada dos governos militares, unindo terrenos baratos e casa mínima, o Banco Nacional da Habitação (BNH) construiu milhares de unidades em regiões periféricas das cidades de todo o país. Padronizadas de Norte a Sul, ignorando especificidades regionais e os múltiplos papéis da moradia na vida dos mais pobres, a eficácia construtiva e a capacidade de erradicar bairros pobres consolidou o papel do programa junto a setores influentes da sociedade, se mantendo mesmo como esperança de muitos dos moradores de assentamentos precários.

Redesenhada no início deste século, a política habitacional ampliou sua capacidade de produção e são milhões de unidades construídas nas cidades, estendendo-se para a zona rural com a mesma tipologia arquitetônica. Mais grave que a disparidade formal da unidade habitacional com o ambiente rural, o antagonismo da vida campestre exercida em espaços urbanos ou a pouca adaptabilidade de tijolos cerâmicos aos afazeres impostos pela necessidade, são as despesas familiares para conservar e ampliar o imóvel recebido que representam o grande desafio imposto às famílias rurais.

Mas, como o processo de construção em massa, praticado nos centros urbanos pela facilidade de acesso a materiais e mão de obra, não consegue se realizar nas isoladas áreas rurais, o programa se mostra

¹ Graduado em Arquitetura, Universidade de Buenos Aires, Argentina; Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco; Doutorado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão; Professor Adjunto IV do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

incapaz de enfrentar o déficit rural do país e a precariedade habitacional dos camponeses segue sem solução. Para enfrentar este círculo vicioso, é necessário partir do problema, isto é, conhecer e compreender não apenas as práticas construtivas tradicionais, mas principalmente os usos dados à moradia rural - lazer, trabalho e descanso – e a relação dinâmica e valorativa que tem com o cotidiano dos moradores.

Uma tarefa que exige enfrentar o desafio de, relativizando a “ética”, ou os valores dos observadores de fora, apropriar-se da cultura local de maneira “êmica”, isto é, desde o interior da cultura, destacando os aspectos considerados importantes para aqueles que observam e estudam (RAPOPORT, 2003). Com este princípio metodológico, a pesquisa acadêmica aqui apresentada se propôs ir além do estereótipo do camponês e, evitando juízos de valor, entender como as múltiplas atividades de uma família rural constituem entornos naturais e construídos, em um ambiente de lenta transformação e uso intensivo dos recursos da natureza.

DÉFICIT HABITACIONAL E POLÍTICA ESTATAL NO BRASIL E NO MARANHÃO

As precárias condições de moradia das camadas populares brasileiras são, em sua essência, uma das consequências materiais da situação histórica de marginalização social e dominação econômica em vivem, há séculos, amplas parcelas da população nacional, na cidade e no campo. A desnutrição e o analfabetismo são outros dos reflexos das relações sociopolíticas que caracterizam o Brasil, porém as políticas para enfrentamento da questão da moradia tem especificidades que tornam sua solução bem mais complexa que aquelas voltadas para alimentar e educar os mais pobres.

A primeira dessas questões diz respeito ao acesso à terra, condição indispensável para edificar a moradia e nela instalar a infraestrutura e os serviços indispensáveis ao bem estar e a segurança familiar. Privatizadas desde a colônia e instituídas como bem fora do alcance dos pobres no limiar da abolição da escravatura, terras urbana e rural são componentes de patrimônio particular sobre os quais o Estado brasileiro sempre se

manteve à distância, sem efetivar sua regulamentação e controle em favor dos mais pobres (FERNANDES, 2006), FONTES. Hoje, com um arcabouço político e jurídico afinado pela própria identidade de classe dos proprietários fundiários, as condições de poder sobre o território foram elevadas a enésima potência graças aos movimentos financistas do neoliberalismo (ROLNIK, 2015).

Nessas condições, ao articular a realidade sociopolítica da propriedade fundiária com oportunidades abertas pela dinâmica econômica neoliberal, a solução da questão real da precariedade habitacional das camadas populares passa a ser moldada por interesses que dela extraem lucros e dividendos políticos (BURNETT, 2009). Uma “solução” que, já nos idos de 1964, se mostrou antecipadora de movimentos combinados em grande escala unindo capital imobiliário e política estatal, materializada no Banco Nacional da Habitação, o BNH (MARICATO, 1987). Usos de recursos da poupança popular, apelo ao sentimento de propriedade privada, movimentação da cadeia produtiva do mercado imobiliário – foi a fórmula montada por uma administração autoritária e reutilizada no Programa Minha Casa, Minha Vida, agora por um governo de perfil popular, amparado nas demandas por moradia de suas bases políticas organizadas principalmente em movimentos urbanos (ARANTES & FIX, 2009).

Mais uma vez pensada nos grandes centros urbanos do país, por isso mesmo essencialmente em termos de demandas habitacionais das cidades, a política de produção de moradia repetiu o padrão da arquitetura mínima, justificada como núcleo daquilo que será ampliado e adequado aos diferentes grupos familiares “beneficiários”. Definida em cotas pelo Governo Federal, a partir do déficit municipal, o programa habitacional foi rapidamente hegemonizado pelo mercado e resolvendo, através da aquisição de glebas nuas e distantes, a otimização dos lucros sobre um modelo arquitetônico consagrado como padrão universal, proliferaram os conjuntos residenciais no meio do nada. Preferencialmente em zonas rurais, oportunamente transformadas em Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS do Estatuto da Cidade que volta a se prestar para leituras e entendimentos atravessados.

Constituídos como mediadores de tais operações de produção industrial de casas, órgãos municipais de gestão do solo e empresas de execução do denominado Serviço Técnico Social passaram a ser responsáveis, respectivamente, pela qualidade urbana/arquitetônica dos empreendimentos e organização/conscientização social dos futuros moradores. Os baixos resultados de tais mediações são constatados pelas condições ambientais e sociais dos novos conjuntos, reforçando o caráter mercadológico como um dos principais objetivos do Programa.

De maneira bem menos eficiente e empresarial que a versão original urbana, logo o PMCMV se constituiu também em uma política de habitação rural. O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, sempre demandado pelos movimentos sociais e nunca atendido pelo executivo federal, passou a ser oferecido às associações rurais que assumem a contratação das construtoras na execução de suas moradias. A redução da escala dos empreendimentos – máximo de 50 unidades por associação – representa a única “adaptação” do Programa ao meio rural, pois o padrão construtivo, a área da construção e a distribuição dos ambientes do modelo urbano é mantido para os povoados.

Inicialmente implantado no Sudeste, em pequenas propriedades rurais de agricultores familiares (SORDI, 2006; ROVER e MUNARINI, 2010), a habitação rural de produção estatal foi disseminada pelo país. Ainda sem um resgate histórico detalhado e amplo que avalie os resultados de tais políticas no Maranhão – sejam elas urbanas ou rurais -, os dados levantados parcialmente em 2012 pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID (MARANHÃO, 2012) apontam para um percentual em torno de 40% das unidades contratadas, mas não concluídas, sendo classificadas como em “obras, paralisadas, suspensas ou canceladas”. O levantamento identificou diferentes Programas e convênios federais e estaduais que, de 2004 a 2012, se sucederam em ações para produção habitacional por todo o Maranhão (Figura 1). Considerando o surgimento do Programa Minha Casa, Minha Vida e sua significativa produção em todo o país, cabe uma atualização destes dados, bem como a avaliação dos seus resultados junto às famílias contempladas com as unidades habitacionais.

Ainda hoje, em diferentes municípios maranhenses, é possível identificar a existência de unidades que, deixadas inacabadas pelas empresas contratadas, se encontram abandonadas ou mesmo “concluídas” pelos seus moradores, conforme os exemplos abaixo.

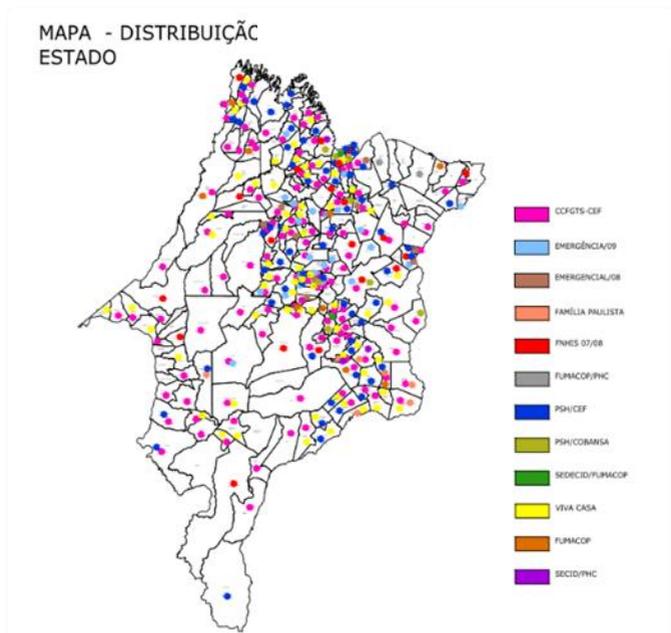


Figura 1 – Maranhão: Distribuição dos Programas Habitacionais.
Fonte: Maranhão, 2012.



Figuras 2 e 3 – Maranhão: Unidades habitacionais inacabadas e desocupadas, município de Pedro do Rosário, maio 2016.



Figuras 4 e 5 – Maranhão: Unidades habitacionais inacabadas, ocupadas e ampliadas no município de Buriticupu, maio 2017.

As Especificidades do Déficit Habitacional Maranhense

Estado com mais baixos índices de desenvolvimento humano, o Maranhão se destaca na Região Norte e Nordeste pelos indicadores de pobreza, com altos graus de desigualdade concentrada nas cidades, principalmente na capital, São Luís, mas fortemente disperso na zona rural. Com uma secular estrutura fundiária de concentração de grandes propriedades, relações de trabalho pré-capitalistas e modos de produção rudimentares, associados a baixos níveis de fertilidade do solo (ANDRADE, 1969), a pobreza rural maranhense faz do camponês um quase indigente, produzindo para sua subsistência, sem organização social ou assistência técnica estatal.

Em tais condições, nada mais lógico do que fortes sinais materiais que expressam a pobreza e a incerteza de vida das populações rurais do Estado em suas condições de educação, saúde e moradia. Com 36,9% da população vivendo na área rural, o mais alto índice nacional (Censo IBGE, 2010), o déficit habitacional no campo representa 56,6% do total do Estado, quase todo ele concentrado em moradias precárias (48%, contra 15,4% no urbano).

Quando esses percentuais são decompostos nos componentes do déficit habitacional – moradias precárias, coabitação, adensamento

excessivo e ônus excessivo de aluguel – outras características maranhenses surgem, diferenciando o Estado do restante do país, mas também, particularizando o rural perante o urbano. Conforme a Figura 6, enquanto no Brasil, o componente coabitação urbana e rural se destaca com 41,35% de todo o déficit, no Maranhão, são as moradias precárias que se destacam, com 63,5% da demanda, com o rural somando 48% desse percentual. Observe-se que a coabitação urbana, com 16,6% praticamente coincide com a precariedade urbana, que chega a 15,4%.

Componente	Definição do Componente	% Déficit do Brasil			% Déficit do Maranhão		
		Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total
Moradias precárias	Material predominante: taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material	7,6	0,0	7,0	5,4	8,0	3,5
Coabitação	Domicílio com mais de uma família residindo, uma com intenção declarada de mudar	6,5	4,9	1,3	6,6	8,2	4,8
Adensamento excessivo	Moradias alugadas com mais de três habitantes por cômodo	5,9	0,2	6,1	2,1	0,4	2,5
Ônus excessivo de aluguel	Valor do aluguel igual ou superior a 30% da renda domiciliar	34,8			9,2		

Figura 6. Definição e peso dos componentes no déficit habitacional do Brasil e do Maranhão. Fonte: PNAD, IBGE/ FJP 2009.

Com 8,2% de déficit provocado pela coabitação – metade do percentual urbano, 16,6% – e 0,4% de adensamento excessivo – 1/5 da demandas da cidade, com 2,1% -, a área rural expõe claramente suas necessidades habitacionais:

Dados do Sistema de Informação da Atenção Básica, do Ministério da Saúde – SIAB-MS, de 2013 identificam, no Maranhão, 28,6% de casas de taipa de mão com e sem revestimento, contra 13,7% do Piauí e 3,9% do Brasil. Uma característica do déficit maranhense presente em todas as cinco regiões do estado, exceção do Sul, com percentuais significativamente menores, superados pela taipa de mão com revestimento.

Estado/Mesorregião	Taipa de mão sem revestimento	Taipa de mão com revestimento	Madeira	Material impróprio	Pedra, concreto, outros
Maranhão	17,39%	11,17%	2,18%	0,55%	0,61%
Norte Maranhense	19,07%	10,39%	1,12%	0,59%	0,48%
Leste Maranhense	19,69%	12,56%	0,20%	0,25%	0,67%
Centro Maranhense	17,03%	14,40%	0,51%	0,30%	0,41%
Oeste Maranhense	16,40%	10,48%	6,98%	0,67%	0,55%
Sul Maranhense	2,90%	3,05%	1,26%	1,82%	1,94%

Figura 7. Maranhão: Percentuais por material de construção das Morádias. Fonte: SIAB, 2013.

Perante a dimensão quantitativa do problema, agravada pela dispersão e o isolamento dos povoados rurais, nada mais inadequado do que pretender resolver o déficit habitacional rural maranhense, predominantemente concentrado no componente de moradia precária, através de um modelo urbano que, na melhor das hipóteses, foi precariamente adaptado para a realidade das pequenas propriedades camponesas do Sul e Sudeste brasileiro.

Dos dados estatísticos, é possível verificar que o déficit médio nacional – que conduz os rumos do PMCMV em todo o país – guarda fortes diferenças com o Maranhão. Se há base quantitativa para investir em produção de novas unidades no urbano para atender demandas nacionais, resultantes da coabitação e do ônus excessivo do aluguel, isto não se aplica tão claramente ao Maranhão. Um problema que tem a precariedade habitacional como efeito de condições de reprodução social das famílias e,

ainda que fosse possível construir mais de cem mil unidades padronizadas no campo, a entrega de uma casa nova não resolveria a limitação produtiva dos camponeses maranhenses.

Por outro lado, considerando o forte processo de migração campo-cidade no Maranhão, pressionando o espaço urbano, atender as carências habitacionais da zona rural, representa uma política que, articulada com outros programas, poderá contribuir para consolidar a permanência da população no campo. Tal possibilidade, ressalte-se, implica em implementar outras ações, como regularização fundiária, assessoria técnica e apoio à produção e comercialização, indispensáveis para assegurar condições minimamente adequadas de vida e trabalho aos camponeses. No caso da moradia, o entendimento do seu papel é indispensável para que sua qualificação possa contribuir no processo de pleno desenvolvimento das comunidades.

A CASA POPULAR NO MARANHÃO, DOIS ESTUDOS

Com o intuito de ampliar o conhecimento dos modos de morar da população rural do Maranhão que autoconstrói, mantém e expande sua casa, mas também objetivando entender o processo de apropriação da moradia estatal por parte das comunidades camponesas, está em fase de conclusão a Pesquisa “O Plano Mais IDH e a Produção Habitacional: Contribuições para Melhoria de Vida e Trabalho na Área Rural dos Municípios de Belágua e Cajari, Maranhão”. Executada através do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – Imesc, em parceria com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão e apoio do Edital Tecnologias Sociais - TECS da FAPEMA, a investigação tem como foco avaliar os resultados do programa habitacional concebido e implementado pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID nos municípios de mais baixo IDH do Maranhão. Para tanto, a pesquisa procedeu a um estudo bibliográfico e empírico sobre conceitos e realidades da moradia rural, paralelamente à análise da proposta do programa e acompanhamento de sua implementação em dois povoados dos municípios de Belágua e Cajari.

A relevância dos trabalhos de campo para o entendimento da questão habitacional em nosso Estado se justifica pela carência de estudos – recentes ou não – sobre os modos de morar das camadas populares, essencial para compreender valores e tradições aí contidos. Com esse intuito, foram feitos dois percursos, um na Mesorregião Leste, mais precisamente nos Cocais, outro na Mesorregião Oeste, na Amazônia maranhense, visitas que permitiram agregar novos entendimentos sobre os modos que os camponeses habitam e produzem moradia em nosso Estado. Visando uma compreensão mais ampla do tema da moradia rural maranhense, a pesquisa fez estudos empíricos nas regiões dos Cocais e da Amazônia que, respectivamente, apresentam exemplos de autoconstrução da moradia e de produção estatal planejada.

A casa de madeira da colonização planejada em Buriticupu

O Município de Buriticupu, localizado na Mesorregião do Oeste Maranhense, foi criado pelo desmembramento de parte do território dos municípios de Grajaú, Imperatriz e Amarante, a partir da decisão do Governo Pedro Neiva de Santana (1971-1974) de ocupar terras devolutas da Mesorregião Oeste do estado e ali implantar um projeto de colonização planejada (AGUIAR, 2015). A ocupação induzida pelo Estado incluiu, em diferentes momentos e com irregular constância, a cessão terras e moradias pré-fabricadas aos colonos que, vindos de outras regiões do estado e mesmo de outras unidades federativas, disputavam áreas em zonas com histórico de conflitos violentos FONTE. O direcionamento, para as novas áreas, de parte dessa população pelo governo do estado – que oferecia transporte, terra e moradia aos interessados (AGUIAR, 2015) – incluía a entrega de moradias construídas com o material abundante da região, muitas delas produzidas pelas companhias estatais de colonização durante as décadas de 1970 e 1980.

O longo período de existência da moradia, hoje com mais 30 anos, permite verificar como procederam seus moradores para adequar a construção às suas novas necessidades. Ainda que se constate a qualidade de materiais utilizados nas obras, é patente que a permanência da precariedade financeira da família impactou nas reformas implementadas

no imóvel. Da construção inicial, com sala, dormitório e cozinha, com pouco mais de 40 m², os moradores agora possuem um total de 95 m², contando com mais 2 dormitórios, uma copa-cozinha, banheiro e alpendre, onde foi instalado o insubstituível fogão de barro alimentado à lenha.



Figura 8. Moradia pré-fabricada de madeira no Povoado 410, Buriticupu. Vista frontal da casa com anexo lateral em madeira aparelhada, cozinha em taipa de mão e planta baixa do imóvel.

Entretanto, observa-se que, no processo de ampliação da moradia, o sistema construtivo e os materiais originais, produzidos de forma industrializada, passaram a conviver com a informalidade da autoconstrução. O anexo dos dormitórios, na lateral direita da edificação, foi executado em tábuas de madeira, adquiridas nas madeireiras que, até alguns anos atrás, existiam em profusão no município, desaparecendo a partir do controle implantado na região pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Já a parte posterior da atual construção, que abriga copa-cozinha, banheiro e alpendre, foram edificadas com paredes em taipa de mão revestida e piso cimentado. Para a cobertura das expansões foram mantidas as telhas de fibrocimento do restante da construção, mas com madeirame lavrado e sem forro.

A casa de taipa de mão revestida autoconstruída em Aldeias Altas

O Município de Aldeias Altas apresenta baixos indicadores de desenvolvimento humano, com índices de renda, escolaridade e longevidade abaixo das médias nacionais. Entretanto, diferentemente de

muitos outros municípios, ali é possível identificar a existência de um padrão construtivo mais qualificado da taipa de mão. Essa constatação é ainda mais interessante na medida em que, ao contrário da situação fundiária em Pequizeiro e São Miguel dos Correias, muitos dos povoados visitados em Aldeias Altas estão localizados em terras particulares, com os habitantes mantendo laços de parentesco com os proprietários – filhos, genros, noras etc. – ou na situação de “moradores” que, segundo Forman (2009), seria o pequeno agricultor autorizada a viver ali em troca de serviços ou parte da colheita.

O Povoado Tamanduá está implantado em volta de um grande campo gramado, conta com iluminação pública, escola municipal, poço e caixa d'água. Ali moram em uma casa de taipa de mão revestida, construída por eles há mais de 15 anos, AB, sua esposa e duas filhas adolescentes. Vivem de roça e do salário da mulher na escola local, e antes habitavam uma casa menor, de taipa sem revestimento, hoje um depósito no fundo do lote, onde guardam a produção agrícola e ferramentas.

Construída há quinze anos pelo seu dono, a casa levou três meses para ficar pronta, contou com até dois trabalhadores contratados para ajudar nas obras e sua planta foi “pensada e desenhada no chão”. Com esteios de aroeira enterrados quatro palmos no solo, a construção se destaca pela forte inclinação do telhado, com quatro metros de altura de cumeeira, contrastando com a linha dos frechais, que não alcança os dois metros. Para melhorar a cozinha, a casa foi ampliada nos fundos, e, como de costume, possuem fogão de barro a lenha e outro a gás. Diferentemente das moradias de Belágua e Cajari, que apelam para o tradicional jirau, e apesar das paredes de taipa de mão, a família usufrui a comodidade de uma bancada de cozinha com revestimento cerâmico e torneira ligada ao abastecimento de água do Povoado.



Figura 9. Moradia de taipa de mão no Povoado Tamanduá, Aldeias Altas. Vista frontal da casa, cozinha com instalação de água e planta baixa do imóvel

Com todo o piso interno, calçadas frontal e de fundo cimentados, a fachada principal, um trecho das fachadas laterais e todos os ambientes internos são revestidos e pintados anualmente com cal. Essa pintura é o principal gasto com manutenção da casa, pois a palha da cobertura – que já foi substituída três vezes –, por ser retirada da natureza, não afeta a renda familiar, que permite ter geladeira e televisão. Para seus moradores, com exceção dos quartos, “que ficaram pequenos”, os demais ambientes satisfazem as necessidades e, nos planos para o futuro, está a substituição da palha por telha cerâmica, pois a queimada anual das roças representa ameaça de incêndio da cobertura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições políticas e econômicas em que vivem os camponeses maranhenses – carentes de organização e representação social, sem posse da terra que trabalham, praticando agricultura rudimentar distante de assistência técnica adequada, por tudo isso vivendo em condições de penúria, distantes de serviços de educação e saúde – são obstáculos aos programas tradicionais que se propõem resolver o déficit habitacional no estado. O passado recente comprova que nem as empresas construtoras conseguem honrar seus compromissos, nem os “beneficiários” possuem condições financeiras para arcar com a manutenção e expansão da nova moradia. O problema continua sem solução e somente com melhor conhecimento da realidade sociocultural dos camponeses maranhenses será possível vislumbrar alternativas compatíveis com o contexto concreto

e fazer dos programas habitacionais uma política pública favorável ao desenvolvimento inclusivo da zona rural.

As pesquisas permitem identificar que há um viés político no conteúdo dos programas habitacionais – sejam urbanos ou rurais - que diz respeito ao papel de controle que o Estado capitalista exerce sobre a sociedade em seu papel de desorganizar os trabalhadores (SAES, 2001). Um papel de desorganização que se expressa nos planos habitacionais tanto na expansão da ideia de propriedade privada (HARVEY, 1982), quanto na imposição de modos de vida, ditos adequados e saudáveis, mas estranhos à população “beneficiada”. Ainda quando as propostas estatais se expressam em favor de áreas de ocupação popular – caso do programa de regularização de assentamentos precários, de curta existência e ralos recursos financeiros -, o tema da atuação do Trabalho Técnico Social se apresenta com objetivos claros de subordinação às decisões “técnicas” que, quase sempre, ignoram condições de vida e trabalho das comunidades, exceto quando as desvalorizam e questionam.

Paralelamente aos interesses de controle político, há que atentar para o caráter mercantil dos programas, que desde sempre se submetem a empreendimentos empresariais, onde o discurso da geração de trabalho e renda, da dinamização de setores produtivos, foi ocupando centralidade nas diferentes políticas habitacionais estatais. O resultado de tais premissas impostas aos programas - considerados com compatíveis e necessários, dada a “urgência” das demandas populares - são padrões de produção em que a rentabilidade, o retorno do empreendedor acaba por contar mais que as demandas originais das populações. Neste sentido, ressalte-se uma tendência, nem sempre visível para todos, que se apresenta nos programas habitacionais e diz respeito às transformações no espaço que, submetido a determinadas dinâmicas, torna-se favorável ao desenvolvimento capitalista.

Resultante de relações autônomas das chamadas populações tradicionais rurais, mas também presente em assentamentos urbanos originados por ocupações históricas, que resistem à margem das relações capitalistas predominantes, tais como quilombolas, indígenas, extrativistas, o espaço concreto se apresenta com propriedades – de posse, forma, conteúdo e dinâmica – que resistem à exploração capitalista, exigindo

transformações em suas expressões para viabilizar a apropriação privada e, conseqüentemente, sua modificação em espaço abstrato. A predominância de processos colaborativos no cotidiano dessas populações é a expressão maior de tais valores:

A autoconstrução, o mutirão, a autoajuda, a ajuda mútua, são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho (MARICATO, 1982).

A partir de tais entendimentos, é possível constatar que o enfraquecimento das políticas públicas destinadas a “qualificar” espaços de moradia de grupos populares na cidade ou no campo tem estreita vinculação com os reduzidos espaços de acumulação que tais áreas oferecem aos interesses capitalistas. Ainda que sejam campo fértil para as práticas clientelistas de políticos conservadores – o que esclarece a aceitação e o apoio com que contam localmente para assim permanecerem -, a relutância da participação de grandes investidores nesses espaços se explica pela ação artesanal das obras e as constantes negociações com os mais diversos grupos de bairros populares que, comparados com as operações de produção imobiliária em escala industrial de muitos programas, comprometem cronogramas e medições.

Assim, é preciso entender que, ainda quando disfarçada, a força da ideologia de dominação se expressa nos programas habitacionais, unindo interesses privados de acumulação financeira e públicos de dominação política. A negação – via preconceito, desprezo, ignorância – dos valores próprios das populações mais pobres, que se apresenta na forma de imposição de modelos de viver e morar adequados aos interesses políticos, econômicos e ideológicos do sistema, constituem processos de dominação cultural que retiram das comunidades parcelas de autonomia de vida e as submetem a mecanismos de mercado. Sua aceitação, mesmo por aqueles que, desde o campo progressista, veem as intervenções estatais como oferta de dignidade e cidadania aos mais pobres, representa a prevalência no consenso da sociedade de valores eurocêtricos, compatíveis com modelos de desenvolvimento experimentados pelos países centrais capitalistas. Aqueles que assim pensam, desconhecem a lógica da dominação

geopolítica que se expressa na divisão internacional do trabalho e, quanto mais programas e intervenções estatais parecem assemelhar fragmentos do espaço local aos dos países periféricos, mais os torna dependentes de padrões de dependência econômica e ideológica.

Reações que contestam tais crenças políticas estão presentes em vários países latino-americanos, em um movimento conhecido como Decolonialismo, que defende trajetórias de emancipação e desenvolvimento próprias de regiões e países que experimentaram, e ainda experimentam, processos de dominação externos e internos (BALLESTRIN, 2013). Combatendo tais ideias eurocêtricas, que partem de premissas exógenas às realidades locais, a proposta do movimento considera como prioridade buscar alternativas de desenvolvimento fundadas no caráter próprio de sociedades em que predominam pobreza, desigualdade e assimetria de poder.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. N. **Buriticupu, sua História, Geografia e Características Gerais**. 42 anos de fundação, 21 de emancipação. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

ANDRADE, M. C. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

ARANTES, P. & FIX, M. **Pacote habitacional de Lula é a privatização da política urbana** disponível em <http://www.correiodadania.com.br/politica/3560-29-07-2009-pacote-habitacional-de-lula-e-a-privatizacao-da-politica-urbana> acesso em 10 de junho de 2017.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial In **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BURNETT, F. L. As cidades brasileiras e a desigualdade sócio-espacial In **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, vol. 6, n° 24, dezembro 2009, p. 99-112.

FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído em sociedades de capitalismo avançado In **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n° 6, jun/set. 1982, p. 6-35.

MARANHÃO. **Memória da Produção Habitacional**. Status dos Programas Habitacionais – 2004 a 2012. Secretaria Adjunta de Habitação. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, São Luis, PowerPoint para discussão interna, setembro 2012.

MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a arquitetura possível** In MARICATO, E. (Org.) *A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982, p. 71-93.

RAPOPORT, A. **Cultura, arquitectura y diseño**. Barcelona, Espanha: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya, 2003.

ROLNIK, R. **A Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROVER, O. J. P. e MUNARINI, R. A Política de Habitação Rural e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 260-269 jul./dez. 2010, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200013/15120> acesso em 26 de janeiro de 2017.

SAES, D. **República do Capital, capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANFELICI, D. M. A financeirização do circuito mobiliário como rearranjo escalar do processo de urbanização In **Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n° 18, 2013, disponível em

<https://confins.revues.org/8494?lang=pt#tocto1n1> acesso em 08 de fevereiro de 2017.

SORDI, D. G. **Habitação Rural: O Sentido da Nova Moradia para os Agricultores Familiares do Oeste Catarinense**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNOCHAPECÓ, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, 2006, disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000121.pdf> acesso em 12 de janeiro de 2017.

POBREZA E HISTORIOGRAFIA: notas de pesquisa

Helidacy Maria Muniz Corrêa¹

Este ensaio trata sobre um dos temas mais cruciais à História do Maranhão: a pobreza. Apresenta algumas notas de um estudo preliminar acerca das diferentes realidades sociais do Estado, entre os períodos colonial e contemporâneo, a partir do pressuposto de que a pobreza local é resultado de uma realidade historicamente construída e, politicamente institucionalizada. É, portanto, uma investigação centrada na perspectiva da história comparada que dialoga com a cultura política e tem como meta estabelecer diferenciações e aproximações entre as realidades sociais do Maranhão, na longa duração.

Contudo, antes de avançar é necessário esclarecer a convergência entre os estudos na área da história institucional que tenho realizado ao longo desses últimos anos e o tema da pobreza ora apresentado, sobretudo, quanto à proposta deste olhar distendido no tempo. O estudo da documentação administrativa colonial obviamente levou-me para uma realidade social estruturalmente diversa do Maranhão atual. Contudo, determinados discursos do presente, há algum tempo, têm me instigado quanto à possibilidade de estabelecer um paralelo entre as bases da pobreza e o Maranhão atual. Apresso-me em esclarecer que este exercício metodológico não está preso à visão de que as causas dos males da nossa contemporaneidade estão no passado. Há muito, a História desvencilhou-se dessa tendência. Ao estabelecer um paralelismo entre o presente e o passado, quero sim propor um mergulho nas profundezas de nossa História local, encontrar nos processos da vida material e mental uma compreensão mais profunda para esse insistente quadro de extrema pobreza no qual o Estado mergulhou.

¹ Profa. Dra. da Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN), Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Maranhão e Grão-Pará (MAREGRAM). O presente texto inscreve-se no âmbito de um projeto (iniciado neste ano de 2017) intitulado “Brasil profundo: cartografia histórica da pobreza no Maranhão - um estudo comparado”.

Há na recente história política do Estado uma recorrência ao discurso de superação da pobreza como promessa de um “Maranhão Novo”, um Maranhão de mudanças. “Como iremos mudar a face do Maranhão, cem por cento pobre quanto à habitação, vestiário e alimentação?”, ecoa, ainda hoje, o célebre discurso de posse do então governador José Sarney, em 1966 (PACHECO FILHO, 2015, p. 131).

Mais recentemente, um senador maranhense reacendeu o debate sobre a pobreza local nas mídias ao declarar à revista *Carta Capital* que o povo do Maranhão gosta de morar em casas de palha. Meio século depois, o combate à pobreza tornou-se uma política de Estado, com a implantação do “Plano de Ações ‘Mais IDH’”. O confronto de tais discursos com a realidade, além de me inquietar a alma, aguçou-me o sentido investigativo. Sob quais condições históricas a pobreza do Maranhão configurou-se? O que significa ser pobre no período colonial e hoje? Em que consistem os discursos legitimadores da condição de pobreza? Historicamente, como se deu a «recriação» política e social da pobreza? Quais condições imprimiram essa espécie de quadro de “perenidade” das situações de pobreza no Maranhão? Pode-se falar em uma «tradição da pobreza» no Maranhão? Obviamente, para o âmbito desta comunicação, não tenho a pretensão de responder estas questões (alguém as têm?). Mas, se essas perguntas não nos possibilitam respostas precisas, nos conduzem pelos caminhos da investigação e reflexão sobre o passado e o presente (ou o presente do passado), revelando-nos o quanto ainda há por explorar sobre a temática.

No “Vocabulário Português & Latino”, de autoria de Rafael Bluteau (1728), o padre mostra que, do ponto de vista semântico, o termo pobreza (derivado do latim *paupertas* e *paupere*) carrega, na sua dimensão material, moral, espiritual ou cultural, um sentido comum de insuficiência e limitação relacionados ao sustento, à renda e à dignidade. Ser pobre, na época Moderna, era não ter “o necessário para o sustento”. A percepção do religioso do que era ser pobre estava ligada à situação em que a falta de alimento, à subsistência.

Por outro lado, no mesmo verbete, o missionário também considera pobres, os fidalgos e príncipes que tivessem “pouca renda, a quem faltava o necessário para sustentar com decoro a sua dignidade, a sua

nobreza”. Por isso, afirma Bluteau, se dizia que “Hum Principe que não tivesse mais que dez mil cruzados de renda, se poderia chamar pobre”. Era um “cavalheiro pobre”. Nesta acepção, o determinante para ser considerado pobre não era a subsistência material, mas a manutenção de um *status quo*. Não se tratava de uma busca pela sobrevivência, mas de preservação de uma posição social que, no caso, era a de ser nobre. Quando se olha para a lógica hierárquica da sociedade da época, compreende-se o sentido da “pobreza” dos afortunados, dado pelo referido padre.



Figura 1: Imagens do documentário Maranhão 66, de Glauber Rocha.

Para a sociedade de Antigo Regime ser pobre ainda envolvia outras dimensões que não a material. A dificuldade de se expressar, a “falta de palavras, e termos próprios para exprimir o que se queria dizer também caracterizava uma condição de pobreza”. Portanto, no âmbito da linguagem encontra-se um elemento importante na identificação para a classificação de quem era ou não pobre, dando uma conotação cultural à noção de pobre. Havia ainda a concepção de pobre religioso, aquele que, voluntariamente, abdicava “de tudo o que se possuía” para viver segundo a “lei da pobreza”. A esses pobres era-lhes imputada uma virtude celestial. Mas, além dessas dimensões, a pobreza, entre os séculos XVII e XVIII,

próximo” dispensado pelo abastado. Abria-se, assim, uma “poderosa combinação entre humildade e pobreza” (FRANCO, 2011 p. 16-20) tornando o problema social em uma questão, sobretudo, de ordem moral. (KIRSCHNER, 2007, p 57).

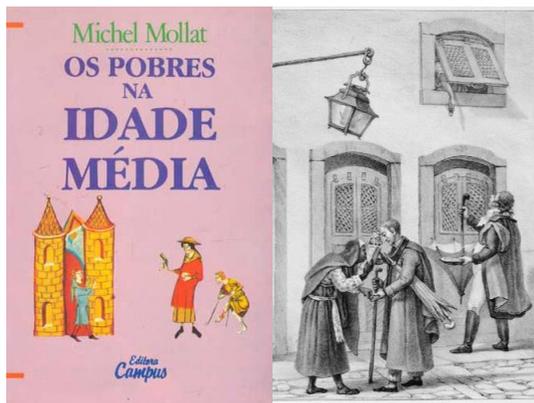


Figura 3: Os Pobres da Idade Média e gravura de Debret

Por outro lado, a segunda vertente defendia a ideia de que a pobreza era antissocial e perigosa. Os novos ares da época moderna, o Renascimento e a lógica mercantilista e colonizadora trouxeram outras formas de abordar a pobreza e, claro, o trabalho. De um lado encontravam-se os que pretendiam acabar com a ociosidade para fortalecer a própria grandeza do Estado e, de outro, havia aqueles que a dessacralizavam. Com isso, surgiram propostas para que a caridade ficasse ao encargo do Estado, enquanto o trabalho seria uma obrigação de todos (GALAN, 2000) De fato, a abordagem do tema na Europa intensificou-se a partir do quadro de explosão da pobreza e dos surtos epidêmicos. Foi quando “procuraram organizar métodos de controle e seleção dos pobres” (FRANCO, 2011, p. 35). O debate ocorreu em meio a um entendimento de um “*ethos* da pobreza” como dimensão ideológica cristã, cujo valor espiritual manifestava-se no exercício da caridade praticada pelas instituições de beneficências (Ordens Mendicantes e Casas das Misericórdias), e da noção da pobreza como opositora à valorização do trabalho e conquista da riqueza. O equilíbrio entre ambas as noções dá-se

com o estabelecimento de uma relação política, social e religiosa da pobreza que institui e naturaliza a fidelidade ao promotor da caridade, a distinção social entre o pobre e o caridoso, e o perdão e salvação por meio da benevolência (SIQUEIRA, 2009).

Mas, se antes da revolução industrial a pobreza era natural, isso não quer dizer que fosse degradante. Os valores religiosos consolidaram na ideia de salvação a prática da ajuda aos pobres. Sob a tutela do Estado, a pobreza passou do âmbito de uma “economia moral” (XVI) para a compreensão de que era uma “responsabilidade moral”, uma desgraça moral que implicava uma responsabilidade civilizacional (XVIII) até chegar a ser vista como uma “responsabilidade social (a partir do final século XIX)”. (KIRCHEN, 2007).



Figura 4: Adam Smith e A riqueza das Nações.

Porém, outra perspectiva de estudo tem revelado outra faceta da pobreza. O abandono em casas beneficentes tornou-se objeto de interesse nas recentes pesquisas preocupadas em refletir acerca dos aspectos que envolviam a realidade de grupos procedentes dos extratos mais baixos da sociedade. É o caso, por exemplo, das crianças abandonadas nas instituições beneficentes, durante o século XVIII, tornando-se motivações para uma aproximação histórico-analítica entre o mundo da pobreza, da caridade e da beneficência ao longo da época Moderna (GALAN, 2000).

Em Portugal, as políticas assistenciais foram contínuas desde a Idade Média até a implantação do liberalismo (do século XV a meados do século XIX), das práticas caritativas às dos hospitais, ou ainda, da assistência confraternal às políticas régias sobre saúde pública. Mas, em que pese a presença ativa da monarquia e da Igreja na definição das políticas públicas, os pobres e marginais criaram uma capacidade de agirem ativamente na organização do sistema assistencial por meio da inclusão e exclusão em redes sociais que facilitavam ou dificultavam as solidariedades e apoios mútuos entre os pobres (ABREAU, 2014).

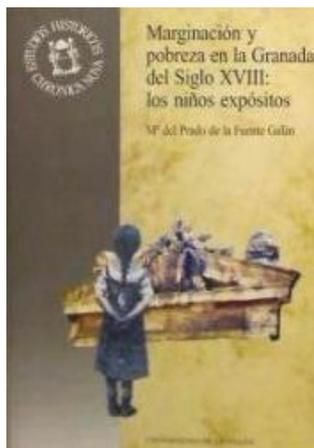


Figura 5: Marginación y pobreza.
Fonte: GALÁN, 2000.

No Brasil, os problemas decorrentes da pobreza, desigualdades sociais e da violência, durante os séculos XVII e XVIII, foram abordados, no clássico estudo de Laura de Mello e Souza, intitulado “Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII». A obra, sustentada na hipótese de que a rica Minas Gerais colonial incluía muitos pobres e miseráveis revelou a outra face das Minas Gerais, figurada pela desigualdade na distribuição de riquezas (terras e metais preciosos), pela produção de novos sentidos para a pobreza, para se deter nas especificidades dos realismos sociais que a pobreza causava à ordem vigente. É um profundo estudo da produção jurídico-discursiva da pobreza, como elemento de uma contraordem (SOUZA, 2004). Mas, desde a

publicação da primeira edição, em 1982, até a segunda, em 2004, muitos estudiosos brasileiros, impulsionados pelos Programas de Pós-Graduação, têm se dedicado ao estudo da pobreza, mas, agora sob outras perspectivas, decorrentes da virada historiográfica vivida nas últimas décadas nos estudos de Brasil colonial. O campo de análise deslocou-se da vertente do materialismo histórico para mergulhar na cultura política das sociedades. Instituições como as Casas das Misericórdias (GANDELMAN, 2015) ou mesmo o aparato institucional dedicado à pobreza na América portuguesa (FRANCO, 2011) tornaram-se um importante campo de análise das políticas assistencialistas.

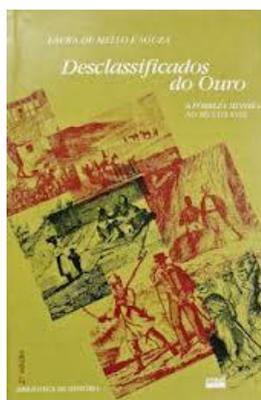


Figura 7: Primeira edição em 1982. Figura 8: Segunda edição, em 2004.

Refletindo sobre a formação socioeconômica e política do Maranhão, estudiosos da história local situaram os mandonismos políticos, o processo de oligarquização como os fundamentos da pobreza maranhense (REIS, 2003). De fato, durante muito tempo, a grande preocupação da historiografia local foi, sobretudo, na formulação de uma teorização do “pensamento social” da elite maranhense do século XIX, ou mesmo uma institucionalização de explicações históricas acerca da decadência econômica da lavoura (ALMEIDA, 2008). A historiografia produziu um entendimento acerca do empobrecimento dos “endinheirados” (proprietários de terras) voltado para uma teorização da decadência.

Contudo, nos documentos coloniais do Maranhão há diversas informações sobre a situação social do Estado. Desde o século XVII, os oficiais da câmara de São Luís escreviam à corte portuguesa reclamando do estado de pobreza e miséria em que se encontravam os habitantes desta terra. Mas, afinal, em que consistia a pobreza do Maranhão colonial? Examinando os livros da Câmara de São Luís do período colonial encontramos algumas pistas. Em uma das sessões de vereação, o Procurador, dirigindo-se à Assembleia fez o seguinte requerimento: “visto esta cidade ser toda ou o mais dela serem as casas de pindova requeria a suas mercês mandassem lançar hum pregão que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse traga fogo nem o dêem senão em panela...” (MARANHÃO, 2015, p. 79).

De fato, a maioria das casas de São Luís à época era cobertas de palhas. Mas esse quadro, não foi comum somente à primeira metade do século XVII. Como na década de 50, as casas ainda eram cobertas de palha e, as ameaças de fogo na cidade eram constantes, novamente o tema ocupou espaço nas sessões da Câmara. Os vereadores decidiram então que fosse feito um pregão pela cidade, avisando os carpinteiros de que, em casos de incêndios, deveriam acudir a população com seus machados. Em caso de omissão, estes deveriam pagar multa para a Câmara. A ideia de apagar fogo com machado não era uma “invenção” do Procurador. Segundo o próprio oficial, a medida inspirava-se nas experiências de combate a incêndio realizadas em Lisboa e outras partes do reino². Mas, além dessas moradias, outro documento no qual um certo almoxarife Martim Moreira, pede licença à Câmara para “fazer uma cozinha de telha e taipa junto ao armazem” (MARANHÃO, 2015, p. 110). Temos, portanto, mais uma tipologia das moradas no Maranhão colonial que nos remetem a situações ainda vividas no Maranhão.

Um caso envolvendo o prédio da Câmara de São Luís é útil como exercício de reflexão sobre as políticas públicas e a conservação dos prédios no Maranhão do passado. A partir de 1646, os Procuradores da Câmara de São Luís, incomodados com o estado do prédio da Câmara usaram as sessões de vereação para requerer providências quanto ao conserto da Casa

² Termo de Vereação do Senado de São Luís, 2 de novembro de 1654.

que estava com o telhado prestes a cair. Ao longo dos anos foram apresentadas várias propostas aos vereadores, a fim de obter dinheiro para o conserto da Casa. Cansados de esperar foram ao governador Luís de Magalhães pedir ajuda e, entre promessas e desvios de dinheiro, somente oito anos depois, a Câmara comprou madeira para construção do telhado da Casa. Mesmo assim, no início de 1654, o Procurador requeria que chamassem índios para retirar a madeira e telha que se encontravam espalhadas na praia desta cidade³. Na descrição da cidade feita pelo padre Filipe Bettendorff, o missionário descreveu os prédios que havia em São Luís, ao final do século XVII: igrejas - Matriz, São João, Desterro; conventos - Santo Antônio, do Carmo, Mercês; Casa da Misericórdia; Colégio Jesuíta Nossa Senhora da Luz; Palácio do Governador e, próximo ao palácio a “Câmara Nova com sua enxovia debaixo para banda do mar” (BETTENDORF, 1990, p. 18). Não é improvável que, até a construção do novo prédio, a Câmara de São Luís tivesse sido coberta com folhas da palmeira, a popular pindoba, como eram a maioria das casas no Maranhão⁴.

Mas um dado ainda sobre o caso da Casa da Câmara nos chamou atenção. Ao ser procurado pelos vereadores, o Governador Luís de Magalhães, concordou em ajudar, porém, não sem antes responder-lhes, ironicamente, que “se espantaria da Câmara ser tão pobre, mas que ele daria logo ordens para os índios para cortarem a pindoba para cobrir a casa da Câmara”⁵. Então, o que era ser pobre no Maranhão seiscentista?

Em uma das reuniões da Câmara, os vereadores discutiram sobre os preços abusivos dos pães e decidiram multar quem não tivesse licença para vender o produto e os “pães perdidos seriam destinados aos “pobres do hospital”⁶. Avançando pela segunda metade do mesmo século, a noção do que era ser pobre no Maranhão, torna-se ainda mais ampla. A Câmara de São Luís decidiu que quem tivesse gado nas terras do Concelho o tirasse

³ Termo de Vereação do Senado de São Luís, 14 de março de 1654, f.83.

⁴ Nas áreas rurais da Ilha de São Luís e, por todo o Estado do Maranhão, ainda hoje se encontram casas feitas com paredes de taipa, cobertas com folhas de palmeiras.

⁵ Termo de Vereação do Senado de São Luís, 10 de maio de 1649, f. 126

⁶ Termo de Vereação do Senado de São Luís, 10 de maio de 1654, f. 126.

delas em dois meses para que os “pobres moradores possam roçar e lavar nelas”⁷. Há pouco tempo Câmara tinha proposto à Coroa que o governo dos missionários sobre os índios se limitasse à dimensão espiritual e não temporal, sendo estes repartidos “aos pobres que deles necessitam sem exceção”⁸. Ainda no século XVII, a contestação da elite política de São Luís à notícia de que a Coroa passaria a cabeça do governo local para Belém se baseou no argumento de que “ficará esta terra pobre e miserável” perdida por não terem os povos um governo geral que o defendesse em caso de outra invasão.

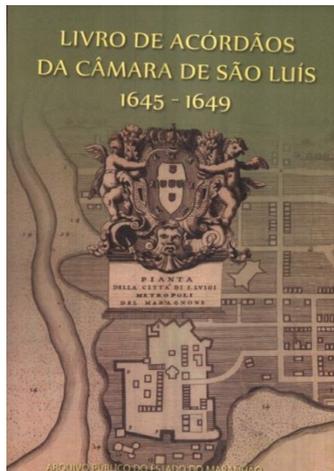
Percebo nessas situações muitos indícios, fios de um complexo tecido social ainda por se constituir. De fato, os hospitais, as Casas das Misericórdias acolhiam os pobres. Mas também, as terras da Câmara eram aforadas para quem tivesse renda para pagar. Além do mais, uma pessoa que tivesse roça, um lavrador do período colonial não tem o sentido que hoje. No passado eram proprietários de terras e muitos (senão a maioria) eram oficiais da Câmara. Da mesma forma, só tinha índio escravizado quem tivesse algum cabedal, como diziam à época. Por outro lado, ainda é preciso investigar mais sobre os usos políticos do termo. Em 2003, a professora Regina Faria escreveu um artigo no qual fez uma reavaliação da pobreza no Maranhão (FARIA, 2003, p. 7-20). Tal ideia apoia-se na constatação de uma dinâmica de serviços existentes em São Luís, antes de 1755. Contudo, somente a existência de serviços mecânicos em São Luís não aponta, necessariamente, para padrões de riquezas ou mesmo relativiza a pobreza. O fato é que, os discursos sobre a pobreza, miséria, riqueza, fertilidade, abundância foram tópicos que serviram para pressionar o poder régio para conceder mais apoios aos locais – traduzidos em finanças, mas, principalmente, em isenções de impostos, privilégios, cargos, dentre outros – como estímulos para promoverem o avanço da economia local (CORRÊA, 2011). De modo geral, na América portuguesa, a noção de pobreza foi utilizada por diversas autoridades locais, governamentais, eclesiásticas e militares para obtenção de favores e garantias régias. Na São Luís colonial, não era incomum vereadores e demais autoridades escreviam cartas, memoriais e documentos

⁷ Termo de Vereação do Senado de São Luís, 19 janeiro de 1657, f. 54a.

⁸ Termo de Vereação do Senado de São Luís, 27 de abril de 1654, f. 88v.

administrativos à Corte portuguesa, propondo alternativas para a superação da pobreza no Maranhão.

Por fim, enfatizo que, embora os estudos sobre o tema na contemporaneidade nos forneçam importantes elementos para uma reavaliação da pobreza no Estado, a magnitude do tema (no passado e no presente) exige mais análises acerca dos fundamentos históricos e das produções de sentidos que forjaram e diversificaram as situações de pobreza no Maranhão. Se, o estudo das realidades de pobreza no passado nos apresenta uma noção multifacetada e, alguns casos, distanciada do que era ser pobre no período colonial, por outro lado, as imagens contemporâneas das condições materiais de moradias, por exemplo, nos permitem alguma aproximação com um presente do passado. A imagem aqui apresentada é um dado irrefutável.



Fonte: MARANHÃO, 2015.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. **O poder e os pobres - as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal** (séculos XVI-XVIII). Lisboa: Gradiva, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **“Para aumento da Conquista e bom governo dos moradores”**: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011

FARIA, Regina Helena. **Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755): uma discussão preliminar**. Ciências Humanas em Revista v.1, n.1/ Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2003.

FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdias na América portuguesa**. Tese de doutoramento – Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. Textos de História. Vol. 15 N° 1/2, 2007.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia** (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – séculos XVIII). Tese de doutoramento – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

GALÁN, Maria del Prado de la Fuente. **Marginación y pobreza em Granada de la segunda mitad del siglo XVIII**. Granada, Espanha: Editora Universidade de Granada, Campus Universitario de Cartuja, 2000.

MARANHÃO. **Livro de Acórdão da Câmara de São Luís 1645-1649**. São Luís: Ed. SECMA, 2015.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“e porque muitos juraram para trair...”**. São Luís: EdUema, 2015.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 2ª ed. São Luís: [s.n], 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Pobreza no Brasil colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira**. *História – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, 2009. Disponível em www.historica.arquivoestado.sp.gov.br

MORADIA, AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITÓRIO

Itaan Pastor Santos¹

Em 2010 o então Laboratório de Extensão de Extensão Rural (LABEX), hoje Núcleo de Extensão e Desenvolvimento, concorreu a um edital que propunha uma análise da política de desenvolvimento territorial proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através da sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) tendo seu projeto selecionado para ser executado do território rural Lençóis Maranhenses / Munin. Desde então, o LABEX passou a utilizar como definição espacial e área de atuação esse território. As atividades desenvolvidas permitiram que fossem articuladas ações que passam pela pesquisa e pelo ensino que se cruzaram com a extensão em todas as etapas.

As ações de pesquisa incluem desde parcerias com grupos de pesquisa de instituições de ensino superior a projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. As parcerias foram estabelecidas com todos os tipos de organizações que atam na área rural dos municípios.

O artigo apresentado a seguir estabelece uma relação entre o processo histórico de desenvolvimento desse território, a dinâmica produtiva e a moradia, fazendo ainda, um contraponto entre o urbano e o rural.

SOBRE O TERRITÓRIO LENÇÓIS MARANHENSES / MUNIN

O Território Lençóis Maranhenses/Munim está inserido, em sua maior parte, na Mesorregião Norte Maranhense, contemplando a microrregião Lençóis Maranhenses, que compreende os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Barreirinhas e

¹ Doutor em agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa, professor adjunto do CCA/UEMA, atualmente gerencia o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX).

Paulino Neves; e a microrregião de Rosário que compreende os municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com os municípios de Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Presidente Vargas, Itapecuru Mirim e Santa Rita; ao Leste pelos municípios de Água Doce e Santana do Maranhão e; ao Oeste pelo município de Cajapió e pela Ilha de São Luís.

A população total é de 201.574 habitantes, (IBGE, 2010) dos quais 64,65% vivem no meio rural, o que corresponde a uma taxa de urbanidade de 32,25%. O município Rosário apresenta a maior taxa de urbanidade (64,65%) enquanto o município Axixá concorre com a menor taxa, da ordem de 11,85%. Das dezenas de comunidades rurais existentes são 34 quilombolas reconhecidas, mas muitas ainda em fase de reconhecimento. A área total do território alcança 14.374,9 km² sendo que o maior município é Barreirinhas com 2.291,1 km² e o que possui a menor área é Axixá com 199,8 km².

De acordo com o NUGEO/LABMET (2002) o território Lençóis Maranhenses / Munin tem precipitações pluviométricas anuais variando de 1.300 a 1.500 mm³ anuais (municípios Barreirinhas e Paulino Neves) até 2.300 a 2.500 mm (Morros, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Rosário e Bacabeira). As quatro bacias hidrográficas (Itapecuru, Munin, Peria e Preguiças) existentes representam um pouco mais de 25% de todo o volume d'água dos cursos d'água maranhenses. Essa disponibilidade de água permite lençóis subterrâneos bastantes superficiais e garante a viabilidade das lagoas na área dos Lençóis Maranhenses.

O IDH desses municípios ainda é muito baixo, mesmo tendo evoluído entre 2000 e 2010, como pode ser percebido no Quadro 1. O município melhor colocado em 2000 era Rosário (IDH 0,484) na colocação 3437 em relação a todos os municípios brasileiros e o último colocado era Paulino Neves (IDH 0,317), aparecendo na colocação 5479. Dez anos depois, ambos os municípios deram um salto no índice passando para 0,632 e 0,561, respectivamente, mas o ranking passou a ser liderado pelo município Axixá (IDH 0,641) que aparece na posição 3275 enquanto o último colocado passou a ser Primeira Cruz (IDH 0,512) na posição

5494. São dados que demonstram o paradoxo que esse território vem se colocando ao longo do período em que foi implantado.

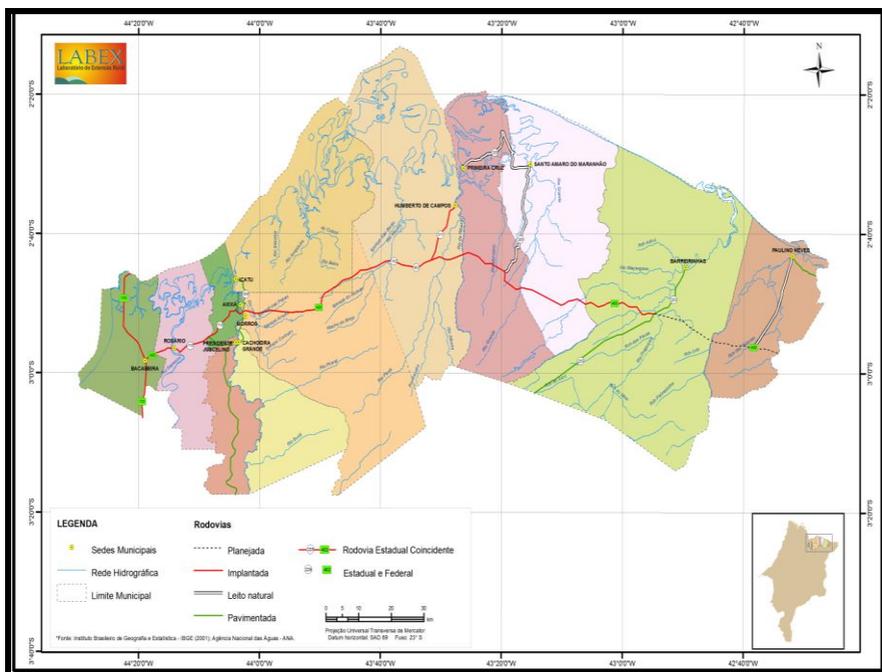


Figura 1- Território Lençóis Maranhenses / Munin. Fonte: LABEX, 2011.

QUADRO 1: IDH dos municípios do TRLMM em 2000 e 2010

Município	IDH MA 2000	Ranking Brasil 2000	IDH MA 2010	Ranking Brasil 2010
Axixá	0,464	3714	0,641	3275
Bacabeira	0,433	4220	0,629	3501
Barreirinhas	0,361	5246	0,570	4841
Cachoeira Grande	0,344	5356	0,537	5345
Humberto de Campos	0,365	5207	0,535	5361

Icatu	0,348	5339	0,546	5253
Morros	0,400	4762	0,548	5225
Paulino Neves	0,317	5479	0,561	5027
Presidente Juscelino	0,371	5149	0,563	4984
Primeira Cruz	0,378	5074	0,512	5494
Rosário	0,484	3437	0,632	3448
Santo Amaro	0,336	5398	0,518	5467

Fonte: PNUD (www.pnud.org.br)

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

O processo de ocupação do território nos seus primórdios demonstra a lógica da organização que perdura até hoje. A área ocupada inicialmente foi a do Baixo Munin (Icatu, Morros, Axixá, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino) juntamente com a do Baixo Itapecuru (Bacabeira e Rosário). Essa lógica incluiu a ocupação das áreas mais próximas do litoral e do curso do rio Munin por fazendas de arroz que deslocou para a região portuguesas e escravos africanos. Não é de estranhar que as sedes dos municípios do Baixo Munin estejam todos nas margens do rio. A exceção é Icatu, que tem sua própria dinâmica de instalação a partir do litoral em função da batalha de Guaxenduba e, por ser o município mais antigo acaba por ser aquele que possui maior quantidade de comunidades quilombolas originadas a partir dos quilombos propostos pelos negros que fugiam das fazendas.

A partir dos aglomerados de residências mais distantes dos que originaram as sedes dos municípios surgiram as comunidades rurais que se estabelecem em locais muito diversos. As comunidades quilombolas ficam bastante afastadas. Nas comunidades rurais, as áreas de produção não são privadas, pois a lógica desse modelo de produção tradicional é o aproveitamento de áreas anuais em função de cada ciclo de produção. É

essa condição que permitiu ao longo do tempo que a agricultura tradicional mantivesse sua viabilidade só perturbada com o crescimento populacional e o aumento das áreas urbanas e das agrovilas. Dessa forma, os moradores passam a ter a posse coletiva das áreas. Essa posse coletiva predominou fortemente sobre a individual, a tal ponto que nessa microrregião praticamente não há a presença de grandes propriedades.

As atividades produtivas desenvolvidas eram estabelecidas em roças compostas por quatro culturas principais: arroz, milho, feijão e mandioca. Essa última, até em função de um solo predominantemente arenoso, foi sempre a cultura de preferência, também por conta do seu beneficiamento em farinha e outros subprodutos. Nos quintais, bem distantes dos roçados, além do cultivo de hortaliças e de frutas, criava-se galinhas e porcos que garantiam a proteína de origem animal necessária para a manutenção do organismo de cada membro da família. A criação de bovinos, feita por poucos moradores permitia a comercialização de carne semanalmente, mas garantia aos criadores uma poupança de maior porte do que aquela baseada na criação de suínos.

Essa produção agrícola quase nunca era suficiente para que as famílias alcançassem uma renda razoável às famílias de forma que para produzir uma quantidade suficiente para alimentar todos os membros era necessária uma grande quantidade de produtos o que exigia uma grande área de produção que, por sua vez, exigia uma grande quantidade de mão de obra, fator fundamental para que as famílias mantivessem uma prole considerável. E o número de indivíduos determinava o tamanho, a forma e o local onde as moradias eram construídas.

A ocupação da área dos Lençóis seguiu um outro ritmo com um caminho percorrido por nordestinos que vieram através do Piauí e alcançaram Barreirinhas (e Paulino Neves) através de Tutóia. Uma outra via de ocupação aconteceu no caminho do Baixo Parnaíba via Urbano Santos para Humberto de Campos e Primeira Cruz (e Santo Amaro). Essas vias de ocupação caracterizam a formação dos aglomerados urbanos nas áreas do interior. No Litoral surgem as agrovilas de pescadores que são formadas por famílias que se fixam nas proximidades do mar criando uma estrutura organizativa bem diferente daquelas típicas do interior. O mar viria a ser, por muitos anos, a principal via de transporte para todas as

áreas litorâneas do território. Em algumas dessas comunidades ainda na atualidade o mar continua sendo a única forma de acesso.

Os solos dos Lençóis dificultavam a acessibilidade e a falta de estradas foi uma condição que perdurou até a segunda metade do século XX. Ainda hoje várias dessas comunidades só são acessadas por barco. Dessa forma, as agrovilas dos pescadores sempre foram construídas com materiais mais simples e muitas delas eram temporárias, perdurando apenas tempo em que os pescadores saem e voltam do mar.

As condições ambientais dos Lençóis eram tão diferentes do Munin que se estabeleceu uma divisão de trabalho característica. Nos Lençóis o solo constituído, principalmente, por areias quartzosas marinhas não permite o plantio de muitas culturas de modo que a base produtiva se baseou na pesca e na criação de animais. Soma-se a isso os lençóis freáticos muito superficiais que não estimulava a produção agrícola. A pouca disponibilidade de solo agrícola fez com que nessa área os moradores fossem, prioritariamente, pescadores e só em alguns locais onde havia solos argilosos foi possível ter mais agricultores que pescadores.

No início do século XX foi criada a ferrovia São Luís-Teresina, que impulsionou o escoamento da produção dos municípios do Baixo Munin. A ferrovia facilitou também o fluxo da população que avançou de Rosário em direção aos Lençóis, mas provocou uma grande supressão da paisagem quando incentivou a comercialização da madeira para dormentes. O fim desse ciclo promoveu um estímulo maior à produção de farinha e mais mandioca passou a ser plantada, e mais casas de farinha foram sendo construídas se caracterizando na maior infraestrutura social nesse território.

O território Lençóis Maranhenses / Munin só iria ser caracterizado nessa base espacial no início do século XXI, mas a sua estrutura seria definida e mantida ao longo de todo o século XX. A principal via de acesso, a BR 402, estrada que corta o território de um extremo a outro só foi construída no início desse século. Essa falta de acesso deixou os municípios sem ligação por terra ou com ligações através de estradas precárias por todo esse tempo. Como as vias de acesso são condicionantes para o crescimento populacional o tamanho da população de todos os

municípios cresceu muito pouco ao longo desse período. Assim, os municípios apresentam poucas estruturas arquitetônicas além das residências. A construção da BR não beneficiou alguns municípios dos Lençóis Maranhenses (Paulino Neves, Santo Amaro e Primeira Cruz) que permaneceram isolados até a metade da década de 2010. Mesmo assim, com a ligação atual para esses municípios o acesso para as comunidades rurais mais distantes das sedes de todos os municípios continua muito difícil quanto sempre foi tanto para a comercialização dos produtos quanto para a compra de bens de consumo.

Apesar disso, a construção da BR 402 criou uma nova dinâmica no território, pois fomentou, até de uma forma exacerbada, a indústria do turismo na área dos Lençóis Maranhenses. Esse tipo de turismo, apesar de ter um viés ecológico, tem provocado muitas mudanças no espaço urbano dos municípios Paulino Neves e Santo Amaro, mas, principalmente, em Barreirinhas com a construção de novos prédios (hotéis, pousadas, restaurantes) e de infraestrutura social relacionada como cais, passarelas. Mesmo em algumas comunidades rurais a paisagem tem sido sistematicamente redefinida com a construção de pousadas e restaurantes, mas também com a chegada de visitantes através de meios de transporte que sempre acessam áreas mais distantes com o uso de carros traçados que criam trilhas, provocam mudanças em cursos d'água e suprimem vegetação por onde passam.

O estímulo ao turismo proposto pelos governos, em todos os níveis (federal, estadual e municipal) tem provocado outros resultados que não podem ser considerados positivos como a pressão sobre a terra. Mesmo fora do espaço geográfico dos Lençóis Maranhenses, como é caso dos municípios Icatu e Morros há forte especulação imobiliária com compra de terras em comunidades rurais tanto por empresas que trabalham com esse tipo de negócio quanto por grandes grupos hoteleiros. Esse tipo de situação tem ocorrido mesmo entre empresas menores assim como com indivíduos que procuram comprar terras para construção de imóveis para uso por temporada.

Em contrapartida a essa situação, o governo estadual criou na década passada e início dessa década uma grande quantidade de assentamentos de reforma agrária a partir da regularização fundiária de

imóveis que tinham posse e uso de famílias moradoras históricas dessas áreas. Foram 126 assentamentos implantados até o final da década passada. Esse quantidade representa quase 20% do total de assentamentos do Estado, conforme dados do INCRA. A área total desses assentamentos alcança 349.788,8419 hectares que representa 7,7% de toda a área disponível para os assentamentos maranhenses e 24,3% da área total do Território. A quantidade de famílias assentadas chegou a 7.612 ou, aproximadamente, 38.000 pessoas ou 38% do total da população do Território. Frente às condições de solo apresentadas no item referente, a área média de 45,95 hectares por família, ainda não deve ser suficiente para permitir que as famílias desse território alcancem a condição de independência alimentar, nutricional e econômica.

A instalação de assentamentos de reforma agrária, no entanto, parece ter sido uma ação isolada em favor das famílias rurais, pois não há notícias de outros programas estruturantes no território. Na verdade, o modelo de desenvolvimento pensado para esse território de acordo com o PTDRS (Coospat, 2009) tem se mostrado “ambíguo e contraditório”. Em princípio, parece que há algumas ações que definem um modelo para duas áreas desse território, exatamente os dois extremos. Na área de Bacabeira e Rosário, porta de entrada para todos os municípios tem sido estimulado a instalação de indústrias metalúrgicas, portos, refinaria, e até um grande aterro sanitário que já atende os municípios da ilha de São Luís. Para os representantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), órgão de coordenação e articulação da política de desenvolvimento territorial, esse modelo de desenvolvimento “obedece uma lógica de exclusão e substituição da produção primária natural da região por indústrias e serviços relacionados que, na prática alia uma proposta de desenvolvimento econômico com um preocupante descuido e desprezo com o meio ambiente e com justiça social.

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DE MORADIA DAS AGROVILAS

O espaço agrário dessas duas microrregiões definiu a forma como as agrovilas foram sendo estabelecidas ao longo do tempo. No Baixo

Munin, onde a produção era baseada na agricultura tradicional estabelecida a partir das chamadas “roças no toco”, cuja dinâmica é a itinerância anual, cada família planejava as a residência em função da distância da área de produção. Esse é o motivo pelo qual algumas moradias ficam distanciadas do centro nevrálgico das comunidades. Organizar as residências próximas umas das outras, no entanto, garantia a manutenção dos laços de amizade e facilitava o apoio sempre que alguma família passava por algum tipo de necessidade. Nesse sentido, na medida em que as roças eram implantadas em locais mais distantes, os homens se articulavam para estar apoiando uns aos outros.

Distante das sedes dos municípios as comunidades ficavam esquecidas dos governos municipais a tal ponto que quase nunca recebiam algum tipo de infraestrutura social. Esse tipo de infraestrutura era, normalmente, representada por igreja católica construídas pelos próprios moradores, onde as famílias se encontravam para fazer as orações semanalmente. Algumas agrovilas maiores recebiam escolas construídas pelo poder público municipal. A grande dificuldade de acessar essas escolas pelas crianças e jovens deixavam a maioria da população rural sem acesso aos estudos. Lembramos que a maioria das comunidades rurais ficavam a grandes distâncias da sede e das comunidades maiores.

As moradias dos Lençóis eram, prioritariamente, erguidas para abrigar famílias de pescadores. Nas áreas do interior as famílias de pescadores eram também agricultoras, de modo que poucas diferenças no estilo e na espacialidade. A acessibilidade era bem mais complicada em função dos solos muito arenosos. A implantação das agrovilas era feita próxima do litoral e dos cursos d’água, de modo a facilitar o deslocamento por vias aquáticas. Construir nesses espaços também facilitava o acesso ao mar facilitando a pesca. Os municípios cujas sedes ficavam próximas do mar permitiam que após as pescarias os pescadores levassem o produto de barco direto para comercialização próximo aos mercados.

Na atualidade, com a construção de estradas carroçais, as agrovilas ganharam o status de comunidades. Muitas dessas comunidades tem o mesmo status das sedes dos municípios. No território alguns exemplos são clássicos como São Simão, em Rosário; Centro Grande, em Axixá; Atins, em Barreirinhas. No entanto, grande parte dessas comunidades ainda tem

poucas construções que representem infraestrutura social mais organizada mantendo as mesmas tipologias de prédios existentes no século XIX. Nos municípios dos Lençóis Maranhenses ainda há comunidades onde o acesso só se dá por mar como por exemplo Carrapatal, em Humberto de Campos.

Rivalizando com as sedes dos municípios menores as comunidades maiores chegam a possuir os mesmos prédios das cidades que possuem menos de trinta mil habitantes. Assim, Paulino Neves, Santo Amaro, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Morros, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino e Arixá possuem apenas prédios residenciais e comerciais, além de igrejas e praças. Um ou outro prédio se diferencia nessa paisagem. Uma rodoviária e algumas pousadas em Morros, duas agências bancárias em Humberto de Campos, postos de gasolina em Humberto de Campos, Morros e Presidente Juscelino. Apenas Barreirinhas e Rosário, as maiores cidades do território, conseguem algum destaque nessa infraestrutura social com maior quantidade de prédios. Rosário em função da proximidade com a BR 135, principal via de ligação com a capital e Barreirinhas por ter se tornado o centro turístico dos Lençóis Maranhenses. Icatu é a cidade mais antiga da região e a segunda do Maranhão, mas não se destaca por ter essa condição.

Se a área urbana sofre pela pouca disponibilidade de infraestrutura a área rural é praticamente desprovida de qualquer espaço que facilite a produção, o transporte, a comercialização dos produtos, assim como a cultura e o lazer. As comunidades e assentamentos de reforma agrária desses municípios praticamente só dispõem de prédios residenciais e alguns pouco residenciais. Da área produtiva só se encontra casas de farinha, a grande maioria em péssimas condições físicas e com equipamentos manuais. Em muitas comunidades as estradas são apenas caminhos que nem permitem a passagem de algum tipo de transporte, especialmente quando se considera que na maior parte do território as condições de solo não permitem o trânsito de automóveis.

Os assentamentos de reforma agrária instalados a partir da regularização fundiária das áreas de comunidades rurais históricas tem provocado mudanças na paisagem arquitetônica, pois junto com a instalação dos assentamentos foram implantados projeto de residências com modelo e materiais eminentemente adequados às características

urbanas atuais. São casas pequenas construídas com tijolos e telhas de argilas, com pouco espaço interno, com deficiência de iluminação e ventilação, pouco adequadas às necessidades das famílias e totalmente indiferente às condições climáticas da região.

CONCLUSÃO

O trabalho do LABEX no território Lençóis Maranhenses / Munim tem me permitido que se identifique as condições da produção—de trabalho, de mobilidade e de moradia nas comunidades rurais e nos assentamentos de reforma agrária. Ao longo desse tempo, a equipe conseguiu identificar uma grande quantidade de comunidades rurais cuja infraestrutura vem se mantendo ao longo do tempo sem muitas modificações. As famílias moradoras permanecem desenvolvendo as mesmas atividades dos séculos XIX e XX, as condições de acessibilidade às agrovilas e áreas de produção ainda requerem muitas melhorias para que as famílias consigam ter facilidade de para trabalhar e comprar seus bens de consumo e comercializar os bens produzidos.

As comunidades foram se mantendo nas mesmas condições que existiam nos períodos anteriores, com algumas mudanças nas condições de infraestrutura social e transformações dos espaços internos. Em algumas o crescimento populacional foi tão grande que provocou tantas udanças a ponto de rivalizar com as sedes dos municípios e, muito fortemtne, com as sedes dos municípios pequenos.

As moradias também evoluíram pouco. As mudanças se deram na aproximação aos modelos urbanos típicos. Os exemplos mais clássicos são aqueles apresentados nos assentamentos de reforma agrária cujos projetos arquitetônicos reproduzem integralmente as residências existentes nas periferias das áreas urbanas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ. **Diagnóstico Socioeconômico ambiental de Presidente Juscelino (MA)**. São Luís: Associação Agroecológica Tijupá, 1996. 47 p.

COOPERATIVA DE SERVIÇOS, PESQUISAS E ASSESSORIA TÉCNICA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Lençóis Maranhenses / Munim**. São Luís: MDA/SDT. 2011.

DUNCAN, Marcelo. **Territórios: ordenamento e desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2012. 18 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP. Brasília: NEAD, 2010.

Ministério de Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documentos Institucionais 02-2005.

SANTOS, Itaan. **Estudos diagnósticos para programas de desenvolvimento rural: o exemplo de Presidente Juscelino (MA)**. Dissertação de Mestrado. São Luís, 1999. 171 p; il.

SANTOS, Itaan. **Relatório de Pesquisa**. LABEX/UEMA. São Luís, 2013. 71 p.

VIDA E TRABALHO DOS QUILOMBOLAS DE SERRANO DO MARANHÃO

José Ribamar Trovão¹

Ao ser desmembrado de Cururupu, o município Serrano do Maranhão herdou a maior parte do espaço rural agrícola daquele município, onde se instalaram, a partir do século XIX, inúmeros engenhos e fazendas dos quais resultou o surgimento de quilombos e, em consequência disso, as atuais comunidades quilombolas. Portanto, toda remanescência quilombola tem suas raízes em um engenho ou uma fazenda.

Fugindo dos engenhos, os escravos escolheram os lugares mais distantes e de difícil acesso, daí as atuais comunidades nos tesos ou nas margens dos campos, nas proximidades da orla marítima, ou na parte mais central, entretanto distante dos seus senhores.

Além do marco teórico e da abordagem sobre o espaço geográfico do município, o trabalho está estruturado em dois eixos:

Perfil Social e Econômico das comunidades quilombolas com abordagem abrangente individual dos 26 lugares visitados e, como segundo eixo – Percepção Individual dos habitantes quilombolas visitados. (Baseado nas declarações sociais, econômicas e culturais de cada entrevistado).

RESULTADO

As comunidades quilombolas certificadas de Serrano do Maranhão distribuem-se em:

¹ Doutor em Geografia – UNESP / SP.

- Litorâneas - aquelas próximas ao litoral e que são influenciadas social e economicamente pelo mar: Boa Esperança II, Cabanil, Iteno, Rio de Peixe e Vista Alegre;
- Do campo - as que ficam às margens ou nos tesos do campo das Almas: Boa Esperança dos Campos, Brasília, Cedro, Mariano dos Campos, Nazaré, Ponta, Santa Filomena e Frechal dos Campos;
- Centrais – as que ficam na parte mais central do município: Açude, Bacabal do Paraíso, Campinho, Deus Bem Sabe, Luciana, Malungos do Olho d'Água, Paxibal, Rosário, Santa Rosa, Santo Antônio, São Benedito, Soledade e Vera Cruz.

As referidas comunidades têm suas raízes nos engenhos, usinas e fazendas, a exemplo da própria sede municipal, parte da fazenda União.

O espaço habitado é semelhante: as casas distribuem-se em forma de círculo e depois esparramam-se à margem da estrada; a grande maioria é de taipa, as vezes exposta ou revertida, cobertas de palha. Têm na fachada uma porta e uma ou duas janelas e no interior, com piso de areia batida, sala, dois quartos, cozinha; no quintal grande ficam os banheiros e sentinas improvisados (figuras 1 e 2).



Figura 1 - Casa de taipa. Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



Figura 2 – Sentina. Fonte: laborado pelos autores (2016)

As famílias se organizam entre parentes, com pessoas da mesma comunidade ou das comunidades vizinhas.

A principal atividade econômica é a agricultura familiar, cuja maior produção é a farinha d'água (figura 3), além do milho e arroz considerados de subsistência e somente para o consumo, feijão, leguminosas e hortaliças. Toda a atividade agrícola segue o tradicional: itinerante, de toco, com a participação ativa das mulheres (figura 4) e crianças em todas as atividades, exceto o desmatamento reservado para os homens. Trabalham entre 7:30 e 17 horas, com intervalo para o almoço, que, dependendo da distância, fazem-no na própria roça, ou em casa, cuja dieta alimentar é peixe, farinha, feijão e às vezes carne de caça e de porco ou frango. Pescam nos campos inundados, nos lagos e às vezes no mar, cuja pescaria é quase sempre para o consumo. Coletam principalmente juçara, bacaba e buriti, produção que além de fazer parte da dieta alimentar comercializam com os municípios vizinhos, além do óleo do coco babaçu.



Figura 3 - Casa de forno. Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



Figura 4 - Moradora carregando maniva. Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O “Programa Mais IDH” atua em 23% das comunidades com projetos direcionados para a criação de peixes, galinhas (figura 05), “Minha Casa Meu Maranhão”. Abastecimento de água, cozinha comunitária e escola digna.

Das comunidades estudadas, 69% têm escolas multisseriadas (ensino infantil até o quinto ano principalmente) improvisadas em barracão

de taipa ou de tijolos (figuras 6 e 7), das quais 50% recebem merenda e 35% têm transporte escolar.



Figura 5 – Galinheiro. Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



Figura 6 - Escola improvisada em barracão. Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



Figura 7 - Escola em prédio de tijolo. Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Embora 19% das comunidades tenham posto de saúde e 35% recebem visita médica duas vezes por ano, atendimento feito às vezes nas escolas.

Todos consideram-se católicos a umbanda tem influência muito grande; toda comunidade tem um terreiro, cujos líderes curam, dão remédio e fazem parto.

Os únicos serviços públicos são energia elétrica em 89% das comunidades e abastecimento d'água através de poços artesianos em 50%, às vezes construídos e mantidos pelas comunidades, das quais 46% a água é encanada.

Tem um diversificado potencial turístico, que não é aproveitado; nas ruínas dos engenhos, no folclore, e nos lagos e campos se explorados. “A Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial” recentemente criou o projeto turístico ROTA, que certamente beneficiará a região.

Só em dois povoados passam ônibus; nos demais deslocam-se de carro de boi (figura 8), cavalo, motocicleta e principalmente a pé.



Figura 8 – Carro de boi. Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Um ponto positivo é a sociabilidade: são bastante solidários entre si, atuando, em mutirão quando constroem casas, quando adoecem substituindo-se mutuamente nas roças, na limpeza e conservação das estradas, além de outros.

Embora sejam carentes em quase tudo, apenas duas pessoas disseram querer mudar: os demais, estão satisfeitos em ali morar.

CONCLUSÃO

Há uma carência generalizada nas comunidades; a dispersão das comunidades, resultado dos seus ancestrais de se esconderem, a falta de estradas, de tecnologia, de assistência efetiva da saúde e da educação, a precariedade das casas que, por serem de taipa e palha têm que ser periodicamente reconstruídas, a carência de objetos, utensílios e móveis domésticos, o “esquecimento” pelos líderes religiosos e a falta de opção de lazer.

Infelizmente os remanescentes quilombolas sobrevivem para a satisfação das necessidades de reprodução de suas famílias, vendendo algum excedente na comunidade ou cidades vizinhas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Théo. **Quilombo**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Cadernos de Folclore. n. 28. 1978.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural. **Palmares**: comunidades de remanescentes quilombolas tituladas. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.palmares.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2015.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **O negro na obra de Coelho Neto**. Imperatriz: Ética, 2003.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

IMESC-Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**: microrregião geográfica do litoral ocidental. vol. 1. São Luís: IMESC, 2012.

MARTINS, Omamas. **São Luís**: fundamentos do patrimônio cultural. Teresina: Ed. Halley, 2012.

SANTOS, Andrexanda; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista extensão rural**. Santa Maria, ano 15, n. 16, jul./dez.2008.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: **Ambiente e Sociedade**. n. 10. jan./jun. 2002. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MORADIA NA ZONA RURAL DO VALE DO ITAPECURU: um estudo de caso no Assentamento Rural Entroncamento.

José Sampaio de Mattos Junior¹

Juscinaldo Goes²

Ronaldo Barros Sodré³

Samuel Oliveira Maciel⁴

Ao observar a história dos assentamentos no Maranhão, podem-se conhecer, um pouco mais, as histórias de lutas no campo e a própria formação do estado do Maranhão com suas diversidades culturais, identificando a relação entre o poder público, nas três esferas, com os agricultores familiares. Podem-se perceber também as descontinuidades das políticas públicas e as permanências dos processos produtivos.

Da década de 1980 até o final dos anos 1990, verificou-se a intensificação do processo de criação de assentamentos rurais. Esse modelo de organização dos trabalhadores rurais proliferou-se consolidando uma proposta de ação de Reforma Agrária que quantitativamente dava uma resposta à sociedade. As áreas desapropriadas, os números de famílias beneficiadas eram intensamente divulgados tanto pelo Governo Federal quanto pelos Governos Estaduais como resultados de investimentos na agricultura familiar para demonstrar que as políticas sociais são prioridades no discurso oficial.

Nesses 25 anos de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), fazia-se necessário uma avaliação também qualitativa da Moradia em Assentamentos Rurais e o Assentamento Entroncamento, localizado a 12 km da sede do Município de Itapecuru Mirim e a 96 Km da capital pode

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)-UEMA

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)-UEMA

⁴ Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) -UEMA

nos evidenciar um indicativo das instabilidades das políticas públicas no estado.

As permanentes descontinuidades de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que levam a instabilidades e insegurança no campo, abrangem desde a possibilidade de ter acesso ao crédito, passando pela instabilidade da assistência ao agricultor e em relação a moradia na morosidade tanto para aquisição do material quanto para a construção das casas.

A MOROSIDADE E DESCONTINUIDADES DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

O crédito instalação, já abordado por vários autores, é crucial para a primeira etapa da formação do assentamento e compreende recursos destinados para habitação, fomento agrícola e alimentação. Em relação ao crédito habitação, é para a construção de casas; o fomento agrícola tem o objetivo de financiar a compra de instrumentos e equipamentos para produção; e o crédito alimentação tem a finalidade de dotar os assentados de gêneros alimentícios de primeiras necessidades enquanto não saía a produção.

Esse modelo de financiamento foi pensado para os assentamentos cujas famílias estariam iniciando um processo de conhecimento, adaptação e produção na nova área. No caso do assentamento Entroncamento, assim como para todos que também foram fruto de regularizações fundiárias, houve a possibilidade de acesso. Por que possibilidade? Porque mesmo com esse direito garantido, observam-se as descontinuidades na qual os assentados foram expostos.

Primeiro porque a informação de que receberam todos os créditos é controversa. Segundo a presidente da Associação do Povoado Filipa, só em 2006 chegou o crédito instalação fomento agrícola no povoado Filipa, 19 anos depois de criado o assentamento. Segundo o presidente da Associação do Picos II, as casas chegaram em 2004, 17 anos depois e nunca receberam o crédito instalação alimentação.

Em relação às informações sobre a habitação, houve a confirmação por parte do INCRA, porém sobre o fomento e o crédito alimentação, as informações foram contestadas, pois, na fala do integrante da equipe técnica, o fomento agrícola saiu por associação em que o destino foi discutido coletivamente por povoado, sendo o crédito utilizado para compra de facões, enxadas e outros instrumentos de apoio à produção. Porém todos os assentados entrevistados foram unânimes em falar que não receberam o crédito alimentação no período da implantação do assentamento e, segundo o representante da associação do povoado Filipa, só em 2006 receberam o fomento agrícola que foi utilizado na compra de uma Kombi.

Essas informações reforçam as preocupações de Leite (2004, p. 88) sobre os créditos e as discontinuidades no tocante a uma diferenciação regional:

Quando levamos em conta a data da entrada efetiva das famílias na área, os prazos médios para recebimento dos recursos do crédito-fomento variam de nove meses no Ceará a 12 anos no Sudeste do Pará, obtendo uma média geral de cerca de quatro anos. No caso do crédito habitação, os prazos médios são superiores, cinco anos no contexto geral dos estudos.[...] Em todos os casos, os prazos para liberação são bastante grandes, tornando mais difícil a fase inicial.

Leite (2004), continuando as suas análises, enfatiza que mesmo com atrasos nas liberações dos créditos, nos assentamentos em que as famílias já moravam na área, o crédito habitação melhorou a infraestrutura dos lotes.

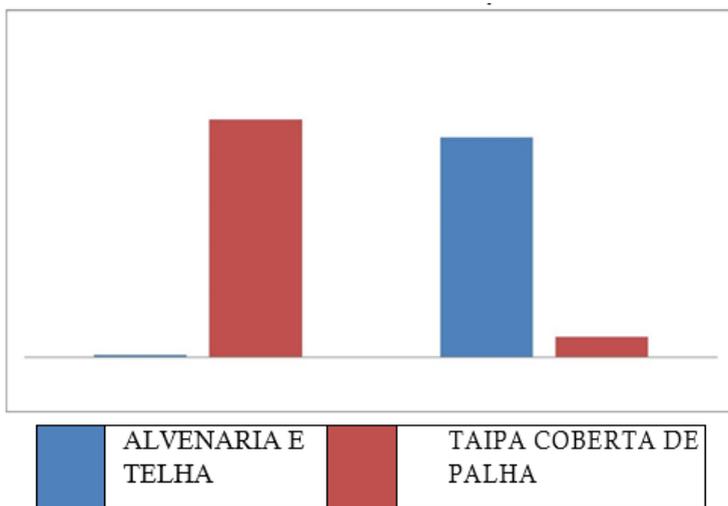
Voltando para o Entroncamento, percebe-se que no conjunto das situações não houve diferenças entre os casos já citados, no entanto as informações não são precisas. Como já se passaram 20 anos e os créditos vinham por assentado, na conta da associação, e como o processo estava se iniciando é normal que as informações prestadas sejam desencontradas, mesmo porque as informações sobre os créditos chegavam por meio dos primeiros representantes das associações e que pelo tempo não souberam informar direito a origem desses recursos nem a sua finalidade.

Isso é fruto da falta de experiência para o desenvolvimento dessas atividades, a própria falta de esclarecimento sobre o que eram os créditos instalação, seus objetivos, qual o valor unitário por crédito e como seria disponibilizado levaram ao desencontro nas informações entre as instituições, os representantes legais das associações e os assentados.

OS DESENCONTROS NAS CONDIÇÕES DE MORADIA E SEUS DIVERSOS DILEMAS

Mesmo verificando nas diversas pesquisas uma melhoria na infraestrutura das casas dos assentados, nas áreas que os trabalhadores rurais já se encontravam, é importante que se façam algumas reflexões levando em consideração que não há unanimidade nas respostas sobre as satisfações pessoais com as novas habitações, mesmo com mudanças significativas no material utilizado nas construções, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Material utilizado na construção da moradia

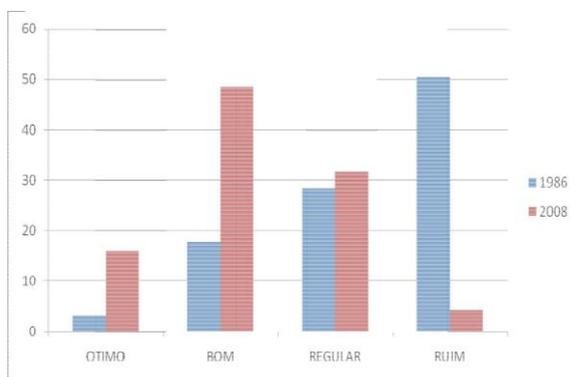


Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Outros fatores passam a ser preponderantes. Talvez até pareça cobrar demais diante do quadro que se apresentava antes do assentamento, todavia um olhar mais apurado vai encontrar alguns pontos que levam a insatisfações e que não podem ficar fora da análise sobre as reais condições de infraestrutura nos assentamentos. Considerar apenas os aspectos que evidenciem o número de famílias que tiveram acesso ao crédito não possibilitaria uma visualização dos diversos dilemas e descontinuidades das políticas nos assentamentos.

Diante do exposto, é de suma importância verificar que 91,6% das casas dos entrevistados apresentaram mudanças completas nas suas estruturas, porém percebe-se que essas mudanças não estabeleceram melhorias na qualidade, ou seja, a mudança na estrutura não significou condições satisfatórias nas habitações, como demonstra o gráfico 2, pois não foram projetadas as fossas sépticas, ou seja, não havia na casa banheiros a serem construídos.

Gráfico 2 – Nível de satisfação com a sua moradia no assentamento



Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio.

Isso está refletido na alternativa regular que revela insatisfações com as condições sanitárias e tempo de construção das moradias, mesmo que as casas tenham sido construídas. No geral, percebe-se que mais de 50 % vão considerar de bom a ótimo as suas condições de moradia, entretanto

será de suma importância também evidenciar a outra face que permitirá compreender algumas respostas em relação a 8% dos entrevistados classificarem de ruim e 32% classificarem de regular a moradia.

Os fatores que influenciaram na compreensão dessa outra face estão intimamente atrelados ao tempo de construção, às próprias construções e às condições sanitárias.

Em relação ao tempo das construções já se abordou anteriormente e 100 % dos entrevistados afirmaram que as casas foram construídas 17 anos após a criação do Assentamento e 86,32% dos entrevistados, que preferiram a manutenção das suas moradias nos povoados existentes, ou seja, a construção das suas residências é fruto das suas relações culturais com o lugar de moradia e a própria falta de infraestrutura, no que diz respeito a acesso e eletrificação rural até os lotes, impede a instalação da residência.

Em relação à construção, nem bem se passaram quatro anos das construções das casas, as mesmas já estão em processo de passarem por uma recuperação (Fotos 1 e 2) e as reclamações giram em torno da forma como as empresas estão construindo as casas.

Para o atual presidente da Associação do Povoado Jaibara, faltou acompanhamento do início ao fim das construções. Na visão dele, o povoado Filipa não teve esse problema pois houve um monitoramento do presidente da associação e as pessoas escolhidas para trabalharem eram do próprio povoado.



Foto 01 - Casa do presidente da Associação de Picos I. Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/Janeiro de 2008



Foto 02 - Casa construída em 2004 no povoado São José. Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Onde não houve a preocupação de acompanhar a liberação dos recursos para a construção das habitações, a empresa não teve a preocupação de respeitar as normas técnicas para execução do projeto. Em determinados assentamentos do Maranhão, apresenta-se a seguinte realidade: onde todos receberam o crédito, as casas foram todas construídas; onde todos receberam o crédito, alguns já tiveram suas casas terminadas, uma parcela está com as casas semiacabadas e outra parcela as casas ainda estão por serem construídas e esse problema fica difícil de ser resolvido, pois o recurso disponibilizado já acabou. Em nenhuma delas foi construída fossas sépticas até o final da década de 1990. Estes problemas são atuais segundo o Presidente da Associação de Picos I:

Eu fui olhar um projeto de recuperação de casas, as casas do INCRA, porque foi feito 38 casas, mas elas apresentaram rachaduras nas paredes, nos pisos e tal e a gente, tanto é que tô até com um documento aqui que foi feito em 1990, 2006. (Entrevista com o presidente da associação de Picos I, realizada em maio de 2008).

Então, a informação quantitativa que trata se os assentados receberam crédito habitação pode proporcionar a sensação de um número significativo de famílias atendidas pelo crédito, entretanto um dos elementos responsáveis pelo grau de insatisfação com a moradia atual pode ser refletido nas informações sobre as condições sanitárias onde menos de 15% dos entrevistados tiveram acesso à fossa séptica em suas moradias.

Observa-se que aproximadamente 40% dos entrevistados não têm nenhum tipo de esgoto sanitário. Esses dados refletem uma permanência nas condições sanitárias independente das casas que precisavam de reforma ou não na sua estrutura. E em relação ao acesso à água, 24,2% têm acesso à rede pública de distribuição de água no povoado Entroncamento, pois a rede pública só chega até esse povoado, enquanto que 41% dos assentados que moram em outros povoados do Assentamento continuam utilizando água de poço comum e 31,7% estão utilizando poço artesiano

No tocante à utilização de filtros, 70% dos entrevistados responderam que utilizam filtros. Uma informação chamou a atenção, em torno de 15 % dos que informaram que utilizam filtros em casa, também

disseram que já utilizavam antes mesmo da criação do assentamento e 30% dos que informaram que utilizam filtros disseram que utilizaram depois da criação do assentamento, mas antes das construções das novas habitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nas informações, pode-se concluir que ter recebido o crédito habitação não expressou, necessariamente, alteração na condição de moradia para 40% dos entrevistados se forem consideradas as condições sanitárias, a distribuição de água e a utilização de filtros.

Esses dados proporcionam uma visualização dos obstáculos que necessitam ser superados, que passam pela construção e recuperação das casas e terminam pelas condições sanitárias, o que pode afetar diretamente na qualidade de vida dos beneficiários das políticas de reforma agrária, ou seja, a disposição e condições da moradia é mais fruto da sua vida cotidiana, construída ao longo de suas vidas do que fruto da criação do assentamento.

REFERÊNCIAS

BARONE, L. A.; FERRANTE, Vera L S B . **O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: situação atual e perspectivas futuras.** Revista UNIARA, Araraquara, v. n/i, p. n/i-n/i, 2005.

BARONE, L. A. ; SANTOS, C. C. F. . **Poder Local e assentamentos rurais: um estudo em Marabá Paulista.** Retratos de Assentamentos, v. 1, p. 203-224, 2006.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio et al. A reforma da miséria e a miséria da reforma – notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In: **O MARANHÃO EM ROTA DE COLISÃO: Experiências camponesas versus Políticas Governamentais.** Cadernos Tempos Novos. São Luís, CPT, 1998, p. 35-66.

MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O entroncamento das Políticas Agrárias no Maranhão:** encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim. Programa de Pós-Graduação em Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista; Tese (doutorado em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico). Presidente Prudente; 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servola de e LEITE, Sérgio (Orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil.** Ed. UFRS/CPDA. Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servola de e LEITE, Sergio (Orgs). **Assentamentos Rurais:** mudança social e dinâmica regional: MAUAD. Rio De Janeiro. 2004.

MORADIA POPULAR NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Prof.^a Dra. Margareth Figueiredo¹

Todos os povos que produziram arquitectura desenvolveram o seu estilo próprio que lhes é tão específico como a sua língua, o seu vestuário ou as suas tradições populares. Até ao colapso das fronteiras culturais, ocorrido no século XIX, havia formas e pormenores arquitectónicos locais por todo o mundo, e as construções de cada região eram o maravilhoso fruto da feliz aliança entre a imaginação do povo e as exigências do território.

(Hassan Fathy)

A arquitectura popular, em detrimento à arquitectura erudita, ainda é pouco valorizada diante das disciplinas que estudam a moradia brasileira, segundo a forma de uso, o sistema construtivo, os estilos e as tipologias. Desde o Brasil colonial a arquitectura erudita compreendia as obras dos engenheiros militares e mestres construtores, principalmente as edificações de igrejas fortificações e solares. O livro “Arquitetura popular brasileira” do arquiteto e historiador Weimer Gunter (2005) é uma das primeiras publicações a explorar esse tema, tornando-se uma espécie de inventário da arquitectura nacional. Alguns estudos podem também serem encontrados na produção de saberes populares no âmbito da antropologia.

A arquitectura popular sobre novos olhares, como legítima expressão da sua sociedade, deve ser entendida como um conhecimento notório que valoriza as técnicas construtivas e os materiais regionais, observando os usos e funções de uma cultura local. Na leitura e concepção da arquitectura popular maranhense temos que considerar as três etnias (índio, branco e africano) que contribuíram para a formação da cultura, sua história e tecnologias das primeiras construções.

¹Arquiteta – UFPE, Mestre em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, Doutora em Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, Portugal. Professora Adjunta I, Departamento de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenadora do Núcleo de Estudos Integrados em Conservação Integrada – NEUCI. Desenvolve pesquisas nas áreas de patrimônio histórico, revitalização, preservação, memória e gestão do patrimônio cultural edificado.

A arquitetura popular maranhense, que tem na porta e janela a sua melhor expressão, reflete a forma de morar dos seus primeiros habitantes, e está presente no Centro Histórico de São Luís, desde o início de sua fundação. No entanto, devidos aos materiais construtivos frágeis como a palha e o barro, sujeito a deterioração causadas intempéries, os exemplares mais antigos, que chegaram aos nossos dias, são dos séculos XVIII e XIX.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Nos primeiros anos da colonização portuguesa, e até meados do século XVIII, a economia do Maranhão era reduzida à produção de subsistência, baseada principalmente, nas lavouras de mandioca e algodão. Meireles (1980) relata que em 1683 São Luís, tinha uma população de pouco mais de 1.000 habitantes, e a cidade era “acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, recobertas de palha, com urupemas por janelas” (Meireles, 1980, p. 224).

Pela precariedade das construções da época conclui-se por que, nos dias atuais, não existem em São Luís exemplares de arquitetura civil edificadas no século XVII. O acervo de arquitetura militar, religiosa e civil que compõe hoje o patrimônio cultural edificado no centro histórico de São Luís configura-se uma herança inestimável, remanescente do final do século XVIII, e século XIX. O que permaneceu do século XVII no centro antigo de São Luís foi a configuração físico-espacial do traçado urbano (1615), em malha ortogonal, de autoria atribuída ao engenheiro militar português Francisco Frias de Mesquita, planejado por ocasião da reconquista da Capitania, após a expulsão francesa. Sobre a regularidade do traçado urbano da época, Viveiros (1954) informa que Alexandre de Moura quando veio em 1615, na missão de expulsar os invasores franceses, deixou uma légua de terra à Câmara de São Luís, com a finalidade de organizar a povoação, assim determinando que “para a cidade que se levantava, o regimento tem apenas duas linhas na recomendação, que fosse ela bem arruada e direita conforme a traça que ficava em poder do capitão-mor” (Viveiros, 1954, p. 11). Em termos construtivos, no século XVII,

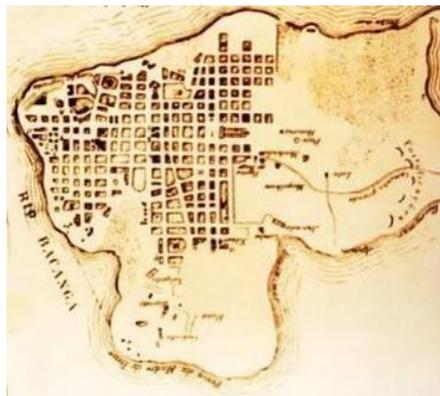
além da regularidade do traçado, também se verificava uma preocupação com a uniformidade da arquitetura, demonstrada através de um regimento, com força de lei, emitido pelo capitão-mor Alexandre de Moura, para ser seguido pelo seu sucessor, Jerônimo de Albuquerque, a partir de uma casa mandada construir por aquele, para servir de modelo a ser seguido pelos moradores (ZENKNER, 2002, p. 62).

Apesar da regularidade das quadras na traça inicial, cujos lotes apresentavam 5 braças de frente por 15 de fundo (11 x 33 m), para abrigar edificações de maior porte, a Câmara passou a conceder “lotes urbanos de até cinquenta braças ou mais, cercados por outros de quinze braças, e inúmeros de cinco, quatro e até duas braças e meia de testada” (MOTA e MANTOVANI, 1998, p. 51). Para atender à demanda populacional, novas casas e sobrados são solidamente construídos em pedra e cal, alguns apresentando dois, três e até quatro pavimentos, mantendo um rigoroso equilíbrio estético na simetria dos vãos de fachada e na implantação nos limites frontais e laterais do lote urbano, definindo assim um conjunto arquitetônico de superfície contínua, onde se destacam os mirantes e balcões em pedra de lioz (calcário branco e duro, usado em cantaria e estatuária), guarnecidos por gradis de ferro.

Mesmo com a preocupação da Câmara Municipal em uniformizar a arquitetura e o traçado urbano, as edificações do século XVII até meados do século XVIII refletem o estado de extrema pobreza da colônia. Construções de taipa de mão (pau a pique) com cobertura vegetal (palha) predominam, povoando os terrenos cedidos através de “cartas-de-datas”, ou seja: títulos de doações de terrenos urbanos, emitidos no século XVII pelo Senado da Câmara de São Luís. Essa situação dos primeiros anos da colonização portuguesa alterna-se significativamente a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, empreendimento estruturado pelo Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1750-1777), que estimulou, por meio de financiamento, a aquisição de ferramentas e mão-de-obra escrava, colocando o Maranhão no circuito de produção e exportação de produtos agrícolas, principalmente do algodão. O empreendimento constituiu-se em um grande impulso econômico com efeitos transformadores na paisagem urbana.



(a)



(b)

Figura 1: (a) Capa do documento que institucionaliza a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; (b) Mapa de São Luís, em 1844. Fontes: (a) (Lisboa, 1755); (b) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão.

No entanto, alguns testamentos da década de 1760 demonstram a existência de construções com predomínio da taipa de varas - mais conhecida como construção de pau a pique - se tomarmos como referência a pequena amostragem que representa esses poucos testamentos, pois, de acordo com seu testamento (1760-03-29), diz Roza Maria Dutra, Declaro: “Os bens que possuo são os seguintes, hua morada de cazas em que moro de taypa de varas cobertas de pindovas sitas em sinco braças de chão mistico as mesmas cazas fronteyras ao sul e os quintais para o norte. (MOTA et al., 2001, p.132), fazendo-lhe coro Anna Barboza de Jezuz Maria (1761-10-01), que declara “possuir [...] meya morada de cazas de taypa, de vara cobertas de telha com seos muros”(MOTA et al., 2001, p.150) e também Ignacia Barbosa de Albuquerque (1768–05-18), que disse ser possuidora de “huma morada de Cazas de taypa, de varaz cobertas de telha, e muradas, e duaz outras braçaz de chão pegados as mesmaz Cazaz (MOTA et al., 2001; p. 228). Em alguns testamentos são citadas edificações em taipa de pilão, a exemplo do testamento de Catherina de Souza Mascarenhas, acima citado e o de Cezilia da Costa Coelho (1760 – 06 – 07), que declara possuir “huma morada de cazas terreas com seu

quintal feitez de Pilam, e cobertas de telha novaz” (MOTA et al., 2001, p.138).

A partir da década de 1840 registra-se preocupação maior da administração municipal com o embelezamento e a melhoria da infraestrutura urbana da cidade, definida em leis e códigos de posturas (1842/1866/1892 a 1909), com normas para a manutenção e ajustes do traçado regular da malha urbana, construções ou reconstruções, disciplina do uso do solo urbano, observando-se, entre outras, as questões relativas à higiene e segurança pública. Algumas dessas posturas são aqui destacadas, abaixo.

Nos Códigos de Postura de 1842, 1866 e 1893, a Câmara determina que, dentro da cidade, as construções cobertas de palha são proibidas: “Fica proibida toda a edificação de cazas cobertas de palha nas ruas da Cidade, pena de seis mil réis; e igualmente se prohibem as novas coberturas de palha em todas as existentes, pena de trez mil réis: o que se não entenderá com a pobreza, que na tiver meios para recobrillas de telha” (SÃO LUIS, 1842, Art. 30). “Dentro da cidade fica prohibido a edificação de casas coberta palha ou de qualquer outro material de fácil combustão, e assim tambem cobrir novamente de palha as que já o tiverem sido” (1866, Art. 60).

Outro importante documento do século XIX, contendo elementos que possibilitam retratar a configuração urbana do casario, é o *Recenseamento da População de São Luís no ano de 1855*. Trata-se do manuscrito existente no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, com anotações do trabalho realizado por João Nunes de Campos, engenheiro civil formado em 1843 na Escola Central de Paris.

Inicialmente, o engenheiro João Nunes de Campos tinha um Plano para registrar toda a população da capital, no entanto, por motivos alheios ao seu propósito, o recenseamento ficou circunscrito à área da cidade mais adensada na época, correspondente a oitenta quarteirões, “compreendidos nos limites seguintes: rua da Cruz, rua de Santo Antônio, rua do Ribeirão, rua das Barrocas, rua do Egito, beco do Machado, praias do Caju, Pequena, Grande, das Mercês, do Desterro, do Portinho e largo da Fonte das Pedras” (Martins, 1998, p.176). Os dados do censo revelam um perfil

importante desse trecho da cidade, com uma população de “nove mil indivíduos distribuídos por 1.065 casas e 15 edifícios públicos”.

Tabela 1: Recenseamento da população de São Luís – 1855. Fonte: MARTINS, 1998.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE SÃO LUÍS NO ANO DE 1855			
Divisão de Classe	Subdivisão	Subtotal	Total
População	Livre	5.395	9.000
	Escravo	3.605	
Artes e Ofícios	Architecto	2	
	Alfaiate	79	
	Barbeiro	24	
	Caldeireiro	2	
	Calafato	14	
	Carpina	16	
	Carpinteiro	21	
	Chapeleiro	6	
	Charuteiro	20	
	Espingardeiro	5	
	Ferreiro	6	
	Funileiro	11	
	Marceneiro	30	
	Ourives	19	
	Pedreiro	10	
Pentieiro	8		

	Polieiro	3	
	Sapateiro	18	
	Solleiro	3	
	Seringueiro	6	
	Tanoeiro	10	318
	Tipógrafo	4	
Propriedade particular	Armazén	57	322
	Botica	11	
	Barraca	22	
	Loja	48	
	Oficina	108	
	Quitanda	76	
Edifício Público	Edifício Público	15	15
Edifício Particular	Sobrado	303	1.065
	Mirante	35	
	Casa Térrea	727	
Propriedade Particular	Casa em construção	26	86
	Terreno por construir	60	

TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA

Considera-se tipo uma constante que se apresenta com características de necessidade e variações de acordo com a técnica, a função e o estilo. Levando-se em conta a composição da fachada e volumetria, as edificações de arquitetura civil do centro histórico de São Luís (séculos XVIII e XIX) podem ser classificadas em: solares, sobrados e casas térreas. As casas térreas de acordo com os elementos de fachadas e a

distribuição interna subdivide-se em: morada-e-meia, $\frac{3}{4}$ de morada, meia-morada, e porta-e-janela.

As casas térreas, da região Nordeste do Brasil, especialmente no Maranhão e no Piauí, são tipologicamente conhecidas, por: Porta-e-janela; meia-morada; $\frac{3}{4}$ de morada; morada-inteira e morada-e-meia. A porta-e-janela é o tipo de habitação mais simples cuja própria denominação define seus elementos de fachada. Internamente divide-se em três compartimentos (sala, dormitório e cozinha) conjugados, havendo apenas um pequeno hall de acesso na porta de entrada.



a



b



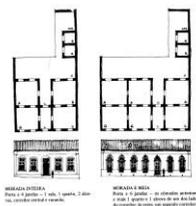
c



d



e



f

Fig. 2 - Tipologias construtivas: (a) Porta-e-janela; (b) Meia-morada; (c) $\frac{3}{4}$ de Morada; (d) Morada-inteira, (e) Morada-e-meia; (f) Esquema de planta baixa e fachada da morada-inteira e da morada-e-meia. Fontes: Fotos (a) a (e) Margareth Figueiredo; (f) Desenho de Dora Alcântara.

A meia-morada caracteriza-se por apresentar uma porta de entrada em uma das extremidades com duas janelas laterais. Internamente divide-se em cinco compartimentos: sala, dormitório e varanda, que são

articulados por um corredor lateral de acesso na porta de entrada, cozinha e dependência de serviço no corredor secundário, integrado a varanda. A edificação do tipo $\frac{3}{4}$ de morada apresenta uma porta ladeada em um dos flancos por uma janela e no outro por duas. A distribuição dos ambientes em planta baixa é semelhante aos da meia-morada, acrescida de dois pequenos ambientes, na lateral do corredor, correspondente ao acréscimo de uma janela na fachada.

A morada-inteira apresenta na composição de fachada uma porta central com duas janelas de cada lado. A distribuição interna constitui-se de um corredor central ladeado por duas salas e dois dormitórios, varanda, correr e dependências. O tipo maior de casas térreas é a morada-e-meia, que apresenta uma porta e seis janelas, corresponde a uma morada inteira acrescida de duas janelas. Sua distribuição interna é semelhante à morada-inteira, acrescida de mais uma sala e um dormitório em um dos lados.

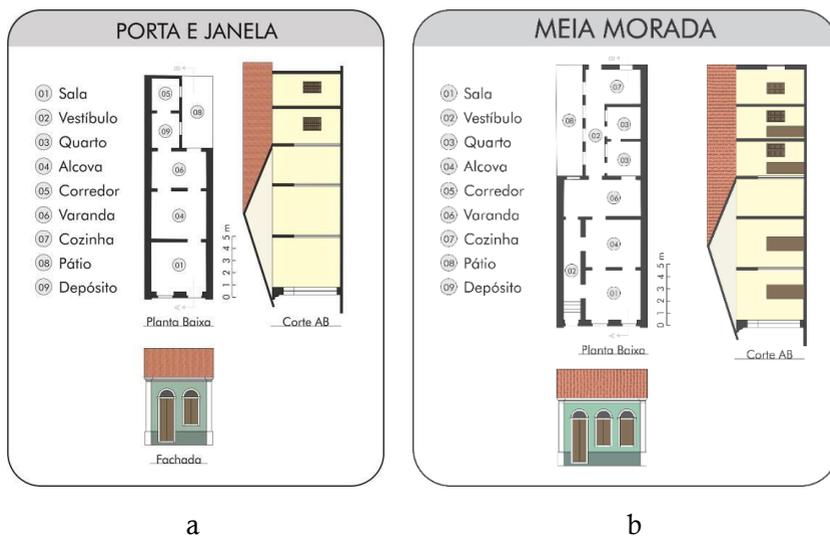


Figura 3 - a: Desenho esquemático de fachadas, corte e planta baixa de uma porta-e-janela. Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998). b: Desenho esquemático de fachadas, corte e planta baixa de uma meia morada. Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998).

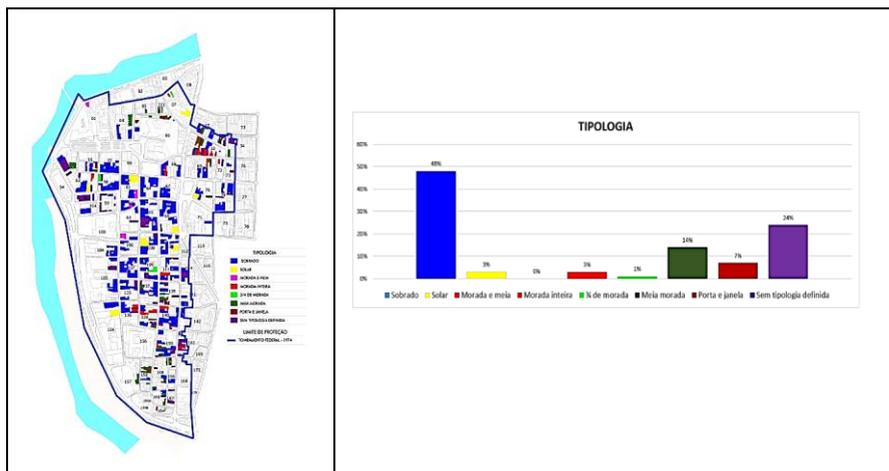


Figura 4 - Mapa e gráfico de tipologias arquitetônicas dos imóveis do século XIX, (área de tombamento federal de 1974). Fonte: FIGUEIREDO, 2014.

ESTILO ARQUITETÔNICO

Considera-se estilo arquitetônico a peculiaridade que apresenta as obras de arte produzidas segundo certos princípios, numa determinada época, por um determinado povo, segundo determinada técnica.

Segundo o Instituto de Planejamento Municipal - IPLAM, em estudo realizado em 1998, sobre o conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, tombado pelos Governos Federal e Estadual, o estudo classificou as edificações, segundo os estilos arquitetônicos, em Tradicional Português, Neoclássico, Eclético, Art Déco, Neocolonial; Moderno e Popular.

┌No Centro Histórico de São Luís identificamos portas e janelas nos estilos tradicional Português, eclético e popular, cujas características foram assim definidas no documento do IPLAM:

Tradicional Português: Estilo associado à arquitetura Barroca-Pombalina desenvolvida em Portugal quando da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Desenvolveu-se principalmente em São Luís desde o final do século XVIII até o final do século XIX [...];

Eclético: Estilo surgido na Europa e desenvolvido na arquitetura entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Caracteriza-se pelo uso do historicismo em sua linguagem plástica e formal, adotando como regra geral, além do tradicional clássico recuperado das tradições greco-romanas; influência estrangeira dos modelos arquitetônicos ecléticos utilizados na época;

Popular: Estilo onde não há modo de construir erudito, sendo que suas formas refletem o modo de fazer espontâneo, de gosto individual (IPLAM, 2003, p. 33-41).

ESTILO ARQUITETÔNICO DE PORTA-E-JANELAS



Tradicional português



Eclético



Popular

Figura 5 - Estilos arquitetônicos de porta-e-janelas. Foto: Margareth Figueiredo.

SISTEMA CONSTRUTIVO

O sistema construtivo da maioria das edificações do Centro Histórico de São Luís pode ser considerado misto, pois apresenta na mesma edificação paredes mestras estruturais em pedra e cal e, em casos mais raros, adobe e taipa de pilão, e paredes divisórias internas confeccionadas nas técnicas de pau a pique (também conhecida como taipa de mão), cruz de Santo André (semelhante à gaiola pombalina). As alvenarias em terra, com exceção daquelas edificadas em adobe e taipa de pilão só ocorrem nas referidas divisórias internas, razão por que, em muitos casos de intervenção, estão aos poucos sendo substituídas por técnicas contemporâneas. As alvenarias externas são em pedra e cal, rebocadas com argamassa de barro, cal e areia, nos solares, sobrados e na

maioria das edificações térreas, com exceção de poucos sobrados do século XVIII que possuem sistema construtivo em taipa de pilão.

As alvenarias internas são em pedra e cal nas paredes mestras e no térreo dos solares, sobrados e moradas. Foram identificados um número razoável de imóveis com paredes divisórias nos pavimentos superiores, estruturadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina) com enchimento em barro. Outros imóveis (sobrados e moradas térreas) apresentam paredes de vedação em pau-a-pique, técnica construtiva estruturada por trama formada por esteios verticais de maior dimensão, que são fixados no frechal e baldrame, depois armados com varas horizontalmente que são amarradas pelas duas faces da parede ao pau a pique com fibras vegetais. Depois de montada, a armação é preenchida dos dois lados com barro e posteriormente rebocada.

ALVENARIAS CONSTRUTIVAS



Alvenaria em pedra argamassada com cal.



Gaiola pombalina



Taipa de mão ou pau a pique



Taipa de mão com varas



Taipa de pilão



Adobe

Figura 6 - Técnicas construtivas das alvenarias dos séculos XVIII e XIX, encontradas no Centro Histórico de São Luís. Fonte: FIGUEIREDO, M, 2014.

VILAS OPERÁRIAS

No final do século XIX, com o incremento da indústria têxtil na economia do Maranhão surgem, nas proximidades das fábricas, moradias populares e vilas operárias construídas pelos empresários, como forma de aluguel, para facilitar a habitação próximo ao local de trabalho, como até os dias atuais pode-se ver vestígios destas edificações nos arredores da Fabril, Cãnhamo, Santa Isabel e Anil. (MOTA & PERNAMBUCO, 2014 p 22). Para atender a uma demanda de moradias de baixa renda, além dessas vilas operárias existiam muitos cortiços improvisados, as vezes até com fachadas de meia morada ou morada inteira.



a



b

Figura 7 - a Vila de porta-e-janelas próxima a Fábrica da Companhia Progresso Maranhense. b Cortiço em imóvel com fachada de morada inteira, na Rua dos Afogados.

Tabela 2. Fábricas Têxteis em São Luís. Fonte: Adaptado de MOTA & PERNAMBUCO, 2014.

FÁBRICAS TÊXTEIS EM SÃO LUÍS				
Nome	Local	Ano/ inauguração	Produção Anual	Nº Operários
Companhia Fabril Maranhense	Canto da Fabril	1892	Três milhões de metros de riscado e domésticos de algodão	600
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense	Camboa	1890	1 800 000 metros de domésticos e riscados grossos e finos e 1400 quilos de fios em novelos por ano.	s/informação
Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo	Rua São Pantaleão	1891	1400 000 metros de estopa	220
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	Rua São Pantaleão	1894	320 000 metros de pano de algodão	s/informação
Companhia Progresso Maranhense	Rua São João	s/informação	685 000 metros de pano de algodão, fios de novelo e linha para pesca.	s/informação
<p>NOTA: Registra-se também a Fábrica Martins Irmãos que produzia de óleo de algodão, algodão hidrófilo, gelo e sabão Além destas, construiu-se fábrica para fazer acabamentos em lã, seda e algodão, a Benefícios Maranhenses, na rua da Madre Deus, de Cândido Ribeiro, além de companhias de fósforos, cerâmica, pilar arroz, extrair óleo, fabricar calçados, chumbo e pregos etc.</p>				

Segundo um depoimento de uma antiga operária da Fábrica Martins, Dona Raimunda Mendonça, entrevistada em 2012, era comum

morar próximo à fábrica, “os trabalhadores dos Martins Aguiar moravam entre a rua de Santa Rita, depois da Praça da Alegria, até a Igreja de São Pantaleão, em um conjunto de portas e janelas que existiam e eram alugadas pelo dono da fábrica para morar lá”. (MOTA & PERNAMBUCO, 2014 p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve estudo serve para constatar que o Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Cultural da Humanidade, não é formado só por um acervo histórico e artístico de sobrados e solares de interesse a preservação. Toda arquitetura que se desenvolveu ao longo dos anos reflete a sociedade de sua época e suas tradições culturais. A porta-e-janela, tipologia que chegou até os dias atuais, encontra-se hoje reiterada, como habitação popular em muitos bairros da cidade, tais como Codozinho, Lira e Belira.

Saber ver a arquitetura popular inserida no Centro Histórico como uma edificação que merece estudos mais aprofundados, bem como mais atenção por parte dos governantes, das universidades, além da contribuição acadêmica de pesquisadores e profissionais é um desafio ou perspectiva para novos trabalhos e pesquisas nessa área instigante e ainda pouco explorada.

REFERÊNCIAS

FATHY, Hassan. **Arquitetura para os pobres: uma experiência no Egito rural**. Lisboa: Argumentum, 2009.

FIGUEIREDO, Margareth. **Valorização do sistema construído do patrimônio edificado**. Tese de Doutorado em Engenharia Civil, na Universidade de Aveiro, Portugal, 2014.

IPLAM. **Normas e Diretrizes para intervenções nas áreas de interesse cultural de São Luís do Maranhão**. São Luís: IPLAM/PMSL, 2003. mimeo.

MARTINS, M. B. (1998). **Retratos de São Luís**: O recenseamento de 1885. Estudos de História, 5 (2) 173-185.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. 2ª Edição. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. 430p.

MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII**: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias. São Luís: FUNC, 1998.

MOTA, Antonia da Silva & PERNAMBUCANO, Ulisses (Orgs). **Fábrica Martins Irmão & Cia**: trajetória fabril na dinâmica urbana de São Luís. São Luís: Edufma, 2014, 250 p.

SÃO LUÍS. Câmara Municipal. **Código de Posturas**: Lei nº. 775 de 4 de julho de 1866.

SÃO LUÍS. Câmara Municipal. **Código de posturas municipais de 1842**; Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão.

SÃO LUÍS. Câmara Municipal. **Colleção de Leis e resoluções municipaes de 1892 a 1909**.

VIVEIROS, Jerônimo de Alcântara. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954-1964.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **Legado renascentista e forma urbana**: as cidades de São Luís e Belém no século XVII. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, MDU, Recife, 2002.

EXPERIÊNCIA DE PESQUISA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA

O Modo de Viver: quitandas, tribunas, casas de forno e as moradias.

Maria Raymunda Araujo¹

Organização: Mariely Ferreira dos Reis Luz²

INTRODUÇÃO

A desapropriação de uma área de 520 milhões de metros quadrados, ou seja, de 52 mil hectares, decretada pelo Governo do Estado do Maranhão, em 1980, para a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, e a iminente relocação de 49 povoados, situados na área levou a Secretaria da Cultura, em convênio com o MINC/SPHAN, à realização do Projeto Mapeamento Cultural dos Povoados Localizados na Área de Segurança do Centro de Lançamento de Alcântara. Iniciado em setembro de 1985 culminou com a publicação do livro “Breve Memória das Comunidades de Alcântara”, em 1990, representando parte dos resultados da pesquisa desenvolvida.

O mapeamento sociocultural e a documentação fotográfica, amparados pela memória oral, foram os meios utilizados nesta pesquisa, que pretendeu não apenas documentar para arquivar, mas sobretudo, contribuir para a divulgação deste registro, instrumento de educação e preservação da memória cultural dos grupos que, relocados dos sítios para as agrovilas, passariam a conviver com novos valores, advindos do progresso que se anunciava para o Município de Alcântara.

Considerou-se como objetivos principais:

- Formar uma memória audiovisual das comunidades, localizadas na área de segurança do Centro de Lançamento;
- Registrar o cotidiano dessas comunidades, no que tinham de específico: organização social; produção econômica; produção

¹ Escritora, Pesquisadora e Doutora Honoris Causa

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual do Maranhão.

artesanal; medicina caseira; festas e brincadeiras; danças, músicas etc.

- Resgatar, através da memória oral, todas as formas do imaginário coletivo ou individual, ligado à origem dos povoados, à função dos seus e outros valores pessoais e comunitários; à significação de ritos, mitos e preceitos; à importância dos fenômenos da natureza etc.

Para o desenvolvimento da primeira etapa do Projeto, que incluía estudos preliminares sobre o universo a ser pesquisado; levantamento bibliográfico; levantamento de dados complementares e informações gerais sobre a zona rural de Alcântara contatou-se com a Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria de Educação e Cultura, Igreja, Cartório de 1º Ofício, Departamento de Estradas de Rodagem, Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara – GICLA e outros órgãos do Município de Alcântara ou que ali tinham representação.

Foram selecionados 22 povoados dentre os 49 constantes no quadro de relocação do GICLA. Em 1985, foram levantadas 6 comunidades: **Cajueiro, Peital, Só Assim, Marudá, Pirarema e São Raimundo**. No segundo semestre de 1986, os restantes: **Ponta Seca, Curuçá, Espera/Barro Alto, Peru, Jabaquara e Titica**, de outubro a dezembro, **Canelatiua, Bom Viver, Retiro, Uru-Mirim, Itapera, Brito, Baracatiua, Mamuna, Camarajó e Santa Cruz**.

A equipe, formada por um coordenador/pesquisador, três pesquisadores e um fotógrafo, permanecia, em média, três dias em cada povoado, com pernoites. No período dos festejos ou outros eventos considerados importantes pela comunidade, esse grupo retornava para realizar a documentação audiovisual.

Ao chegar em cada povoado a equipe reunia-se com os moradores. Essa era a primeira fase dos trabalhos de campo; ao tomarem conhecimento dos objetivos da pesquisa, eram identificadas, naquela reunião, as pessoas que prestariam informações, dispondo-se a colaborar, de imediato: os mais velhos, parteiras, pajés, pajoas, benzedores, artesãos, organizadores de festas e brincadeiras, cantadores, mães de família, enfim,

todos aqueles que a comunidade reconhecia como capaz de saber contar ou de saber fazer.

A segunda fase consistia nas entrevistas. Os pesquisadores possuíam os roteiros, que os orientavam quanto aos assuntos a serem abordados, mas deixavam os entrevistados discorrerem livremente sobre os temas que tão bem conheciam e que, através da memória oral, reproduziam com fidelidade e clareza.

Nos povoados foram entrevistadas, aproximadamente, duzentas pessoas, incluindo artesãos, benzedores, pajés, herdeiros, velhos, professores, cantadores, caçadores e parteiras, resultando em 60 horas de gravação.

Nas entrevistas, observava-se que as pessoas mais velhas eram tidas pela comunidade como aquelas capazes de melhor falar ou narrar as histórias do povoado, havendo ocasiões em que os mais novos relutavam em depor sobre determinados assuntos, considerando ser essa uma responsabilidade dos que mais sabiam, e aí, nesse caso, “só os mais velhos”.

Através da memória oral buscou-se resgatar a trajetória de cada comunidade: sua história, sua existência individual e coletiva, sua sobrevivência material e espiritual, manifestadas através dos seus hábitos, costumes, crenças, práticas sociais, econômicas e culturais.

A história do dia a dia representava a própria existência dessas comunidades, ou seja, através da produção de alimentos, da organização social, da manutenção da saúde e da vitalidade do grupo, da tradição das festas e brincadeiras, dos rituais cumpridos para nascer ou morrer. Os tabus alimentares, a conservação dos mitos, a crença nas divindades e encantarias, a história da terra, a mudança, tudo era memória, tudo era vital, tudo era presente, orientado pelo passado, em função do futuro.

Dessa forma, os relatos sobre a fatura daqueles dias, a mudança para as agrovilas, as crenças e os preceitos de fé, significavam mais que lembranças, resquícios da memória ou fragmentos de um passado decomposto, mas a própria presença da estrutura de reprodução, da dinâmica sociocultural das comunidades de Alcântara.

Finalmente, a terceira etapa do Projeto, desenvolvida no período de setembro a dezembro de 1987, destinou-se à classificação e sistematização das informações coletadas através da observação direta, entrevistas, gravações, histórias de vida, aplicação dos roteiros e outras fontes.

O trabalho “Breve Memória das Comunidades de Alcântara” baseia-se fundamentalmente na memória, a partir da visão global das comunidades de Alcântara, e expõe, resumidamente, o Modo de Viver e o Modo de Fazer da população pesquisada, com apoio nas observações de campo, nos dados provenientes dos roteiros e, sobretudo, nas entrevistas.

Para este artigo foram apresentadas as principais formas de habitar, viver e edificar, que a população dos povoados de Alcântara manifestava na década de 1980.

MODO DE VIVER

Toda a vida social dos 22 povoados visitados desenvolvia-se nos sítios, locais onde havia maior concentração de casas, tribunais, escolas, casas de forno, quitandas, campo de futebol e muitas árvores frutíferas – sendo uma característica, de quase todos eles, a disposição das casas umas junto das outras. Apenas nos povoados **Camarajó, Espera e Santa Cruz**, as moradias encontravam-se dispersas e afastadas entre si.

Alguns povoados eram constituídos por descendentes de um ou dois ancestrais: **Ponta Seca, Jabaquara, Só Assim, São Raimundo, Cajueiro**. Outros eram formados por duas, três famílias, que através dos casamentos interfamiliares constituíram-se em uma família só, assim costumavam dizer os informantes para justificar os laços de parentesco, predominantes em todas essas comunidades, com exceção de **Peital**.

Dessa forma, explicavam igualmente o crescimento físico e demográfico de muitos desses sítios: quando os mais velhos se entenderam havia apenas duas ou três casas, mas, à medida que os jovens foram procurando família, mais casas foram surgindo; mais crianças iam nascendo; podendo-se encontrar, naquela época, em um mesmo sítio, quatro, cinco ou seis irmãos com família e cada qual vivendo em sua

respectiva moradia, já que consideravam de muita sabedoria o conhecido adágio popular: quem casa, faz casa.

Os laços de parentesco e compadrio contribuía, evidentemente, para que se observasse naqueles povoados uma vida, sobretudo, comunitária. Os moradores estavam quase sempre juntos; fosse no desempenho das atividades produtivas, fosse nas horas de lazer; nos momentos de tristeza e de alegria. O problema enfrentado por uma pessoa transformava-se num problema de toda a comunidade.

Em alguns povoados, tornava-se difícil, aparentemente, identificar onde moravam os membros dessa ou daquela família, porque os quintais não possuíam cercas e as crianças viviam numa e noutra casa, brincando e fazendo as refeições. Qualquer pessoa mais velha podia repreendê-las, pedir-lhes que fizessem algum serviço. Elas, sempre sorridentes e ativas, atendiam.

Os habitantes daqueles povoados eram lavradores e sobreviviam, essencialmente da agricultura, mantendo uma produção condicionada às estações de seca e de chuvas, obedecendo às necessidades básicas do grupo. Havia uma suficiência produtiva que se traduzia, em muitos dos povoados visitados, como abundância e fartura. O processo produtivo fazendo parte da reciclagem da natureza: “quando não tem uma fruta, tem outra, tem o peixe, marisco e a caça”, além dos produtos agrícolas.

Neste trabalho são apresentadas além das moradias, construções que serviam de abrigo para seus habitantes, as tribunas e casas de forno, que funcionavam como lugares de convivência e de produção da comunidade.

QUITANDAS, TRIBUNAS, CASAS DE FORNO

Para adquirir mantimentos, os moradores dos povoados que não possuíam quitandas, se deslocavam até os sítios mais próximos, sendo comum encontrar pessoas de **Jabaquara**, **São Raimundo**, **Pirarema** e **Curuçá** fazendo compras em **Marudá**; o mesmo ocorria em relação aos

moradores de **Itapera**, **Bom Viver**, **Uru-Grande**, **Uru-Mirim**, que se abasteciam em **Canelatiua**.

Em um povoado podia-se encontrar uma, duas ou mais tribunas, que não funcionavam apenas como barracões de festas, que todo o festeiro deveria construir ao lado ou defronte de sua casa, quando realizava a festa anual, mas também para a promoção de reuniões comunitárias, para as mulheres utilizarem-na quando realizavam mutirão para quebrar coco, fazer azeite, pilar arroz etc. ou para os homens tecerem suas redes de pescar, fazerem cofos, meaçabas e outras atividades artesanais.

O número de casas de forno estava, de uma certa forma, condicionado ao número de famílias de um sítio, no entanto podia-se encontrar povoados populosos com duas casas de forno, quantia idêntica à de pequenas comunidades como **Só Assim**, **Ponta Seca** e outras, deduzindo-se que o fator preponderante, nesse caso, era a produção.

Figura 1 - Tribuna (barracão de festas) em Peital.



Fonte: ARAUJO (1990). Créditos da foto: José Ribamar Moraes.

As casas de forno geralmente são de uso comunitário. Ali, em época de fazer farinha encontravam-se homens, mulheres e crianças. Homens e mulheres executando as suas respectivas tarefas; as crianças brincando, por perto, mas sempre atentas ao chamado dos mais velhos para ajudarem nesse ou naquele serviço mais leve – serviço de criança. Os produtores, ao mesmo tempo que trabalhavam, conversavam, contavam histórias, faziam brincadeiras uns com os outros, além de discutirem os problemas que os afligiam no dia a dia: a mudança para as agrovilas, a sobrevivência no futuro e outros assuntos.

MORADIAS

As moradias, encontradas nos povoados de Alcântara, eram típicas da zona rural maranhense: casas de taipa, cobertas com palha de pindova e chão de terra batida. Nos sítios maiores, como **Peru**, **Brito** e **Canelatiua**, grande parte das casas tinham suas paredes externas rebocadas e caiadas, havendo uma ou outra coberta com telhas de barro.

As casas eram construídas em sistema de união, ou seja, eram formados regimes de mutirões, transformando-se em dias de festa aqueles dedicados à armação, tapagem ou à cobertura de uma moradia. O proprietário fornecia a alimentação e as bebidas, com isso todos trabalhavam animadamente e no final do dia, a tarefa estava cumprida.

Uma sala, um ou dois quartos e a cozinha eram considerados os compartimentos suficientes em uma casa. Na parede externa da cozinha havia recorrentemente um jirau de madeira para lavar louças e outros vasilhames. O interior dessas moradias era destituído de mobiliário supérfluo; os móveis (bancos, mesas, mochos, armários), eram rústicos e confeccionados por artesãos das próprias comunidades. Os potes d'água eram colocados em forquilhas – armações rústicas de madeira, localizadas em um canto da sala ou da cozinha ou em outro tipo de suporte muito usado, cujas prateleiras sustentavam os potes e os copos de alumínio muito bem areados.

As pessoas de lá, cozinhavam em fogões de alvenaria (carvão e lenha); usavam, ainda, com bastante frequência, as **tacurubas** (trempes), o que levava as mulheres a ficarem acoradas junto ao fogo enquanto cozinhavam. Observando-se que de fato, ficar de cócoras era uma posição largamente adotada pelas mulheres jovens e velhas, enquanto conversavam, quebravam coco ou desempenhavam outras atividades.

Figura 2 - Casa de taipa sem reboco.



Fonte: ARAUJO (1990). Créditos da foto: José Francisco Oliveira Pereira (Franco).

O fogão a gás era encontrado, em algumas casas, em todos os povoados, mas era pouco utilizado, funcionando mais como um objeto de decoração.

A água para o consumo geral nessas comunidades era retirada dos poços ou rios pelas mulheres e crianças (meninas), que a transportavam em potes ou latas, equilibradas sobre a cabeça. Os homens, eventualmente, executavam essa tarefa, só no caso, por exemplo, de a mulher adoecer ou

encontrar-se viajando. Em todas as comunidades existiam os poços ou determinados trechos dos rios reservados para a coleta de água para beber. As fontes utilizadas para banho e uso geral, encontravam-se também discriminadas: rio dos homens; rio das mulheres. O rio das mulheres, em todos os sítios, era, na realidade, um ponto de encontro: ali, as mulheres e crianças banhavam-se à vontade, brincavam, conversavam alegremente, lavavam as suas roupas em bancos ou tábuas espalhadas pelas margens. Enquanto as mães esfregavam e ensaboavam as peças, as crianças ajudavam a colocá-las em cima das palhas para quasar e, quando enxaguadas, ficavam a secar, acontecendo que as mulheres retornassem da fonte já com as roupas secas ou “enchombradas”.

Figura 3 - Algumas casas eram rebocadas e caiadas.



Fonte: ARAUJO (1990). Créditos da foto: José Ribamar Moraes.

O uso de fossas não era generalizado na região, observando-se em poucos povoados, (**Canelatiua**, **Peru** e outros) o costume de construí-las.

Comportamento idêntico verificava-se em relação ao uso do filtro, que era geralmente, encontrado nas escolas, casa dos professores e líderes comunitários.

A iluminação dos ambientes provinha das lamparinas, que começavam a ser acesas à boquinha da noite. Na hora de dormir, armavam as redes de algodão, essas sempre em número superior ao dos membros da família, pois cada visitante, que chegava, encontrava uma à sua disposição.

CONCLUSÃO

Diante dos estudos apresentados pelo “Projeto Mapeamento Cultural dos Povoados Localizados na Área de Segurança do Centro de Lançamento de Alcântara”, é possível perceber a influência das memórias locais na compreensão das características inerentes a essas comunidades. Por meio da metodologia de trabalho, a memória coletiva do passado, a vivência naquele presente e as preocupações pelo futuro foram notadas a partir das conversas realizadas e dos registros recolhidos.

Essa pesquisa levou os mais velhos a descreverem uma época em que, nas comunidades de Alcântara, havia muita fartura, cuja população era pequena e, a terra, extensa e produtiva. Possibilitou ainda, o reconhecimento pelos moradores mais antigos, de que esta mesma fartura, em meados dos anos 1980, não era mais a mesma do passado, mas que, no entanto, para os habitantes mais novos, os sítios onde viviam, eram ricos em abundâncias e no uso coletivo dos produtos da natureza. Para o futuro daquela época, restava as várias preocupações, expectativas e incertezas de sobrevivência da população em relação à iminente relocação para as agrovilas.

De toda forma, o Modo de Viver, as tipologias construtivas e seus usos, são lembrados tanto em seu processo de construção quanto em sua importância para os moradores. Demonstrando as maneiras de habitar, conviver e produzir em um ambiente caracterizado pela coletividade e pelo seu âmbito rural.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Mundinha. **Breve memória das comunidades de Alcântara.**
São Luís: SIOGE, 1990. 250 p.

LÓGICAS DE SE INSERIR X LÓGICAS DE SE INSURGIR: A Experiência Quilombola das “tapagens” de casa e o “acesso” aos Direitos Constitucionais

Marivania Leonor Souza Furtado¹

O conhecimento sobre a existência de quilombos no Maranhão data do início do século XVIII. Entretanto tais formações socioespaciais e culturais só se tornam um “um fenômeno endêmico da sociedade escravista com a chegada da grande quantidade de escravos nos últimos anos daquele século. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 436).

A partir da fundação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, houve um crescimento significativo de escravos africanos na região. Até 1755, calcula-se que entraram 3 mil escravos no Maranhão. No período de existência da Companhia, entre 1755 e 1777, este número saltou para 12 mil. (SANTOS, 1983: 14-15). A entrada crescente de africanos escravizados culminou com a chegada de 41 mil pessoas, entre 1812 e 1820. Como resultado desse processo, conta-se que às vésperas da Independência, a população maranhense era composta de 55% de africanos escravizados. Tal estatística correspondia à mais alta porcentagem de população escrava no Império.

Embora não seja possível precisar a quantidade de quilombos existentes desde esse período até à abolição da escravatura, tem-se afirmado que no Maranhão haviam poucas fazendas escravistas sem quilombos à sua volta. Como resultado de todo esse processo histórico, constata-se que em pelo menos 134 dos 217 municípios maranhenses existem, atualmente, comunidades quilombolas. (Cf. Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2002)

A história de formação de tais ocupações territoriais varia: alguns quilombos originaram-se da fuga dos cativos, enquanto outros por meio de

¹ Profa. Dra. do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da UEMA e Coordenadora do LIDA/UEMA.

compra ou herança de terras conquistadas após longo período de trabalho escravo, outros pelo abandono dos senhores após crises econômicas. Seja qual tenha sido o caminho para sua formação, o quilombo possibilitou aos africanos e afrodescendentes escravizados passarem da condição de escravos para a condição de camponeses livres (ALMEIDA, 2008).

Essas comunidades são portadores de direitos constitucionais, quanto ao título de propriedade definitiva de seus territórios e embora consubstanciadas em modos de vida determinantes de uma definição prévia de “comunidade remanescentes de quilombos”, a existência concreta de tais comunidades não revela, de pronto, que sua condição em si garantiria a inserção no plano dos direitos formais já pactuados.

Necessário faz-se que tais comunidades transcendam da condição de sujeitos concretos, alvos de direitos, para sujeitos sociais que se organizam na busca e efetivação de tais direitos. Retomando uma definição marxista, essas comunidades sairiam de uma condição “em si”, para a conquista e redefinição de uma história “para si” (FURTADO, 2012).

Tal movimento, nessa perspectiva, poderia ser entendido como o aquilombamento contemporâneo, que se gesta historicamente mediado pelas relações socioeconômicas, culturais e políticas e determinaria a tentativa de resistência às estruturas dominantes (FURTADO, 2015).

Nesse sentido, para que tais comunidades transcendam da situação de quilombo em si, a atuação de diversões mediadores e estratégias de mediações são acionadas nesse processo. Dentre agentes representativos da igreja progressista, advogados populares, sindicatos e outros, encontra-se também a participação da academia como mediadora dos saberes formalmente constituídos e dos direitos conquistados pelas comunidades quilombolas.

Assumindo uma prática de pesquisa que não dissocia a investigação dos problemas sociológicos da atuação prática-política junto aos segmentos sociais que estão configurados como problema social, este estudo revela, através de uma etnografia nos interstícios, como a luta pelo território quilombola expressa, dentre outras representações, a importância da “casa” em contexto quilombola.

TERRITÓRIO – CASA

A discussão da questão do direito territorial quilombola será aqui construída a partir de categorias que apresentam uma abordagem elucidativa e atual sobre essa temática. Com esse intento, apresentam-se os conceitos de território, numa perspectiva acadêmica e numa dimensão metodológica como “categoria nativa” que se articulam teoricamente, para embasar o estudo e interpretação das demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas junto ao poder público para a regularização fundiária de seus territórios.

De início, cabe ressaltar que se tomará a noção de território proposta por Fernandes (2008) em sua multidimensionalidade e multiescalaridade. Esse autor apresenta uma tipologia dos territórios e comenta sobre as disputas territoriais, definindo o território como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos, aqui situado o território “étnico quilombola”.

Fernandes propõe uma superação da análise clássica que apresenta o território, tão somente, como “espaço de governança”. Nesse sentido, pretende, “ampliar o debate sobre o território e defender a ideia de que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida” (FERNANDES, 2008, p.273).

Entendo o território para além da concepção puramente política, enquanto uma dimensão passiva da atuação de governos, Fernandes aponta para as relações de poder inseridas e constitutivas nesses tipos de espaços geográficos em disputa. A partir dessa perspectiva podemos observar que os territórios quilombolas confrontam a lógica hegemônica de produção e reprodução dos espaços a partir do capital.

Por outro lado, os quilombolas conceituam os seus territórios em representações próprias que criam categorias, definidas pela antropologia interpretativa como conceitos de experiência próxima em oposição aos conceitos de experiência distante (GEERTZ, 1997).

Através de uma etnografia situada no momento em que atuava como Assessora da Comunidade Quilombola do Rio Grande, localizada

no município de Bequimão-MA, pude compreender o conceito de experiência próxima que esses quilombolas elaboram sobre o que “nós da academia” conceituamos como território.

A Comunidade Quilombola de Rio Grande teve sua certificação formal e reconhecimento, através da Fundação Cultural Palmares, em 2009, a partir do trabalho que realizávamos à época como “extensão”. O objetivo do trabalho era, justamente, compartilhar informações com a comunidade sobre seus direitos territoriais e demais políticas públicas previstas para esse segmento social. Começamos esse trabalho em 2007 e, somente em 2008 a comunidade “entendeu” que acionar a identificação quilombola, no atual contexto de garantias constitucionais, seria mais positivo que o entendimento detido antes, de “quilombola como desertor e bandido”.

Em 2010 essa comunidade passa a reivindicar uma das políticas assistenciais para os “menos favorecidos” previstas no Programa Fome Zero, que era a distribuição de cestas básicas. Entretanto, para constar no cadastro das comunidades a serem “beneficiadas”, a presidente da associação deveria arrolar todas as famílias da sua comunidade. Como a Fundação Palmares, que à época era o órgão responsável pela coordenação dessa política para o segmento quilombola, entende a comunidade relacionada diretamente ao seu território, indaguei da representante do Rio Grande se ela estaria listando todos os moradores quilombolas dos demais territórios do entorno de sua comunidade, ou somente os moradores do território do Rio Grande, como seria o correto. Ao que me respondeu: _ “Não, D. Marivania, só botei os lá de casa, mesmo”.

A partir dessa resposta pude compreender dois aspectos relevantes quanto à relação entre saberes tradicionais e conhecimento formal (seja ele jurídico-político ou acadêmico). Por um lado, a representante demonstrou que entendeu o comando formal (aqui, especificamente, o jurídico-político representado nos critérios para acesso de políticas públicas), quando disse que havia colocado só os de “sua casa”. Tal assertiva demonstra que o critério de definição objetiva de um “público-alvo” foi prontamente respeitado pela informante. Embora não pareça muito republicano relacionar como beneficiário por um representante de uma coletividade,

somente os de sua casa. Isso nos remete ao outro aspecto relevante quanto aos saberes tradicionais em diálogo com o conhecimento acadêmico.

Quando a presidente da associação afirma que colocou “os lá de casa, mesmo”, não estava se referindo aos moradores de sua unidade familiar, mas sim a todos os moradores do seu território. Ou seja, referia-se somente os moradores do Rio Grande, marcando a fronteira simbólica com os demais territórios existentes nas proximidades². Desse contexto pude compreender que o conceito de experiência próxima, isto é, um saber quilombola, apresentado por essa representante sobre o conceito de território, era de que esse pode ser definido como *casa*.

Isto posto, passo então, a tratar as experiências quilombolas dentro do seu território-casa, como alternativas ao modelo tanto acadêmico hegemônico de classificação e conceituação do mundo, quanto às lógicas administrativas de elaboração de propostas e políticas públicas que, na maioria das vezes, não atentam para esses saberes. Sobre esse ponto, não raro as intervenções governamentais entre povos e comunidades tradicionais não chegam a bom termo, exatamente, porque o é proposto e, às vezes, executado, não expressa o diálogo entre “demandantes” e gestores de políticas.

A inserção dos quilombolas no plano dos direitos formais revela os descompassos entre essas racionalidades que, ao mesmo tempo em que interagem, não dialogam. O “mundo sistêmico”, da racionalidade moderna, embora com discursos de acesso e garantias de direitos, continua colonizando o “mundo da vida” (Cf. Habermas, 2012).

Na seção seguinte, apresento como essas racionalidades estão em disputa e como o poder público poderia, ao respeitar as lógicas próprias dos povos e comunidades tradicionais, ter mais “eficiência”, quando da execução de garantias de direitos.

² Fazendo limite com o Rio Grande, encontramos as comunidades de Monte Palme e Ariquipá. Essas duas inseridas no território autodefendido quilombola de Ariquipá.

ASSOCIATIVISMO LOCAL E A “FORMALIZAÇÃO” DO COLETIVO

Tenho colocado em outros escritos (Furtado, 2010; 2012; 2015): ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro formaliza a pluralidade étnica e a multiculturalidade da nação brasileira, quando garante direitos específicos para afro-brasileiros e povos indígenas originários, implementa a homogeneização desses segmentos distintos à lógica de racionalidade moderna dominante.

A questão da igualdade formal e da diferença humana, enquanto realidade que se impõe pode ser observada sob os mais variados recortes e se torna imperativa quando de um lado estão sujeitos de direitos, que não o sabem que são e, do outro, a instituição social jurídico-política que determina tal direito, a saber; o Estado Nação. (FURTADO, 2012, p. 23)

Tomando como referência a pactuação definida na Constituição quanto ao direito territorial para comunidades que se autodeclaram como “remanescentes de quilombo, podemos levantar uma série de questões, tanto no plano político de luta pela terra, que, historicamente, tem caráter concentrador e de exclusão no Brasil, como redireciona o olhar teórico aos novos sujeitos que emergem nessa/dessa luta: quilombos, comunidades quilombolas, movimento quilombola.

Relacionados a esses "novos" sujeitos estão o direito à sua reprodução física, social, cultural e política, garantidos pelo direito territorial específico. No plano formal, temos um Brasil plural e socialmente justo. Mas como operacionalizar tais direitos, se os "beneficiários", aqui no caso os quilombolas, dada a construção histórica da "nação" e do território "brasileiro", que sistematicamente nega o acesso às garantias elementares, como à educação, por exemplo a esse segmento, vão acessar esses direitos se nem sabem que os possuem?

Para entender o que está na Constituição, é necessário ter formação escolar com ampla possibilidade de leitura sobre a realidade social, o que nem de longe verifica-se em nosso contexto. O fato de ter a

formalização de direitos não garante que de pronto será efetivado.

Assumindo essa contradição, iniciamos um processo de socialização de saberes com a comunidade do Rio Grande em 2007, como dito anteriormente, para que essa comunidade, saísse da invisibilidade, enquanto sujeito de direitos. Daí, então, articulamos uma série de “encontros formativos” na e com a comunidade para que a mesma cumprisse as formalidades para o acesso aos seus direitos, como comunidade quilombola. O primeiro passo foi a rearticulação da associação de moradores.

No ano de 1994, com o "apadrinhamento" de um político local, a Associação dos Moradores é fundada sob a expectativa de conquistar um projeto de eletrificação rural para o povoado, fato que só viera a acontecer seis anos depois. No ano de 2000, por meio do programa do governo estadual "Viva Luz", a comunidade foi "contemplada", parcialmente, com a eletrificação das casas³. Após a "conquista" do projeto pela Associação, que geriu diretamente os recursos para sua execução, não se verificou mais nenhuma ação colegiada, reuniões sistemáticas, discussões quanto ao porquê e o para quê servia essa entidade. Segundo uma das lideranças da comunidade e, à época presidente da associação⁴:

A Associação era só de dois em dois anos que a gente via falar em Associação, ou seja; era na hora da eleição. Às vezes, tirava cada um deles, dois mandatos. Primeiro seu Agnaldo, depois veio D. Anelides, tirou um mandato, se reelegeu no segundo, mas aquilo não acontecia... A Associação ficou só no papel depois daquele projeto...Foi quando chegou 2007, começaram a falar em Associação de novo, aí foi que ele (Sr. Agnaldo) falou que tinha aquele débito, aí ninguém queria ser presidente

Como não foi dada pelo “padrinho” qualquer informação quanto aos compromissos fiscais dessa entidade junto aos órgãos competentes, a Associação não apresentou Declarações de Inatividade junto à Receita

³ Até o ano de 2007, quando iniciei o trabalho de extensão-pesquisa na comunidade, não havia eletrificação em todas as “ruas” do território.

⁴ Esse depoimento encontra-se na minha tese de doutorado (2012), bem como uma análise mais aprofundada da relação entre invisibilidade quilombola e luta por direitos.

Federal, cujo débito referente a multas chegou ao valor de 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em 2008.

Nosso objetivo inicial era trabalhar os direitos quilombolas com a comunidade, mas para acioná-los a comunidade precisaria de uma instância formal, ou seja, constituir uma Associação, surgindo aí a primeira questão: a comunidade regularizaria a situação da Associação já existente, ou formaria uma nova? Para manter a existente, deveriam apresentar uma proposta de parcelamento da dívida à Receita Federal, o que imporá aos membros da Associação o compromisso de assumir tais parcelas.

Essa era uma questão muito delicada, pois trazia à tona a situação financeira dos moradores que assumiriam um débito sem saber pelo que estariam pagando, pois não compreendiam o aplicar dessa multa. A forma como a Associação foi criada, "de cima para baixo", sedimentava a desconfiança dos moradores quanto ao benefício coletivo dessa entidade.

Nosso trabalho, inicialmente, fora de auxiliar na compreensão do que seria uma comunidade de fato e uma comunidade de direito. Daí, em reuniões que compreenderam os meses de janeiro de 2008 a novembro de 2009, período em que a comunidade recebeu a certificação da Palmares, discutimos com a comunidade sobre as exigências do poder público para que a comunidade apresentasse um pedido formal de sua certificação como "remanescente de quilombo".

A mediação da Academia colocava em relevo questões de identidade e permitia refletir sobre a (im)possibilidade de se lidar com categorias historicamente construídas e legalmente ressemantizadas. Por fim, "convencidos" de que para cessar direitos deveriam reabilitar a entidade representativa da comunidade, assim o fizeram assumindo o débito com a Receita Federal.

Observo, no entanto, que tal entidade não representa os valores associativistas locais, pois foi constituída para o "diálogo" com os de fora. E mesmo tendo sido utilizada para acessar a outros programas e políticas

públicas⁵, a vida efetiva da Associação de Moradores não se relaciona com as práticas tradicionais de coletividade nesse território. Não são verificadas reuniões sistemáticas, os deveres de “pagamento” das mensalidades não são assumidos por todos e a mudança da diretoria só foi efetivada oito anos após a retomada da Associação.

Entretanto práticas coletivistas nessa comunidade são observadas, o que coloca em cheque a visão dominante da racionalidade formal moderna, o que passo a expor no item a seguir.

A tapagem das casas no Rio Grande

Nas comunidades ditas tradicionais as territorialidades são construídas a partir de uma racionalidade de uso dos recursos naturais presentes no territórios, que evidenciam regras sociais distintas de um padrão capitalista mercadológico. Dentre outras regras sociais, os trabalhos coletivos são baseados em reciprocidades (MOURÃO, 2007), que incluem trocas de serviço e mão de obra. Isso se verifica nas limpezas de poços artesanais, nas “abateções” dos caminhos, nas preparações dos festejos e aqui, destacadamente, na construção de casas.

As construções de casa expressam também saberes seculares, sobretudo, no que diz respeito a uso de materiais e padrão arquitetônico. Evidenciam também um léxico próprio utilizado na descrição dos instrumentos utilizados nesse tipo de autoconstrução.

Participei de uma atividade do processo de autoconstrução de casa em Rio Grande, e pude observar na etnografia desse evento (GLUCKMAN, 1987) que as regras presentes nessa atividade revelam um associativismo próprio, diferente das práticas formais vinculadas à associação de moradores.

⁵ A comunidade, através da Associação já acessou, de 2010 a 2016, o Programa de Cestas Básicas, Crédito Amigo do BNDS e o mais contundente e complicado Minha Casa, Minha Vida.

Em agosto de 2016, no mês de agosto, fui ao Rio grande com o objetivo de reunir com os moradores da associação para decidirmos sobre a aplicabilidade de um recurso para melhoria de infraestrutura da comunidade que eu havia captado numa parceria com a Universidade de Lleida-ES.

O dia que eu havia marcado para a reunião coincidiu com uma programação dos moradores que era a tapagem da casa de um dos filhos dos atuais líderes da Associação. Percebendo a importância daquele evento, imediatamente reprogramei o horário de “nossa reunião” e fui participar da “reunião da comunidade”.

O processo de autoconstrução das casas de taipa, inicia-se com a escolha do terreno. São preferidos os planos e com o barro apropriado para a tapagem. Depois, faz-se a estrutura das paredes e cobertas com varas retiradas da vegetação local, o que é denominado de “envarar” a casa. Depois cobre-se a casa com palhas de palmeiras existentes no território, sobretudo da palha da palmeira de babaçu. Posteriormente faz-se a tapagem da casa, utilizando o “barro” disponível no solo. As primeiras atividades não demandam grande quantitativo de mão de obra e podem ser realizadas somente pelo dono da casa e seus parentes mais próximos.

A última etapa, entendida localmente como tapagem, envolve a “comunidade”. Para esse dia o dono da casa em construção convida os vizinhos, parentes (consanguíneos e afins) e demais moradores inseridos em sua relação de compadrio para auxiliarem na “tapagem da casa”. O dono da casa responsabiliza-se por dar a comida aos “ajudantes”, que em “troca” revezam-se nas atividades da tapagem.

Nessa atividade observam-se, como regras sociais a divisão sexual do trabalho e os direitos e deveres de cada um na tapagem. Cabe aos homens a feitura da massa para o enchimento das varas, utilizando somente água e o barro, o transporte da massa até a casa e a tapagem propriamente dita. Como os recursos financeiros são restritos, geralmente não são observados carrinhos de mão na comunidade, sendo que o transporte da massa é feito, por mais de uma pessoa, num suporte feito de madeira chamando localmente de “banguê”.

Ficam a cargo das mulheres o “enchimento” dos baldes de água retirada do poço artesanal e o transporte até o local onde a massa está sendo feita e o preparo da comida que será ofertada a todos(as) os(as) ajudantes. Nas fotografias abaixo são registrados alguns momentos dessa atividade coletiva.

Essa atividade revela que em contextos camponeses não só os equipamentos

são integrados à natureza, mas também as pessoas dependem uma das outras, além de construir um léxico próprio para a classificação do mundo. (LÉVI-STRAUSS, 1989)

Quando relacionamos a presença da Associação dos moradores na comunidade quilombola de Rio Grande, sua (in)utilidade e apropriação pelos moradores, aos eventos relacionados à práticas coletivas, constatamos um associativismo local que confronta com a racionalidade moderna, demonstrando assim a resistência sociocultural e econômica dessas comunidades ao modelo hegemônico.



Foto1: A preparação da massa
Fonte: RODRIGUES, 2016



Foto2: Transporte da massa no *banguê*. Fonte: URTADO, 2016.



Foto3: Água para o preparo da massa. Autor: RODRIGUES, 2016.



Foto 4: A tapagem da casa. Fonte: RODRIGUES, 2016.

AQUILOMBAMENTO CONTEMPORÂNEO: INSURGÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, em 1988, mudanças no plano formal foram desencadeadas no tratamento das populações negras e indígenas, agora entendidas como integrantes do processo civilizatório da nação brasileira, sendo garantidas a manutenção e proteção de suas práticas culturais. Com relação às terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, reza o artigo 68 (ADT) que: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Em 2003, a partir do decreto presidencial n. 4887, foi concedido o direito às comunidades quilombolas de auto atribuição como único critério para o reconhecimento formal de sua pertença étnica como comunidade negra quilombola. Esse decreto baseou-se na Convenção 169 da OIT que prevê a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais. Reza, ainda, o Decreto 4887 que cabe ao INCRA o estabelecimento dos processos administrativos para a regularização fundiária e titulação dos quilombos, assegurando assim os direitos constitucionais dos quilombolas.

A definição dos direitos no plano formal não garante, de pronto, sua efetivação. Necessário se faz o conhecimento de tais direitos e as estratégias sociais para sua efetivação, pelos segmentos sociais que os portam, como dito anteriormente.

Nesse sentido as comunidades autodeclaradas quilombolas têm acessado uma série de saberes, mediados por diversos agentes para lutarem por seus direitos específicos.

Para serem consideradas sujeitos de direitos têm que formalizar sua existência enquanto quilombola através da criação de uma associação para fins de titulação do território, que providencia uma reunião específica para lavrar em ata sua auto identificação como remanescente de quilombo. Essa ata deve ser encaminhada à Fundação Cultural Palmares, com sede em Brasília, acompanhado de um relato sintético da comunidade que a vincula ao “processo histórico de opressão sofrida”. É com esses termos

que política pública brasileira se refere ao processo de escravidão impingido neste país, por mais de 300 anos.

Encaminhada essa documentação à Fundação Cultural Palmares, a mesma reserva-se o direito de checar se as informações são verdadeiras ou não, para então emitir a certidão de reconhecimento dessa identificação quilombola à comunidade.

De posse dessa certidão, que atualmente leva em média um ano para ser expedida, pois o quadro de funcionários da representação do órgão no Maranhão é exíguo, o que tem dificultado as visitas técnicas para atestar a veracidade das informações.

Vencida a espera na emissão da certidão e já de posse dela, a comunidade entra com um processo de pedido de identificação e delimitação do território junto ao INCRA, visando a titulação definitiva do seu território, como previsto nas garantias constitucionais. O INCRA recebeu a incumbência de titular os territórios quilombolas a partir de 2003, como dito anteriormente. Do ano 2004 até o atual, ainda não foi efetivada nenhuma titulação definitiva no Maranhão, dos mais de 300 processos abertos naquele órgão.

Além de ter que se inserir numa série de imposições de práticas relacionadas a uma lógica de racionalidade formal, os quilombolas ainda têm que se submeter à inoperância dos órgãos que deveriam efetivar seus direitos.

Diante desse quadro, o cenário nacional e, em particular o maranhense, tem sido impactado pela presença insurgente de movimentos quilombolas que assentados na luta pelos direitos territoriais questionam a própria estrutura de poder vigente.

Nas disputas por espaços de luta e pela pauta da existência de territórios livres, surge-se o Movimento Quilombola do Maranhão – MOQUIBOM no ano de 2011 ocupando o INCRA e demonstrando que quando os sofrimentos particulares se transformam em combustível para luta coletiva, a voz dos pequenos é ouvida.

Com grande ressonância, esse Movimento tem resistido a uma lógica de formalização das suas práticas, atuando mais como articulação

entre quilombolas do que como representantes legalizados de um segmento. Não se colocam como agência formal, como outras que já atuam desde os anos 90, mas simplesmente como “movimento”, assumindo assim a dinamicidade de organicidade e práticas.

O aquilombamento contemporâneo das comunidades mediadas pelo MOQUIBOM atualizam a tese de que as comunidades negras rurais que territorializam seus espaços enquanto quilombos, precisam se articular social e politicamente para saírem da condição de quilombo em si e tornarem-se quilombo para si.

Não tem sido fácil a luta dos quilombolas no Maranhão, evidenciadas em acampamentos, romarias, ocupações de prédios públicos, greves de fome... Mas a certeza de que “na lei ou na marra” eles vão conquistar “territórios livres”, deixa claro que não há uma única história em curso, nem uma única racionalidade. A presença da diversidade humana existente no Maranhão poderá tornar este estado um dia mais humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como o Estado Moderno tem inserido os diferentes no plano da igualdade tem se revertido na principal forma de negar-lhes sua condição de diferenciação, pois para adentrar no universo jurídico dos direitos assegurados constitucionalmente os diferentes, e aqui especificamente as comunidades quilombolas, têm que dominar os códigos formais da sociedade moderna. Sendo assim, o “não conhecimento” desses códigos configuram-se como a justificativa governamental para eximir-se da responsabilidade de assegurar tais direitos, em formas de políticas públicas, pois não é possível estender políticas aos “beneficiados” que não as demandarem.

Essa reflexão construiu-se a partir das experiências de uma comunidade negra rural que para sair da condição em si de uma comunidade remanescente de quilombo, para a condição de sujeito dotado de direito territorial, enquanto comunidade quilombola careceu de

constituir-se enquanto uma associação de moradores, com CNPJ e demais obrigações e "direitos" que tal figura jurídica dispõe.

O principal objetivo da formalização dessa comunidade de fato ao tornar-se uma comunidade de direitos (FURTADO, 2012) foi a garantia da titulação do seu território. Embora tal garantia tenha preceito constitucional a conformação do espaço geográfico brasileiro, desde o período colonial tem sido marcado por ampla disputa territorial, o que se reflete na atualidade como concentração de terras e na passagem deste meio de produção e garantia de vida de comunidades tradicionais para a condição de mercadoria.

O entendimento da terra como mercadoria (MARTINS, 1979) tem desencadeado sérios conflitos no campo. A inovação do texto Constitucional de 1988 que garante a titulação de terras de uso coletivo às comunidades remanescentes de quilombo têm desencadeado um processo de redefinição do "mercado de terras", o que tem gerado a (im)possibilidade de uma reordenação dos territórios em disputa.

Diante desse quadro as lógicas das comunidades confrontam com as lógicas da formalização de políticas, programas e usos e vidas nos territórios. As experiências coletivas próprias dessas comunidades, aqui apresentadas o conceito de território-casa e a tapagem das casas, demonstram outras racionalidades que se colocadas em diálogo permitiria o reinventar da história, ao menos da “nossa”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "Castanhais do Povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª. ed. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Manaus: PGSCA-UFAM. 2008

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. Quilombos maranhenses. IN REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p 433-466

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. *Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. Coleção Negro Cosme_ vol. III. São Luís- MA, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. IN: IN.PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. Geografia em Movimento. 2008.p 273- 301.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza. *Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades*. Presidente Prudente: Tese de Doutorado, 2012.

_____. Aquilombamento no Maranhão: da (des)marcação do conceito à pauta por territórios étnicos. *Desenvolvimento socioespacial e regional no Maranhão: novas e velhas questões/ Zulene Muniz Barbosa; Cardoso, Franci Gomes (Orgs.)- São Luís: EDUEMA, 2015.*

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. IN. Bela Feldiman-Bianco. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. P.227-344

HABERMAS, Jurgen. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p.205 -355.

LÉVI-STRAUSS. Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus. 1989.

MARTINS. José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MOURÃO, Laís. *O pão da terra*. Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos do Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983. P. 14-15.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FURTADO, Marivania Leonor Souza. Respeito à igualdade pela diferença. Fortaleza: *O público e o privado*. N. 16. Jul/dez. 2010. P. 81 a 98

SIGNIFICADOS DO MORAR: experiência entre os índios Kanela-Ramkokamekra

Prof. Dra. Rose-France de Farias Panet¹

Todas as sociedades constroem o espaço que elas ocupam. Esse espaço, quotidianamente vivido, apropriado e ritualizado representa a sociedade que imprime sua marca. A condição humana portanto, não está separada do mundo espacial e territorial onde os homens vivem. O espaço faz parte do homem, e quando uma comunidade escolhe um lugar para viver, ela não escolhe por acaso. Essa-comunidade socialmente organizada também não se apropria do espaço de qualquer maneira. Esse espaço escolhido e vivido, é construído, transformado, modelado e organizado em função de determinações, de critérios de uso e de representação do mundo. (CONDORCET, BONTE/IZARD,1991).

O espaço cotidianamente vivido, apropriado e ritualizado é uma representação fundamental da sociedade, e antes de tudo, um universo de reconhecimento, em torno do qual atribui-se valores. A dimensão espacial humana, sob a qual se desenham as cidades e as aldeias, é, portanto, cultural. Cada cultura concebe, utiliza e se apropria do espaço a seu modo. Nesse sentido, o que justamente nutre a antropologia é a constatação da diferença, e também da certeza de que: existem questões universais que distingue os homens das outras criaturas (PAUL-LÉVY ET SEGAUD,1983). O espaço de morada, o abrigo é uma delas. Portanto, é necessário se interrogar sobre a noção antropológica do espaço vivido.

A reflexão sobre o espaço vivido projeta uma nova luz na discussão antropológica. A organização espacial transforma-se em um instrumento de trabalho que permite ao antropólogo compreender a organização social através da maneira com a qual os indivíduos organizam o espaço, organizam-se e apropriam-se desse espaço. Isto também é revelador da maneira como as pessoas se relacionam entre si. Com efeito,

¹ Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Doutora (cotutela de tese) em Antropologia e Políticas Públicas pelas Universidades EPHE-Paris e UFMA.

inscrever as relações sociais em um espaço é tornar este espaço legível, dando-lhe um sentido.

Hall (1971) propõe uma reflexão sobre o problema da superpopulação das cidades, assim como a coabitação de culturas tão diferente umas das outras e suas diversas relações culturais com o espaço. Ele é o primeiro, de acordo com Paul-Lèvy e Segaud, que, no livro: ‘A dimensão Oculta’, familiariza o público francês com a expressão ‘antropologia do espaço’ (PAUL-LÈVY E SEGAUD, 1983). Para ele, tudo o que o homem é, e faz, está ligado à experiência com o espaço. Por isso, os fatos sociais e espaciais são de uma transparência imediata. Essa ideia é constantemente mencionada por Lévi-Strauss para quem as configurações espaciais não são apenas produtos, mas também produtores de sistemas sociais. Assim, nós supomos que o espaço se vive de acordo com uma estrutura apreendida. Este espaço, socialmente estruturado, torna-se uma categoria explicativa da ordem social. Sobre o assunto, comenta Augé (1994):

Primeiramente o etnólogo trabalha no espaço contemporâneo. Não que ele queira ignorar a história, mas o espaço presente é seu domínio e sua primeira tarefa é a de perceber e recortar as unidades significantes, pensadas, por isto mesmo, desde o começo como correspondentes a uma certa identidade que resume ou exprime o mais próximo da característica étnica. (Augé, 1994 p.155)

Este espaço, por conseguinte, precisa ser analisado, decodificado. A compreensão de suas regras é importante para a compreensão da sociedade. O estudo sobre a casa, a ‘concha do homem’, também já foi tema de investigação de filósofos, psicólogos, arquitetos e antropólogos que associaram a casa ao corpo humano. Como o corpo, a casa é formada de espaços escondidos ou secretos, e de outros mais visíveis, abertos e comunicativos. Gaston Bachelard(1957), por exemplo, fez uma associação entre o porão e o pensamento secreto de uma pessoa. O antropólogo Philippe Descola, em sua tese ‘*La Nature Domestique*’ publicada em 1986, fez uma analogia entre a casa e a ‘primeira casa da criança’ a placenta). Para ele, a placenta é para o bebê o que a casa é para o homem. Depois do nascimento, a placenta é um espaço vazio e sem função, assim como a casa

do povo indígena Achuar, depois da morte do chefe de família. Segundo ele, a casa é concebida como um envelope dotado de vida orgânica autônoma (Descola, 1986, p. 151).

Durante minha pesquisa de campo, a organização circular e concêntrica do espaço da aldeia dos Kanela, com as casas localizadas num círculo externo ou periférico, atraiu minha atenção, o que me levou a focar o estudo na análise da morfologia da aldeia e na organização e simbologia das casas. Neste texto, foco minha atenção para a estrutura parental e organizacional da morada Kanela, suas características externas, sua organização interna e a cosmologia que envolve o espaço doméstico, mostrando que morar tem significados que se leva até na hora de morrer.

OS KANELA OU CANELA

O povo Canela ou Kanela, conhecido também por Ramkokamekra, corresponde a uma das ramificações dos povos chamados Timbira. De acordo com Nimuendajú (1946), o major Francisco de Paula Ribeiro foi o primeiro a usar o termo 'Canellas finas' para designar os *Capiecrans* (hoje *Ramko'kamekra*).

Quanto ao território indígena que abriga o povo Canela, está localizado no estado do Maranhão, município de Fernando Falcão, às margens do rio Santo Estevão, no Centro-Sul do Maranhão, em uma região de cerrado², legalmente demarcada entre 1971 e 1978 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A aldeia principal, de nome Escalvado, conta com um posto de saúde, administrado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), uma escola, sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, e um posto administrativo da FUNAI. O território indígena Canela estende-se em uma superfície de 125.212,16 hectares, demarcada e homologada em 1970, conforme decreto da União. A aldeia Escalvado, de acordo com alguns informantes indígenas, existe há mais de 50 anos. De acordo com o Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI-MA) de 2010, 1.989 corresponde ao número de

² O cerrado representa o segundo maior bioma brasileiro.

indivíduos Canelas, sendo 1014 homens e 975 mulheres (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2011).

Historicamente, os Canelas correspondem a uma reunião de vários povos Timbira, quais sejam: os *Ramkokamekra* (*Ram*, almécega³; *ko*, água) ou *Më möltümre* (os legítimos, os daqui ou os que sempre estiveram por aqui); os Mateiros, que também foram chamados de *Iromcatêjê* (mato povos), os *Xookämmëkra* (filhos da Raposa), os *Carëkämmëkra* (filho do barro vermelho), os Apaniekrá (filhos da Piranha) e os *Crôôrekâm Mehkra* (filhos do Porco queixada) (SILVA JUNIOR, 2006), ou *crôôré* = catitu. Hoje, reúnem-se em Escalvado, a aldeia principal dos Canelas, os *Ramkokamekra*, os *Më möltümre*, os *Iromcatêjê*, os *Xookämmëkra*, os *Carëkämmëkra* e os *Crôôrekâm Mehkra*.

Crocker (2009) registra que o primeiro contato dos Canelas com os não-índios aconteceu em 1710. No entanto, foi apenas em 1941 que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - hoje FUNAI - instalou um posto de administração e de apoio junto à aldeia. Este fato trouxe para os Canelas grandes mudanças no equilíbrio das suas relações externas. Apesar disso, não houve muitas mudanças culturais estruturalmente significativas nestes mais de 200 anos de contato.

As pesquisas históricas realizadas sobre os Timbira e, particularmente, sobre os Kanela, comunicadas por vários autores, como o Major Francisco de Paula Ribeiro (1841, 1870), Nimuendajú (1946), Crocker (1961) e outros que vieram à luz mais recentemente, como Oliveira (2002, 2006), contribuíram de uma forma geral para o esclarecimento a respeito dos primeiros contatos de quase 200 anos atrás. Estas pesquisas explicam, entre outras coisas, como se deram os primeiros contatos do povo Kanela com as frentes de expansão na região, que culminaram com os vários massacres responsáveis pela destruição de alguns segmentos dos povos Timbira.

A dinâmica do contato e da transformação cultural dos Kanela se opera em vários níveis: eles manifestam o desejo de bens industrializados, tais como televisão, geladeira, fogão, telefones celulares, aparelhos de som,

³ Resina extraída da almecegueira.

computadores conectados à internet; e o conhecimento de personagens não-indígenas, como os heróis infantis ‘Bem 10’ ou ‘Naruto’, potencialmente mais poderosos que *Awké*, personagem mítico dos Kanela e demais povos Timbira. Há ainda a música brega do interior do Maranhão, que penetra os ouvidos e se espalha pela aldeia como uma presença permanente, disputando espaço com a música indígena.

A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO DA ALDEIA

Os Kanela, como outros Timbira, possuem uma mitologia muito rica, com narrações de guerreiros, corpos celestes e histórias onde a Lua e o Sol são vistos como heróis que juntos, criam a ordem do mundo. Para Nimuendaju, a história da Lua e do Sol, é um dos mitos mais importantes das populações Timbira. Neste mito, observamos a criação do espaço de morada criado pelo Sol, apesar de que, pelas características, a narração exemplifica claramente a criação do espaço da aldeia, como veremos a seguir.

Mito da Lua e do Sol

Sol (*Pùt*) e Lua (*Putwrè*) decidem descer à terra. Sol desce primeiro. Lua se engana e chega no dia seguinte. Sol já havia construído uma casa que ele divide em duas partes para viver com Lua. No centro da casa ele deixa um espaço livre para dançar. (Trecho de Nimuendaju, Os Apinayé 1983: p. 120-124)

A aldeia é circular, e dividida simbolicamente em duas partes, resultado de dois grupos conhecidos e designados por *Keykateyjé* e

Harankateyjé: um que representa o nascer do Sol, e outro o pôr do Sol, ou a Lua.

A aldeia é organizada em dois círculos concêntricos. No círculo interno fica a praça central, ou o pátio. No círculo periférico fica o espaço das casas. Estas distribuem-se no grande círculo de cerca de 300 metros de diâmetro. Nas casas vive a família extensa, que corresponde à unidade menor da sociedade Kanela, constituída pelos pais, filhas casadas e suas respectivas famílias.

O centro da aldeia, o pátio (*càà*) é o palco onde se desenrola o mais importante da vida cerimonial e política, e a fachada de todas as casas dá para o pátio, e no meio do pátio é possível visualizar todas as casas.

As dimensões do diâmetro da aldeia dependem do número de casas. Em uma aldeia populosa com muitas casas, o diâmetro será bem largo. Por outro lado, o tamanho da circunferência nem sempre é proporcional ao número de casas. Uma aldeia pouco populosa pode ter um círculo tão grande quanto uma muito populosa, com a diferença que as casas estarão um pouco mais distantes das outras (Melatti in Ladeira 1983).

Outro caminho circular passa na frente das casas. Os Kanela o chamam de *krikapé*, que na língua indígena tem o sentido de rua. Vários caminhos dão acesso ao pátio, ligando pátio central com as casas. Estes caminhos são chamados de *càa ma pry*.

O círculo da aldeia, melhor dizendo, o círculo periférico, não é um espaço fechado onde não é possível acrescentar uma casa. Pelo contrário, o círculo periférico sempre terá espaço para novas casas. Se não tem mais espaço ao lado das casas do primeiro círculo, elas serão edificadas atrás das casas do primeiro círculo, formando um segundo círculo concêntrico ao primeiro. Assim, é comum ver as casas das filhas por trás das casas de suas mães. Essa ideia nos conduz a pensar que cada novo círculo concêntrico corresponde a uma geração. É possível, portanto, concluir que a forma da expansão da aldeia Timbira não é linear, mas concêntrica. (Ladeira apud CAIUBY NOVAES, 1983).

Nos perguntamos, aliás, se esses círculos concêntricos reforçam a proteção da aldeia. A análise dessa morfologia pode se prolongar com a

ideia que são as casas que protegem o centro da aldeia. Ou seja, o espaço doméstico das mulheres está na origem da proteção de toda a vida política, social e jurídica da comunidade.



Foto 1: *Càa ma pry*. Fonte: Rose Panet, 2005.



Foto 2: *Krikapé*. Fonte: Rose Panet, 2005.

A casa dos homens onde alguns rituais são praticados situa-se fora do espaço da aldeia. Entretanto, é preciso lembrar que uma boa parte da ‘formação’ ou iniciação do rapaz acontece na casa materna.

Quase todas as casas, com algumas exceções, situam-se no círculo externo. O posto da FUNAI, a escola e a enfermaria ficam mais afastados, fora do círculo externo, há mais ou menos um quilômetro de distância.

A CASA

No que concerne à residência Kanela, as casas pertencem às mulheres. As mulheres moram e herdaram as casas onde nascem. Isso caracteriza a residência matrilocal e traduz a importância da relação mãe e filha. Entre os Timbira, a casa é o lugar do nascimento. Na ocasião do parto, a placenta é enterrada no cômodo onde a criança nasce. Essa prática marca definitivamente a casa como lugar de pertencimento.

A residência matrilocal é a primeira residência do casal recém casado. Quando as filhas dessa casa se casam e começam a ter filhas adultas, por sua vez casadas, eles constroem uma outra casa perto da casa da mãe para viver com suas filhas casadas e seus maridos.

Portanto, verifica-se que com o casamento Kanela, uma outra ordem residencial é estabelecida. Os homens recém-casados deslocam-se da casa materna e vão constituir residência na casa da mãe de sua mulher. De sua origem matrilocal, onde não possui grandes obrigações de trabalho, o homem passa a ser um 'intruso' na casa da mãe de sua esposa, pois sua ligação com a casa materna não cessa com o casamento. Para compensar essa situação, ele se torna um dos responsáveis pelo sustento de sua sogra e da família de sua esposa, mas continua com algumas responsabilidades na casa de sua mãe.

As filhas mulheres trazem para a casa materna um homem que complementarmente, com seu trabalho, as atividades econômicas de subsistência da família, enquanto que, um filho homem, depois do casamento, deixará a casa materna, indo morar e trabalhar com a família de sua esposa. Em outras palavras, no casamento é a matrilocidade que determina o compromisso do marido com a subsistência cotidiana. Esta estrutura é uma demonstração do poder feminino. As casas pertencem às

mulheres e em suas casas as mulheres organizam o trabalho de subsistência familiar.

Como constata Crocker (2009), os homens nascidos em uma casa, se não vivem mais nela, têm pouco compromisso com sua economia diária de subsistência. No entanto, assumem o compromisso na socialização dos filhos de suas irmãs. Por este motivo, o tio nomeador participa da divisão da carne oferecida pelos pais da noiva de seu sobrinho, na ocasião do casamento deste. Todavia, ele narra um exemplo em que uma mulher se submete à autoridade de seus irmãos, que intervinham nos litígios familiares, mesmo depois de casados e já morando nas casas das mães de suas esposas:

Cachoeira organizava as mulheres para executar as tarefas domésticas. No entanto, ela se submetia às decisões de seus dois irmãos, Moedor de Carne-de-veado-campeiro (poo-katwè: campeiro-moedor), 35 anos, e Caminho Queimado, 28 anos, quando eles vinham de suas casas conjugais para governar a sua casa de nascença, aconselhar seus membros, e resolver qualquer disputa significativa (CROCKER, 2009, p. 69).

Outros exemplos recolhidos por Ladeira (1992) mostram que são as 'noras' que devem pequenos favores às suas sogras. São as esposas que devem visitar a casa de origem de seu marido ou das nominadoras de suas filhas. Devem prestar pequenos serviços, como pegar lenha, buscar água para suas sogras. Quando saem para alguma expedição de coleta, nunca deixam de dar parte do que trouxeram para a casa de sua sogra, a casa dos parentes patrilaterais de seus filhos. De acordo com a autora, quando uma sogra tem poucas (ou nenhuma) filha mulher, é comum que logo após o casamento de seu filho, sua nora vá residir temporariamente em sua casa.

A variedade de tipologias de habitação constitui um fenômeno complexo. Uma única explicação não é suficiente. Trata-se de respostas diferentes de acordo com o meio, o jogo social, cultural, ritual, econômico e físico. Assim, a forma da casa e sua organização são influenciadas pelo meio cultural ao qual pertence. Essa forma também é o resultado de uma escolha entre as possibilidades existentes (Rappoport, 1972, p. 66 e 82). As casas que conseguem fornecer todas as necessidades da qual um indivíduo

precisa para viver, as necessidades biológicas e sociológicas consideradas como essenciais, consolidam-se em uma população e normalmente resistem às mudanças. Essa ideia é talvez a explicação da relação entre a cultura e a forma da casa.

Entre os Kanela, as casas são relativamente semelhantes no que concerne ao tamanho, a estrutura da casa e o material utilizado na sua construção, com algumas raras exceções que pude observar em duas casas da aldeia Escalvado: a casa do chefe (da época) e pai do chefe do posto indígena, e a casa do *megapongaté* (uma espécie de autoridade cerimonial e política). Uma particularidade importante distinguia estas casas: elas se distinguiam das outras por sua dimensão relativamente opulenta. Elas eram mais equipadas que as outras: com geladeira (servindo de armário, por falta de energia, mas também de decorativo símbolo de status social), fogão à gás e mais móveis que outras casas. Uma outra distinção espacial reveladora existe nas casas dos chefes cerimoniais, das duas metades cerimoniais opostas. As casas dos chefes *Keykatetyjé* et *Harankatetyjé* são simetricamente opostas.

Apesar da diferença de tamanho entre estas casas, os elementos arquitetônicos mudam muito pouco entre os grupos Timbira por razões óbvias de sua localização em áreas de cerrado e, portanto, pelos materiais naturais disponíveis. No entanto, de acordo com Nimuendajú, as casas Ramkokamekra destacam-se como sendo as melhores⁴ (Nimuendaju, 1946, p. 39). Não conheci o primeiro modelo de casa dos Kanela, mas percebo que elas se parecem muito com as casas dos moradores da região, como as casas dos trabalhadores rurais em volta da aldeia Kanela, conduzindo a crer que os Kanela são influenciados por este modelo de construção.

Em geral, as casas Kanela têm um formato retangular e a fachada por onde se abre a porta de entrada é a parte mais larga do retângulo. Essa fachada é orientada em direção à praça central da aldeia. Mesmo se o modelo é mais ou menos uniforme, existem pequenas diferenças que distinguem uma casa de outra. Algumas delas são construídas essencialmente de palha de babaçu [*Orbignia speciosa*] ou *Inaja*. O telhado é

⁴ Nimuendaju não explica as razões pelas quais elege as casas dos Ramkokamekra como as melhores entre as casas dos outros grupos Timbira.

de palha e a estrutura dos muros é constituída de troncos de madeira preenchidos com folhas secas de coqueiro. Cordas amarram as folhas umas às outras. Outras casas têm as paredes de barro, com uma estrutura também de paus. E há ainda, as casas com muros de tijolos, sendo que, a maioria dos telhados são de palha de coqueiro aplicadas umas sobre as outras, amarradas por uma corda.

O tamanho de uma casa e o seu grau de definição dependem da coragem dos homens que a constroem, e pode acontecer de uma casa ficar por muito tempo inacabada. Salvo algumas exceções, as casas Kanela não têm janelas e em geral elas quase não têm divisões internas. Essa ausência de peças ou de divisões funcionais do espaço doméstico não predetermina, no entanto, uma falta de organização interna. Cada indivíduo, por exemplo, possui seu próprio canto para dormir e comer. E o lugar onde se prepara a comida é sempre o mesmo.

No interior da casa há bem poucos móveis. Algumas redes penduradas nas paredes, jiraus e algumas esteiras no chão. Os jiraus podem estar há um metro do solo, e os mais altos são reservados ou expressamente construídos para os casais recém casados, ainda sem filhos. Os critérios de organização interna são verdadeiros princípios reguladores da vida dos indivíduos que vivem juntos.

Os objetos domésticos são arrumados sobre mesas feitas pelos homens, em cestos suspensos nos muros ou nas estruturas de madeira do teto. Encontramos em geral, em todas as casas, grandes jarros onde se reserva água para beber ou cozinhar. As toras de madeira já usadas nas corridas servem para se sentar e são encontradas na frente das casas ou no interior.

As casas dos Kanela são sempre varridas e livradas de lixo. Estes são jogados há alguns metros atrás da casa, ou dentro de buracos que servem de lixões. Esses lugares são frequentados pelas crianças e por animais domésticos.

Nos espaços reservados para a cozinha, encontramos três ou quatro pedras sobre as quais são colocadas as panelas de ferro. Sob elas coloca-se carvão vegetal para o fogo. A comida é preparada e servida pelas mulheres, que em seguida lavam a louça nas imediações do quintal. Mas

não é surpreendente ver um homem fazer essa tarefa. Isso é possível se, por algum motivo, na casa não tiver mulheres.



Foto 3: Casas da aldeia Escalvado. Fonte: Rose Panet, 1999.



Foto 4: Tratamento da palha do coqueiro para a construção do teto da casa. Fonte: Rose Panet, 1999.

Nas casas não se pratica apenas atividades domésticas. Como já foi dito, a casa é o lugar de nascimento, de pertencimento, de descanso, o lugar de se alimentar e também o lugar da morte. De acordo com Carneiro

da Cunha, para os Krahô o lugar da morte é o lugar de origem. O Krahô (homem ou mulher) é velado na casa materna, o que também acontece com os Kanela. Mesmo se um homem já é casado, se ele adoecer, será levado para a casa da sua mãe para lá morrer, exceto se este homem não tiver mais mãe ou casa materna (Carneiro da Cunha, 1978, p. 23). No funeral, toda a aldeia vai à casa do defunto, onde seu corpo será velado e sua morte chorada. Chorar é uma tarefa sobretudo feminina. A presença masculina nos funerais dependerá da importância do morto na vida pública. É por isso, observa Carneiro da Cunha (1978), que quase não tem homens no funeral de uma criança. Os únicos homens presentes são os da esfera doméstica associados diretamente à criança morta.

Há algum tempo atrás, os Kanela queimavam a casa depois da morte de um dos moradores. Mas uma casa não se constrói de um dia para outro. É necessário juntar o material necessário para a construção, encontrados um pouco longe da aldeia. Em seguida contar com a disposição de homens para construí-la. Então, por razões práticas os Kanela abandonaram esse hábito.

CONCLUSÃO

Estes exemplos ilustram a experiência de que a casa é um lugar onde o sentimento de enraizamento se exprime, assim como a ideia de origem, de pertencimento e identificação. Entre os Kanela, 'minha casa', e a casa onde vivem as outras pessoas, são espaços bem definidos, no entanto, na casa, não há espaços proibidos. Com exceção aos raros quartos fechados e jiraus que ficam no alto, reservados aos jovens casais, é possível ter acesso a todos os cômodos.

A casa Kanela é lugar de pertencimento, desde o nascimento, com a placenta que nasce junto com o bebê e é enterrada no cômodo em que ele nasce. Na morte seu corpo será velado na casa em que nasceu, completando o ciclo vital. A mulher casada continuará na casa materna até o nascimento de seus próprios netos. O homem circula, indo morar na casa da mãe de sua esposa, mas sempre voltará para prestar assistência à sua mãe, até sua volta última quando na sua morte será velado.

Muito mais que um simples abrigo, a casa Kanela é concebida como um micro espaço vivido, e marca a separação entre o lugar onde o indivíduo vive, a concha do homem, de acordo com a definição de Moles et Rohmer (apud Mouzzone, 1997, p. 17) e os lugares onde vivem os outros. Ela marca ainda o lugar de nascimento, de vida e de morte. Nessa 'concha' 'se exprimem o enraizamento, as competências físicas e psicológicas, a capacidade pessoal, bem como a afirmação do sentimento de identificação e de pertencimento.

REFERÊNCIAS

AUGE, Marc. *Le Sens des autres - Actualité de l'anthropologie* - Fayard, Paris, 1994

BACHELARD, Gaston *La Poétique de l'Espace* PUF Paris 1957

CARNEIRO da CUNHA, Manuela. *Os Mortos e os Outros - Uma Análise do Sistema Funerário e da Noção de Pessoa entre os Krahô* - Ed. Hucitec - São Paulo, 1978

CAIUBY NOVAES, Sylvia (org) *Habitações Indígenas São Paulo: Nobel: Edição da Universidade de São Paulo*, 1983

CONDORCET. A., *L'espace et B. BERNARDI., Classe d'âge; dans Dictionnaire de l'ethnologie et de l'Anthropologie.* BONTE, Pierre, IZARD, Michel PUF, Paris 1991

CROCKER, William. *Os Canelas: parentesco, ritual e sexo em uma tribo da Cahapada Maranhense.* Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

CROCKER, William. *The canela since Nimuendajú: a preliminary report on cultural change.* *Anthropological Quarterly*, Washington, v. 34, n. 2, p. 69-84, 1961.

DESCOLA, Philippe; *La Nature Domestique* Paris, Ed. De la Maison de Sciences de l'homme, 1986

HALL, E. *La dimension cachée*, Paris Seuil 1971

LADEIRA, Maria Elisa. Las mujeres timbira: control del cuerpo y reproducción social. In: MONTES, Soledad Gonzáles. Mujeres y relaciones de género en la antropología latinoamericana. Ciudad de México: El Colégio de México, 1992. p. 105-20.

MELATTI, Julio César, Ritos de uma Tribo Timbira São Paulo - Atica, 1978

MOUZONE, Abdelkrim Guerre et réaménagements des espaces maison et abri à Beyrouth en 1990 dans Annales de Sociologie et Anthropologie Université Saint-Joseph Beyrouth, Liban, 1997

NIMUENDAJU, Curt The Eastern Timbira, University of California Publications in American Archeology and Ethnologie, 1946 Vol 41

_____ Os Apinayé, Edição do Museu Goeldi, Belém, 1983

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. Ramkokamekra-Canela: dominação e resistência de um povo Timbira no Centroeste Maranhense. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

PANET, Rose; A Corrida de Tora entre os índios Kanela, Essentia, Revista de Cultura, Ciencia e Tecnologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (jun/nov 1999) Sobral, Ceará

PAUL-LEVY, Françoise et Marion Segaud, Anthropologie de l'espace, Paris: Centre Georges Pompidou: Centre de création Industrielle, 1983

RAPPOPORT, Amos Pour une Anthropologie de la maison, Dunoc, Paris, 1972

SILVA JUNIOR, Jonathon Alves da. Mito de Awkhê ressignificado: os movimentos Messiânicos – Canela. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.